

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 30 de Março de 1995 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1112 • Director: Carlos Brito

**Movimento  
de inquietação,  
luta e esperança**

• Artigo de Francisco Lopes

Pág. 18

**Encerrou o Debate com o País, o diálogo continua**

# A MUDANÇA É À ESQUERDA



Centenas de pessoas participaram no encerramento do Debate com o País a culminar um intenso e importante trabalho

Págs. 4 a 8

## Telecomunicações, Desenvolvimento e Democracia

— PCP insiste no debate

Págs. 20/21

## INTOXICAÇÕES PÚBLICAS DE VÍCIOS PRIVADOS

Centrais

**Álvaro  
Cunhal  
no  
Alentejo**

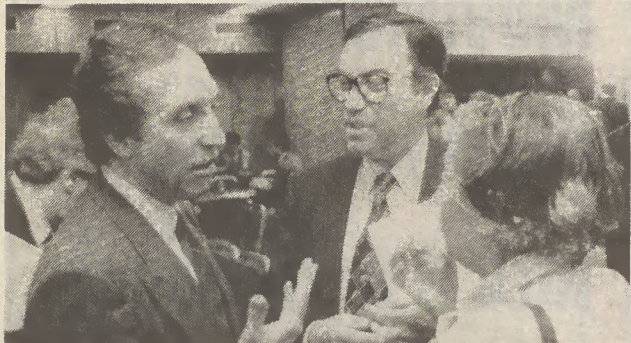


Pág. 11

**O PCP  
e as mulheres  
trabalhadoras**

— entrevista com  
Jerónimo de Sousa  
e Adelaide Pereira

Pág. 23



Ao encerramento do Debate com o País seguiu-se um encontro informal

RESUMO

22  
Quarta-feira

O PCP vê chumbado na AR um diploma que proíbe o financiamento dos partidos por empresas ■ A CGTP acusa o Governo de estar a promover fins eleitorais com a sua política contra o desemprego ■ O PSD considera que o procurador-geral da República fez «juízos de apreciação» ao censurar a conduta de Fernando Nogueira no caso OGMA ■ Ramos Horta e D. Ximenes Belo confirmam a sua presença no encontro entre timorenses promovido pela ONU, enquanto Abílio Araújo diz estar disponível ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros belga demite-se, na sequência do escândalo Agusta ■ A polícia japonesa detém um membro da seita Verdade Suprema, sob a acusação de estar na origem do atentado no metro de Tóquio ■ Na ex-Jugoslávia, ocorrem intensos confrontos em quase todas as frentes ■ O governo da Turquia garante que a ofensiva contra os separatistas curdos não põe em causa a integridade territorial do Iraque ■ No México, é descoberto um segundo assassino de Luis Colosio, o candidato do PRI à presidência.

23  
Quinta-feira

Carlos Carvalhas encontra-se com o presidente do Parlamento Europeu, Klaus Hansch ■ Em Vigo, o pesqueiro Estai é recebido por uma multidão em delírio ■ A União Europeia pede ao governo de Ancara para pôr fim à sua operação contra os curdos. O exército turco responde que esta já está quase terminada ■ A França nega ter vendido mísseis ao Irão ■ A polícia japonesa encontra em imóveis da seita Verdade Suprema ingredientes químicos que fazem parte da composição do gás sarin ■ Willy Claes garante que não se demite do seu lugar de secretário-geral da NATO ■ O comandante das forças russas na Tchetchénia anuncia ter tomado a cidade de Argun.

24  
Sexta-feira

A Fenprof organiza uma manifestação nacional, em Lisboa, pela qualidade do ensino nas escolas ■ BCP e a Império compram a 98,7 por cento do BPA por 304 milhões de contos ■ Cavaco Silva recusa a possibilidade de suspender as obras na nova ponte sobre o Tejo ■ É anunciado que a segunda fase da barragem de Foz Côa foi adiada ■ A Turquia reafirma a intenção de prosseguir a vasta operação militar contra os curdos no norte do Iraque ■ Em Jericó, Yasser Arafat afirma que Jerusalém é a «capital da Palestina».

25  
Sábado

O Debate com o País é encerrado por Carlos Carvalhas, que apresen-

ta o balanço da iniciativa e as linhas de rumo do PCP para as legislativas ■ Álvaro Cunhal desloca-se a Barrancos, Pias e Moura ■ A CDU manifesta-se contra o fecho de várias esquadras de Lisboa ■ Vinte mil pessoas fogem da capital do Burundi, cujas ruas contêm dezenas de cadáveres ■ É revelado que o exército argelino matou 300 islamitas, durante a mais importante operação contra a guerrilha ■ As autoridades venezuelanas prendem 150 pessoas, alegando que estas preparavam uma sublevação.

26  
Domingo

Carlos Carvalhas participa na Assembleia Regional de Leiria do PCP ■ Mário Soares mostra-se preocupado com o Plano Hidrológico espanhol ■ Colunas de refugiados começam a sair do Burundi, depois de um fim-de-semana com violentos confrontos entre tutsi e hutus ■ Os militares turcos afirmam ter conseguido cercar os «rebeldes curdos» do PKK ■ O exército argelino põe termo à acção militar anti-islamita ■ O Acordo de Schengen entra em vigor.

27  
Segunda-feira

A Presidência da República confirma a realização, em Abril, da visita oficial de Mário Soares à China ■ O Banco Espírito Santo anuncia que vai lançar uma OPA até 50 por cento sobre o Banco Internacional de Crédito ■ A guarda costeira canadiana corta as redes de um barco espanhol. Os armadores portugueses reclamam o apoio da Marinha ■ Diminui o afluxo de refugiados do Burundi para o Zaire ■ A operação turca contra os curdos no norte do Iraque estende-se por toda a fronteira, desde a Síria até ao Irão ■ É anunciado que a Alemanha pretende suspender o seu auxílio à Turquia, de modo a protestar contra a ofensiva de Ancara ■ Os muçulmanos intensificam as suas ofensivas no nordeste da Bósnia ■ Nelson Mandela afasta a vice-ministra da cultura sul-africana ■ Inicia-se o XI Congresso Mundial de Poetas, em Sintra ■ O Prémio Camões 94 é atribuído a Jorge Amado.

28  
Terça-feira

Mário Soares veta de novo a Lei de Imprensa, enquanto o PSD o acusa de assim ter produzido um «gesto político» e dá a entender que pretende manter a Lei ■ Inicia-se a Convenção sobre a Protecção do Clima, em Berlim, organizada pela ONU ■ O Prémio Camões é atribuído ao escritor Jorge Amado ■ É concluído um Acordo de Cooperação e Defesa Bilateral, novo nome atribuído à cedência da Base das Lages aos Estados Unidos ■ De madrugada, e sem surpresas, os óscares da Academia de Hollywood são anunciados, com Tom Hanks e o filme Forrest Gump largamente ganhadores.

O acto de encerramento do «Debate com o país para uma nova política» teve o grande mérito de chamar a atenção dos grandes meios de comunicação social e por intermédio deles a atenção da generalidade da opinião pública para um processo ímpar de trabalho a que o PCP se entregou durante praticamente seis meses.

Dizemos ímpar porque, como se tornou evidente na sessão do Altis, os comunistas souberam combinar a discussão aprofundada e aberta dos grandes temas nacionais e a muito bem sucedida participação alcançada, com a rejeição da demagogia, da politiquice, do vedetismo, do espectáculo, onde o fim único é a propaganda e o arrolamento de adesões.

O PCP privilegiou o debate de ideias e de respostas aos problemas do país, apresentando e defendendo as suas, ouvindo e analisando, em muitos casos enriquecendo-se, com as de todos que, sem compromisso, especialistas ou comuns cidadãos, quiseram participar no «Debate».

Ao encerrá-lo, apresentando as «Grandes orientações para uma nova política», Carlos Carvalhas podia afirmar com evidente consistência:

«O «Debate com o país» realizado pelo PCP, mais radicado em nós a certeza de que os grandes problemas com que se confrontam o país e a sociedade portuguesa, neste final do século, exigem uma política radicalmente diferente da política de direita, uma nova política, uma política de esquerda.»

É muito importante que esta ideia se tenha consolidado num debate que envolveu cerca de 300 iniciativas e onde todas as áreas e temáticas importantes da vida nacional foram abordadas.

Muito importante foi também a atitude dos participantes nestas cerca de três centenas de iniciativa e que Edgar Correia sintetizou assim: «A vontade apaixonada de discutir, de confrontar pontos de vista, de compreender. A busca de soluções sem simplificações redutoras. O empenho vivo no sentido da mudança.»

O «Debate com o país» e o acto de encerramento, que ajudou a projectá-lo na opinião pública, constituem, sem dúvida, uma grande contribuição para o desenvolvimento da luta por uma política de esquerda, um verdadeiro impulso para a mudança na política nacional.

Entretanto, na área do Governo e do PSD confirmam-se as grandes linhas da manobra desmascarada no comunicado da última reunião do CC do PCP.

Cavaco Silva parece ter iniciado, em Vila de Rei, a sua tarefa específica que é a de fazer entrar o Governo na campanha eleitoral do PSD, pelo lado obviamente mais simpático para o eleitorado, isto é, o das inaugurações de obras públicas.

O descaramento do ainda Primeiro-Ministro vai ao ponto de aproveitar as cerimónias inaugurativas para tecer elogios ao seu sucessor na liderança do partido e pretendente ao lugar que desempenha, numa espécie de apelo ao voto não explicitado.

Este descaramento com que o Governo está a fazer, e desde já, a campanha eleitoral do PSD, apesar de previsível, não pode deixar de suscitar o protesto indignado das forças da oposição e a mais que justificada intervenção institucional.

Mas Cavaco não descure as suas próprias ambições pessoais e vamos seguramente ouvir nas suas peregrinações pelo país repetidos apelos de correligionários

*O «Debate com o país» e o acto de encerramento, que ajudou a projectá-lo na opinião pública, constituem, sem dúvida, uma grande contribuição para o desenvolvimento da luta por uma política de esquerda, um verdadeiro impulso para a mudança na política nacional.*

seus, como a Presidente da Câmara de Vila de Rei, para que se candidate à Presidência da República.

O modelo já está ensaiado, agora é só proporcionar as ocasiões.

As alegações em matéria de presidenciais, na entrevista ao «Público», são, igualmente, reveladoras dos projectos que acalenta o actual Primeiro-Ministro.

Confirma-se também, e amplamente, outra linha de acção governamental denunciada pelo CC do PCP, que é a da máxima aceleração do processo de privatizações.

Receoso em relação ao resultado das legislativas e prevendo o seu afastamento do poder, o PSD quer levar o mais longe possível a entrega de todo o património público empresarial ao grande capital, nacional e estrangeiro, mesmo nas condições mais escandalosas e lesivas do interesse público, como está a acontecer no sector bancário (casos BPA, BTA e BPSM) e na operação de venda da Portugal Telecom.

É muito esclarecedor para se perceber quem é que efectivamente defende os interesses nacionais, que sejam o PCP, o movimento sindical unitário e outras estruturas unitárias dos trabalhadores quem se encontra na primeira linha de combate contra esta linha de escândalo e de ruína em que se compraz o Governo.

Come é que o PS quer ter credibilidade como alternativa se, perante operações e negociações gigantescas, claramente atentatórias dos interesses do país, se limita a manter um silêncio comprometido, às vezes alegando que são matérias que o mercado deve regular, quando não exprime em relação a elas atitudes de apoio e simpatia?

Por estas razões e também porque se vai aproximando a ocasião da elaboração das listas para a Assembleia da República, a área do PS começa a dar sinais de uma certa turbulência, até há pouco disfarçada pelo espectáculo dos «estados gerais».

Estes apresentados como «um grande momento» deixaram um legado incómodo em dois aspectos: o primeiro, a direitização das orientações programáticas em relação à política económica e social; o segundo, a pressão dos independentes «contratualizados» para entrarem nas listas de candidatos a deputados, com o prejuízo, é claro, dos membros do PS.

Ocupemo-nos apenas do primeiro aspecto que é o que tem maior significado geral.

Pode haver os que, ou por excesso de gratidão ou para prepararem futuras atitudes, asseverem que Guterres é «o líder que o PS já teve com orientação política mais à esquerda».

A verdade é que os factos, os discursos, os documentos, incluindo o «contrato de legislatura» e se calhar o próprio Guterres, desmentem amplamente asserção e esta é uma causa de profundo mal-estar para muita gente.

Este mal-estar poderia por interesse do partido ser disfarçado até às eleições se não surgisse entretanto a questão das listas. Mas assim...

Foi José Saramago que observou, no encerramento do «Debate com o país», que: «No caso de Portugal, penso que, evidentemente, há diferenças, mas são diferenças estéticas, entre um centro que foi direita e uma esquerda que começa a ser centro.»

Mesmo para muita gente na área do PS é dolorosa esta constatação. É-o ainda mais porque é imperioso e possível lutar por uma viragem à esquerda na política do país, como o «Debate» promovido pelo PCP tão claramente demonstrou.

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números: 6 750\$00, 25 números: 3 487\$50
ESPAÑA	50 números: 13 300\$00
EUROPA	50 números: 24 750\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números: 26 650\$00
EXTRA-EUROPA	50 números: 39 950\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## Menos fronteiras mais espionagem

O título acima sintetiza, em grande medida, o que é o Acordo de Schengen, que entrou em vigor na madrugada do passado domingo, quase a coincidir com a mudança horária, o que se pode considerar um simbolismo premonitório.

Seja como for, o evento foi festejado pelos governos dos sete países onde se verificou a entrada em vigor (a Itália e a Grécia, também signatários, não deram ainda este passo) e, no nosso, dos primeiros a ratificar o Acordo, teve honras de muitas imagens televisivas e até de um debate na SIC.

A propaganda de Schengen releva especialmente as maiores facilidades de circulação dos cidadãos dos «países schengenianos» no respectivo espaço, «onde desapeçam as fronteiras» e «nem é preciso bilhete de identidade para viajar».

Esclareça-se que este direito de circulação não acrescenta nada ao

que decorre da União Europeia e não é direito de fixação.

Mas o pior de tudo é o que está por trás.

Vem muito a propósito recordar que o PCP lutou e votou contra a participação do nosso país no Acordo de Schengen e o denunciou por se basear «numa orientação de reforço dos poderes policiais com graves prejuízos para as liberdades e direitos individuais e limitações de soberania» (Nota da CP do PCP de 7/4/92).

Com efeito, o «Acordo» impõe articulações entre polícias, entre serviços de informações e ficheiros, bem como políticas comuns em matéria de vistos e de imigração, estas severamente restritivas e que nosso caso atingirão em cheio os cidadãos dos PALOPs e do Brasil.

É claro que as orientações que vão prevalecer nestas articulações e políticas não são as que interessam a Portugal, mas aos mandan-

tes de Schengen, isto é, a Alemanha e a França: são as da Europa-fortaleza em relação aos de fora e de maior controlo policial em relação aos de dentro.

O Acordo cria o Sistema de Informação Schengen (SIS), oficialmente um banco de dados, de facto, além disso, o cérebro de um sistema de devassa, de espionagem, de fichagem e de controlo dos cidadãos dos países membros e de comando articulado das respectivas forças policiais.

Apesar do inquietante alcance das suas funções não está prevista qualquer efectiva fiscalização democrática deste sistema.

Em Portugal, passamos a ter, em vez de um, dois SIS à compita, o que tanto se tem distinguido na governação de Cavaco, e este agora sediado em Estrasburgo, ambos à rédea solta.

O Acordo prevê também que forças de segurança estrangeiras

possam operar em território nacional, tanto para efectuar vigilâncias como até para fazer perseguições, e estabelece estritas obrigações às empresas de transportes e de hotelaria em relação ao controlo policial dos cidadãos.

É claro que esta Europa das polícias e dos serviços de informações não tem em vista proteger os povos da criminalidade, mas proteger o grande capital e os seus governos da luta e da resistência dos respectivos povos, como a actividade do SIS entre nós tão bem ilustra.

Por isso mesmo, é que foi sumamente esclarecedor ver, no debate da SIC, o Governo do PSD (Ministro Dias Loureiro) e a direcção do PS (deputado António Vitorino) tão iguais, tanto na defesa de Schengen, como na ocultação dos seus traços inquietantes. Mais uma vez...

■ Carlos Brito

## As confissões de Cavaco

A primeira parte da longa entrevista de Cavaco Silva ao «Público» era acompanhada das suas respostas a um questionário sobre temas mais ligeiros que o jornal paginou com o título «As confissões de Cavaco».

Entretanto, a verdade é que as principais confissões do ainda Primeiro-Ministro não estão nesta parte da entrevista (por onde, apesar de tudo, nos é permitido perceber que a sua principal preferência televisiva já teria mudado do McGwyver para o «Gente Remota»), mas na parte sobre temas directamente políticos.

Nesse contexto, há três confissões que vale a pena registar.

A primeira é a expressiva e quase descarada confissão de que, sob a capa de eufemismos como a «condução do processo» ou o «condicionamento positivo», manipulou de forma perfeitamente autocrática a preparação do Congresso do PSD.

Com efeito, Cavaco Silva assume que «há muito, muito tempo» que tinha tomado a decisão de não se recandidatar à liderança do PSD, mas que só a podia anunciar depois de ter feito aprovar a moção da Comissão Política Nacional, acrescentando ainda, com requintes de cinismo e malvadez, que «teria de deixar, se fosse possível, um dia ou dois (!!!), para que quem quisesse (...) apresentar algumas moções com ideias diferentes (...), o pudesse fazer». A este respeito não será preciso dizer mais nada, a não ser, talvez, que como o grande manipulador e os manipulados se adoram mutuamente, a única conclusão que importa tirar é que se merecem uns aos outros.

A segunda interessante confissão de Cavaco Silva é a que decorre do implícito reconhecimento de que a sua proposta de passagem de Fernando Nogueira a Vice-Primeiro-Ministro se inseria

numa manobra e num objectivo de carácter meramente partidário.

Com efeito, Cavaco Silva declara na citada entrevista este mimo: «entendi que, a partir do momento em que o dr. Fernando Nogueira passa a ser presidente do partido, era politicamente correcto promover a sua visibilidade aos olhos dos portugueses como meu substituto».

A este respeito, também não será preciso acrescentar grande coisa, a não ser, talvez, que com uma simples frase Cavaco Silva conseguiu desacreditar a quantidade de parágrafos que tinha dedicado a mobilizar argumentos contra a justa oposição do PR à sua proposta.

A terceira confissão de Cavaco Silva - por sinal, a que mais interessa fixar - é a de que, como o PCP há muito adverte e não foi percebido por alguns distraídos que levam demasiadamente a sério certas efabulações jornalísticas, o PSD tenta

tirar vantagens de continuar a ser Governo (Cavaco inaugurando, Cavaco dando balanço, Cavaco prestando contas) e de, ao mesmo tempo, se apresentar como «oposição» a si próprio (Nogueira encenando este ou aquele fingido distanciamento, Nogueira acenando com esta ou aquela promessa de pretensa renovação).

Com efeito, Cavaco Silva, em extremos de lancinante compreensão e tolerância, vai mesmo ao ponto de declarar que «devo estar preparado para aceitar eventuais discordâncias do partido em relação à actuação do governo».

A este respeito, não valerá a pena dizer mais nada, a não ser, talvez, que pelos vistos depois de dez anos de sólido e consumadíssimo casamento entre o Governo e o PSD, vamos agora seguramente assistir às infundáveis cenas de um casa-descasa milimetricamente definido segundo as conveniências eleitorais.

■ Vítor Dias

## Tão vãs, tão mudaves...

Adensa-se o mistério. Renasce o tabu. Cresce a impaciência. Alastra a dúvida. Avoluma-se a incógnita. A atenta comunicação social, sequiosa de fontes, desdobra-se na busca nem que seja de um ténue fiozinho de água, bebe aqui, sorve acolá e assim cumpre, como lhe compete e é seu timbre, a sua missão.

Entretanto, a Nação, expectante e ansiosa, interroga-se e sofre.

O caso não é para menos, como de imediato veremos. Trata-se de saber se a Plataforma (dita) de Esquerda vai ou não aderir ao PS.

A magna questão o Expresso responde sim. Por seu lado, Pina Moura diz que «a questão está a ser debatida» e opina que «é evidente que as eleições legislativas (...) encerram um ciclo de vida na Plataforma». Barros Moura garante que «a decisão ainda não está tomada» e que dificilmente deverá ocorrer... «ante das próximas eleições legislativas».

Quer tudo isto dizer que desta vez o Expresso acertou.

Confesso a minha não surpresa face a tal ocorrência. Com efeito, tudo fazia prever este (des)enlace, por parte de cidadãos semelhantes estes, os quais, como temos observado: 1) assentam a sua prática política numa sólida e intransigente base ética caracterizada, entre outras coisas, por um total desprendimento dos bens terrenos e materiais e por um absoluto desinteresse por cargos e prendas; 2) dedicam todo o seu abnegado e magnânimo esforço ao nobre objectivo de refundar a esquerda e, a partir de uma lúcida, rigorosa e inteligente análise, consideram que o PS terá que ser «o centro dessa refundação», reservando para si próprios a função de acrescentar mais esquerda ao PS; 3) suportam a sua unidade interna no desejo de «uma colaboração estreita com o PS que pode inclusivamente passar pela participação nas listas de deputados» (todos concordam com a «necessidade de conseguir a alternância política»); 4) são protagonistas de uma cavalgada política empol-

gante desde os tempos em que militavam no PCP até à era actual, cavalgada que deixou a estrada que palmilharam salpicada de gotas de suor de esquerda.

É tudo isto e muito mais que justifica a minha não surpresa por esta iminente adesão de facto da PE ao PS. O que não significa que a referida adesão não me motive a reflectir sobre as evoluções, desenvolvimentos e características da humana condição. De facto, é espantoso como certas pessoas (não) nos surpreendem, como mudam, como se modificam e se passam.

Todos nos lembramos que estes ex-PCP e quase ex-PE, saíram do Partido porque não conseguiram renová-lo e prepará-lo melhor para as duras batalhas do momento e para criar as condições necessárias para travar com êxito essas batalhas. Lembro-me de Pina Moura, na tribuna do XIII Congresso do PCP, alertando-nos

contra os perigos da «bipolarização ganhar terreno», o que conduziria a que a «esquerda ficasse então mais pobre e a luta pelo socialismo mais empobrecida»; dizendo-nos que a Resolução Política em debate «não responde ainda eficientemente ao desafio que o nosso tempo nos coloca» mas que, «depois de aprovada», ela «será de todos nós, de todos os comunistas»; e concluindo que «é com ela que todos nós, com divergências ou sem elas, queremos prosseguir unidos o combate comunista do nosso tempo». Palavras não eram ditas e ei-lo a defender a bipolarização e a alternância, a colaborar numa proposta de política que quase não se distingue da praticada pelo PSD e a contribuir para a definição de uma esquerda que se situa tão ao centro que ameaça alagar parte considerável do espaço da direita.

São assim algumas pessoas: tão de esquerda; tão modernas; tão vãs; tão mudaves...

■ José Casanova

# TURQUIA

## para esmagar Curdos invade Iraque

Desafiando todas as leis em que assenta o direito internacional, o governo turco, membro da NATO, candidato à entrada na União Europeia, mandou o seu exército invadir e ocupar quarenta quilómetros do Norte do Iraque para combater os curdos, uma minoria de 15 milhões de habitantes na Turquia, a quem os governantes turcos não reconhecem quaisquer direitos.

A invasão do Iraque destina-se, segundo as palavras do primeiro-ministro turco, Tansu Ciller, «... a acabar com eles...». Um alto oficial do exército turco em conferência de imprensa completaria o raciocínio do primeiro-ministro: «... Ficaremos aqui até os termos derrotado. Pode demorar um mês, pode demorar um ano...».

Segundo o Público de 23.03.95, «... os EUA, que tinham dado o seu apoio à operação de Ancara, recomendaram ontem que poupassem os civis e fossem o mais breve possível...». O Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão considerou, segundo o mesmo jornal, «justificável» a operação. O porta-voz do MNE belga disse: «... não é o momento de aplicar sanções contra a Turquia e de erigir um muro entre a Turquia e a Europa» (Público, 25.03.95).

Allain Juppé, MNE da França, disse «compreender» as necessidades de segurança da Turquia (Público, 24.03.95). Todos poderemos imaginar as declarações do Foreign Office, ou não tivesse sido a Grã-Bretanha o primeiro país a iniciar os bombardeamentos sistemáticos ainda nos anos vinte, depois do Tratado de Lausanne em 1923 ter feito letra morta do Tratado de Sévres de Agosto de 1920, no qual eram reconhecidos os direitos nacionais curdos (...). E foram os próprios ingleses que chamaram a si a repressão da primeira revolta face à «traição» que acabavam de ser vítimas. Ao longo de mais de 10 anos a Royal Air Force procedeu a um bombardeamento praticamente contínuo do Curdistão iraquiano («Expresso», 23.3.91).

Não cabem, pois, dúvidas quanto aos desígnios das potências ocidentais, que poderíamos resumir do seguinte modo: *matem depressa que nós consideramos justificável e compreensível e por isso não apoiaremos quaisquer sanções.*

Na verdade, não se pode acusar as potências capitalistas de terem uma linguagem ambígua. Com o mundo a seus pés, o Ocidente entende que pode dar a cara por um regime que sempre reprimiu os seus opositores, que esmagou os curdos (negando-lhes os mais elementares direitos), que ocupa militarmente o Norte do Chipre em grosseira violação do direito internacional, e que constitui uma espécie de guarda avançada da NATO na Ásia. O Ocidente ganha milhares de milhões vendendo armas à Turquia para, entre outras coisas, «acabar com os curdos», num autêntico genocídio curdo.

Só que o problema curdo não se resolve com a intensificação da repressão do movimento guerrilheiro dirigido pelo PKK, a não ser conjuntamente. Os curdos (25 milhões espalhados pela Turquia, Iraque, Irão, Síria e Rússia) constituem um povo com a sua própria identidade nacional. É pelo reconhecimento destes direitos, negados há séculos com o terror das armas, que os guerrilheiros curdos lutam.

A promíscua aliança entre os regimes de Ancara e Teerão, Bagdad e o Ocidente constitui um fortíssimo obstáculo à luta de libertação nacional curda, mas que não é intransponível.

Os curdos, que lutam corajosamente pelos seus direitos nacionais, não têm um único país na região que os apoie. A sua força reside no apoio do próprio povo curdo.

A opinião pública mundial, denunciando e condenando este novo massacre, mostra aos dirigentes turcos que não bastam as armas e o exército e aos curdos que não estão sós. As forças democráticas e de esquerda em Portugal para quem o direito à autodeterminação dos povos é um valor indiscutível devem denunciar pelos meios que têm ao seu alcance esta invasão e este conluio.

■ Domingos Lopes

## Sessão de encerramento do Debate com o País

## A participação à esquerda

Decorridos aproximadamente seis meses sobre a sua abertura oficial, período durante o qual registou no activo mais de três centenas de encontros, a iniciativa política do PCP denominada "Debate com o País" teve o seu epílogo no último sábado. Foi num hotel da capital, na sua sala maior, espaço amplo que acabou no entanto por se revelar demasiado exíguo para acolher as centenas de participantes.

Do êxito desta iniciativa política, convenientemente avaliadas todas as suas repercussões e alcance, nos mais variados planos, provavelmente, haverá ainda que aguardar. Mas o que desde já é possível concluir - e aqui não faltam elementos de aferição - é que se tratou de uma proposta de diálogo e de uma oportunidade de reflexão que serviu para testar propostas, para confrontar opiniões, para dar corpo a um grande movimento de opinião que deseja e luta por uma outra política.

Foi este espírito que esteve presente na sessão, a que assistiram vários responsáveis de órgãos dirigentes do PCP e numerosas personalidades com intervenção na vida política, social, cultural e sindical, de entre os quais destacamos, ao acaso, para citar apenas alguns exemplos, os nomes de Avelãs Nunes, Mário Brito (Juiz jubilado do Supremo Tribunal de Justiça e antigo membro do Tribunal Constitucional), Gomes Motta (membro do Conselho de Estado e promotor do Congresso "Portugal, Que Futuro?"), Rosa Coutinho, Carvalho da Silva, José Cartaxo, Paulo Sucena, António Galhordas, Isabel Castro, Blasco Hugo Fernandes, Corregedor da Fonseca, Demétrio Alves, Rui Godinho, Urbano Tavares Rodrigues.

## Dúvida, evidência, esperança

Presidida pelo escritor José Saramago, na mesa da sessão

compreendo que alguém possa tê-la, e não apenas tê-la como promovê-la - o diálogo com o País terá sido efectivamente um diálogo com o País ou terá sido uma conversa, completa, na nossa própria casa, em sentido mais ou menos metafórico, na presença de alguns vizinhos mais próximos? Isto é algo de que nós não podemos escapar, porque sempre se diz que as iniciativas do Partido, o que o Partido cria, inventa, faz, organiza, leva sempre a suspeita de que não será tanto assim, e eles lá se entendem uns com os outros. Se, efectivamente, alguém tem essa dúvida, essa dúvida provavelmente justificar-se-á por uma certa deficiência no reflexo de toda esta actividade, uma vez que se promoveram à volta de trezentas sessões sobre os mais variados temas, desde os de interesse mais imediato até temas de carácter prospectivo. Tudo isso se organizou - podem perguntar, como é que sabes se estás tão longe?, mas eu recebo o "Avante!" e vou seguindo a vida do meu Partido.

dizer que cada vez haja menos direita. E, há que dizê-lo, cada vez há menos esquerda. Tem havido cada vez menos esquerda. O que é que está a acontecer em toda a Europa? É que forças antes classificadas como de esquerda têm-se progressivamente aproximado do centro e, no nosso caso particular, sem pretender melindrar seja quem for, a verdade é que pela própria lógica da situação internacional ou de um certo modo de entendê-la, os partidos socialistas vão-se aproximando do centro. No caso de Portugal - e num parêntesis rápido, nada do que eu vá dizer compromete o Partido de que sou militante -, penso que, evidentemente, há diferenças, mas são diferenças estéticas, entre um centro que foi direita e uma esquerda que começa a ser centro. As diferenças são de carácter estético. Algumas eventualmente também de carácter ético. Mas a questão central, que é a questão política, a questão económica e a compreensão de todos estes fenómenos, é praticamente coincidente. O cen-

guntemos a cada um de nós quem é que está à esquerda.

"Se alguma vez aconteceu, e aconteceu com certeza, se nos cristalizámos num certo tipo de visão, de interpretação, então des-cristalizemo-nos rapidamente, porque o tempo de reflectir outra vez, à esquerda, está a acontecer."

## O País real

"Com o Debate, partimos para o país real - dos trabalhadores, da vida e das suas dificuldades, das lutas, dos problemas, das interrogações e inquietações das pessoas", disse Edgar Correia, da Comissão Política do CC do PCP, o orador seguinte, que fez o balanço das centenas de sessões que ali culminavam. "Não partimos, porém, de mãos vazias. Levámos connosco um património de ideias, de reflexões, de propostas de um partido - que concorde-se ou discorde-se das suas posições - tem nesta sociedade um percurso singular".

bilidades perante os cidadãos. A Segurança Social e outras questões sociais. A saúde. A educação, a ciência e a tecnologia. A cultura. O ambiente. Os problemas da liberdade, da democracia, da participação."

"O Debate mostrou como é profunda a inquietação que atravessa o país e emaranhado o quadro das contradições e dos problemas. Confirmou a natureza estrutural das principais dificuldades. E evidenciou que a política de direita é apontada, de forma muito generalizada, como responsável principal pela situação. Mas o que acolhemos de mais expressivo", acentuou Edgar Correia, "foi a atitude das pessoas. A vontade apaixonada de discutir, de confrontar pontos de vista, de compreender. A busca de soluções sem simplificações reductoras. O empenho vivo no sentido da mudança.

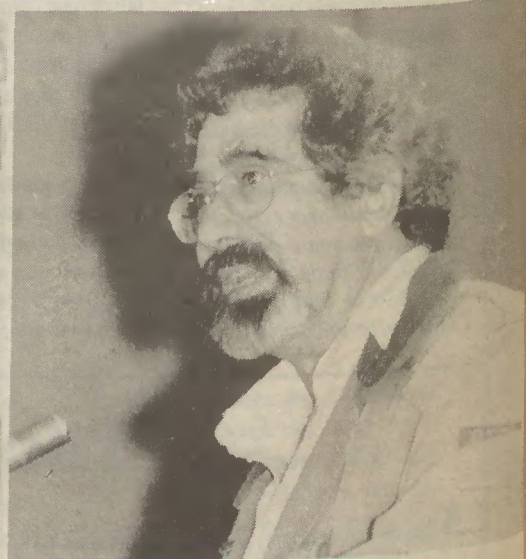
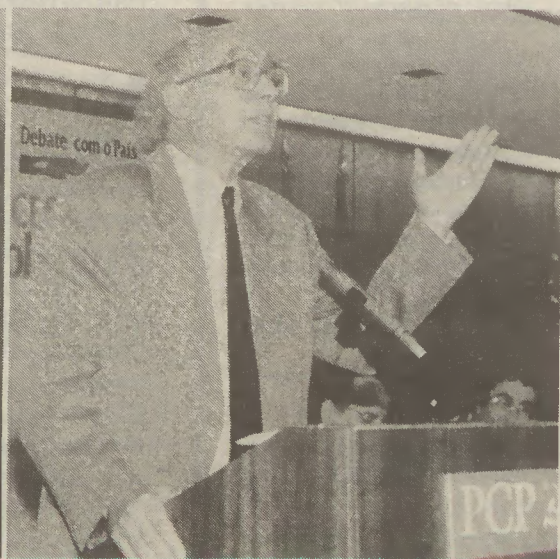
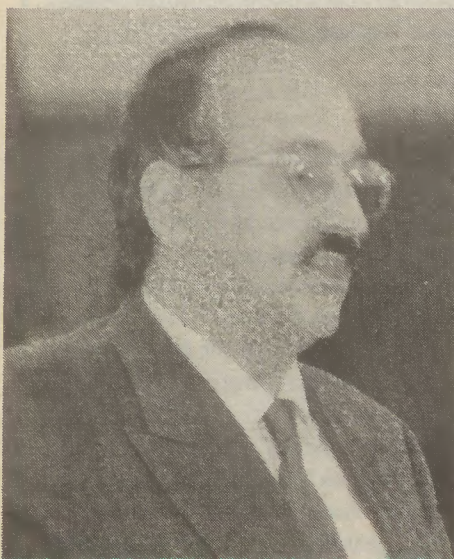
"Ao longo destes meses procedemos a um diagnóstico de situação de invulgar densidade e dimensão. E um manancial inesgotável e enriquecedor de reflexões e contributos para uma nova política, para uma política de esquerda, verdadeiramente brotou das iniciativas - seja na busca de respostas para as grandes questões e linhas fundamentais, seja na diversidade dos domínios sectoriais e específicos. Nada pode haver de mais gratificante para o propósito político que animou o PCP."

duas: elitização e degradação. Elitização no ensino, na cultura e na saúde; degradação nomeadamente no plano social, com o crescimento da marginalidade e da toxicod dependência".

"Esta situação tem responsáveis", afirmou mais adiante: "A política de direita que tem sido desenvolvida em Portugal ao serviço do grande capital e dos interesses das classes dominantes e respectivas clientelas, com particulares responsabilidades para o PSD, no Governo há 16 anos, e nos últimos oito com maioria absoluta."

Afirmando que a situação é ultrapassável, Sandra Benfica sublinhou que a alternativa que se impõe é claramente diferente: na forma de encarar o objectivo do desenvolvimento, na forma de encarar a educação, na forma de encarar o trabalho e a formação profissional, diferente na forma de encarar a juventude - "que a considere como uma importante força social dos nossos dias e conte com a reflexão, a criatividade, a vontade e a afirmação própria da juventude para a transformação da vida, a solução dos problemas do presente e a construção do Portugal do Futuro."

"Para se alcançar esta política radicalmente diferente não faltam as propostas - só neste Debate com o País, e no que respeita à juventude, pudemos recensear centenas delas". E a



Edgar Correia, José Saramago, Sandra Benfica e Cláudio Torres, os oradores da sessão de encerramento, que intervieram antes de Carlos Carvalhas

estavam Sandra Benfica, da Direcção Nacional da JCP, Cláudio Torres, independente, Edgar Correia, da Comissão Política, e Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Saramago abriu com bom humor os trabalhos e recordou que, quando lhe pediram para presidir ao acto e achando-se a viver tão longe, se havia interrogado sobre as razões de tal convite. E concluiu que talvez o tivessem convidado para que se não esquecessem de si os amigos e os camaradas. "Há que dizer", afirmou, "que não preciso de ser mostrado. Porque onde estava, estou, e onde estou, estarei."

Passou seguidamente a apresentar os três tópicos de que tomara notas. Uma dúvida; uma evidência; e uma esperança. "A dúvida, que não é minha, mas que eu

Mesmo que se tratasse apenas - e não foi com certeza, porque trezentas sessões são demasiadas - de qualquer coisa limitada à casa própria, mesmo assim, pela diversidade dos assuntos tratados, pela seriedade com que foram tratados - e se alguma coisa o Partido habituou os portugueses foi a que tudo quanto faz, mesmo quando erra, é sempre feito com uma grande seriedade. Portanto, quanto à dúvida, temos dito.

"Uma evidência. Esta evidência tanto tem a ver com a situação concreta do país que é o nosso - situação política, económica, social, cultural -, como tem que ver com o estado do mundo e mais particularmente com a Europa. A verdade é que se pode chegar à conclusão de que o centro, na Europa, está a alargar-se. Cada vez há mais centro. Não quero

tro está a tomar-se mais denso, por sobreposição do que sempre foi centro e do que antes foi direita. E com isto acaba a evidência.

"E passo imediatamente à esperança. É que se uma esquerda se aproximou do centro, há um espaço da esquerda, enorme, disponível, vazio. Disponível para o trabalho, para a reflexão, para a discussão, para o exame autocrítico, disponível para tudo o que é o exercício livre do pensamento sobre dados objectivos. E essa tarefa só pode ser, nas circunstâncias actuais, a tarefa do PCP.

"E não é porque eu seja militante do Partido. Também não é na situação do pai da noiva que evidentemente tem de gabar a noiva, senão não a casa. Não tem nada que ver com isso, é a pura evidência. O lugar de reflexão de esquerda está à esquerda. E per-

Falando da diversidade dos temas abordados e do amplo leque social que participou vivamente nas iniciativas - trabalhadores das mais variadas camadas e sectores, agricultores do país inteiro, pescadores, intelectuais, quadros, juventude, Edgar Correia afirmou:

"Se passarmos os olhos pelo calendário das iniciativas realizadas, poderemos confirmar quer todas as grandes questões da nossa sociedade foram objecto de atenção: o emprego e os flagelos do desemprego e do trabalho precário; os salários; os direitos dos trabalhadores. As questões decisivas da economia e dos seus principais sectores, e do desenvolvimento nacional e regional. O futuro da CE e a revisão do Tratado da União Europeia. As funções sociais do Estado e as suas responsa-

## Dificuldades e alternativa

Sandra Benfica, do Secretariado da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, tomou a palavra em seguida, referindo-se à situação da juventude, identificando-a com duas palavras - dificuldade e instabilidade.

E enumerou: dificuldade e instabilidade no emprego, na escola, no desenvolvimento de uma vida independente, no encarar do futuro, dificuldade para os jovens imigrantes, também, em consequência da política xenófoba do Governo.

"Dificuldade e instabilidade", disse, "são pois palavras presentes na situação da juventude hoje. Mas temos que lhe somar outras



## Debate com o País

# Intervenção de Carlos Carvalhas Juntos com o PCP

## para uma profunda viragem na política nacional

dirigente da JCP adiantou algumas - o fim da discriminação salarial, a adopção de um sistema de apoio aos jovens desempregados e à procura do 1º emprego, a garantia na Formação Profissional de bolsas dignas, o apoio às famílias mais carenciadas, o estímulo à formação dos jovens trabalhadores, a melhoria das condições do ensino, a revogação do sistema de Avaliação Escolar, a eliminação do *Numerus Clausus*, a adopção da lei das Propinas, a adopção de um efectivo sistema de apoio social no Ensino Superior Público, um plano de habitação social para jovens, o diálogo com, e o apoio ao Movimento Associativo Juvenil.

"Temos a convicção de que é preciso avisar toda a gente. Uma nova política é precisa, uma política de esquerda é possível. É tempo de mudança!"

### Cultura e desenvolvimento

Cláudio Torres centrou a sua contribuição sobre as questões da cultura e do desenvolvimento, adiantando que é um tema "violentamente actual" e lembrando o caso de Foz Côa. "O desenvolvimento de uma barragem gigantesca que vai ou não destruir cultura. E o preço das duas coisas. Há cultura que se deve salvar; há progresso e desenvolvimento que deve ser feito. E é um pouco aí também que está neste momento o problema. Quando, do meu ponto de vista, as coisas não são dissociáveis. Hoje todos sabemos que há uma dialéctica, não é possível dissociar os dois fenómenos, cultura/desenvolvimento perfeitamente ligados entre si".

Recordando as barragens já feitas na região - o Picote, o Lindoso, etc., acentuou que, embora as barragens produzam energia eléctrica para o litoral, as povoações desertificaram-se e a pequena percentagem de produção de energia pesa profunda-

mente no interior em desertificação.

"São questões de opção. De uma política cultural, a deste Governo que, como sabemos, é uma política exclusivamente do efémero, do espectáculo, que é construir e organizar a cultura como uma espécie de pão e circo que se vai dando, mais cara ou menos cara, conforme os centros culturais de Belém".

O orador chamou a atenção para a desproporção nos investimentos nesta área - "O simples preço que se pode pagar por uma ópera que venha do estrangeiro é o preço de uma vida inteira de um Giacometti a recolher música popular."

Cláudio Torres referiu-se depois ao seu trabalho em Mértola e ao apoio fundamental da autarquia na construção de um projecto cultural que a pouco e pouco provocou uma mecânica de desenvolvimento e de contacto popular. E recordou que o próprio trabalho de levantamento arqueológico veio a permitir lutar e evitar a completa eucaliptização da zona.

Falou ainda dos coutos de caça, que cobrem, na região, mais de 50% da área, tapando e destruindo caminhos antigos, cujo levantamento, como estrutura de um território cultural, vem criando obstáculos a que arame completamente todo o Alentejo. Esta simbiose de interesses entre o trabalho cultural e a comunidade vai levando a que estes agentes culturais sejam chamados a participar nos problemas locais, económicos e políticos.

A questão do Alqueva - aproveitar e defender os objectivos culturais daquela água - foi ainda um dos temas tratados por Cláudio Torres, na sua interessante exposição.

Em nota final, e depois de exprimir juízos negativos sobre os regimes que vigoraram no Leste, exaltou o valor da utopia e do ideal e terminou exclamando: "Morreu o comunismo, viva o comunismo!"

Antes do mais, um cordial agradecimento pela vossa generosa presença, para nós sempre importante na diversidade das suas motivações: a identificação com a nossa luta, o interesse no conhecimento directo das nossas posições, o exercício da tarefa profissional de informar.

Vimos hoje aqui dar conta, como sabem, de um trabalho desenvolvido pelo PCP nos últimos seis meses e que contou com milhares de participantes, militantes do nosso Partido, independentes politicamente empenhados e muitos outros portugueses interessados em manifestar os seus pontos de vista sobre o Portugal que vivemos e sobre eles dialogar.

Terão talvez notado que me referi ao "Debate com o País" que hoje se encerra chamando-lhe **um trabalho desenvolvido pelo PCP**. É uma palavra que significativamente parece cada vez afastar-se mais do vocabulário da política e que, de forma igualmente significativa, entendemos que nele solidamente se tem de manter.

Temos da acção política a visão realizadora, esforçada, criadora e honesta que fazem do trabalho o essencial factor transformador do mundo e o padrão básico de uma ética social que garante sociedades livres e justas. Temos da política a concepção de quem trabalha.

Procurámos através do "Debate com o País" realizar um levantamento tão vasto quanto possível dos grandes problemas que atravessam hoje a sociedade portuguesa e encontrar a natural variedade de propostas de solução e alternativa, correspondendo na sua diversidade à que em si própria caracteriza a pluralidade do tecido social.

Quisemos fazer este balanço ouvindo, dialogando, ao fim e ao cabo pondo em debate as nossas próprias propostas e enriquecendo-as no confronto com outras soluções, com outras ideias, com outras sensibilidades e visões do mundo, com especialistas reconhecidos e com os comuns cidadãos de todas as ideologias que conosco quiseram participar.

Como afirmámos ao lançar esta iniciativa, num período que antecede um acto eleitoral essencial para a concretização das condições institucionais para uma outra política, interessa não apenas a sem dúvida essencial acção político-eleitoral, mas a criação de um lúcido e interveniente estado de espírito que percorra o País e que traduza uma consciência clara da situação e dos seus problemas e uma exigência firme e concisa de medidas de mudança.

Realizando-se, em 1995, eleições legislativas, constitui uma normal decorrência do regime democrático que delas possa resultar uma maioria parlamentar diversa da existente e que para tanto se batam os que hoje se encontram em minoria. Mas, como repetidamente temos afirmado, a situação do País e os problemas que o afligem não se compadecem com uma mera alternância de maiorias: as deslocações de voto que é urgente que criem as condições institucionais para outra política, ou seja, outra maioria e outro governo, têm de se alicerçar na generalizada consciência dos problemas que afectam a nossa vida e na clara exigência de que o necessário não é apenas mudar de maioria, mas essencialmente uma nova política, com outros valores e opções.

Os Debates com o País quiseram assim ser, não um arrolar de adesões, uma sedução de possíveis aliados ou um ansioso compromisso de partilhas de ansiados espólios, mas sim um cuidadoso contributo para a elaboração da carta dos grandes problemas do País, das suas causas e efeitos, lado a lado com o estímulo e a recolha de propostas de soluções, da manifestação de anseios, da mobilização de criadoras vontades de transformação.

A sistematização e elaboração das preciosas contribuições recolhidas não estão ainda concluídas e, por outro lado, compreender-se-á que a apresentação da sua totalidade largamente excederia o tempo que hoje vos pedimos.

Interessará, contudo, poder transmitir-vos o que pensamos serem as grandes linhas que, através da vasta diversidade de ideias e palavras dos participantes, atravessaram os debates realizados e que pensamos permitirem uma útil sistematização dos grandes problemas que enfrentamos, bem como de um conjunto de orientações que configuram uma nova política, como verdadeira política alternativa.

Antes, contudo, gostaria de sublinhar que, para além da sistematização que referi e a que de seguida passaremos, dois aspectos, de índole diversa deste inventário concreto da realidade concreta do País e do seu futuro, constituem, a nosso ver, significativas e animadoras características da globalidade dos debates.

Em primeiro lugar, os encontros realizados traduziram uma **clara consciência das realidades e dos problemas** que neles se debateram.

A ninguém surpreenderia que, num País de 10 milhões de habitantes onde sofrem o desemprego quase meio milhão de trabalhadores, que num país onde a política de direita gerou uma situação em que 60% dos pensionistas auferem pensões inferiores a 20 contos mensais, onde todos os dias fecha uma fábrica, onde a corrupção entrou no quotidiano, a ninguém surpreenderia, dizia, que seja generalizado o conhecimento dos fracassos, dos impasses, dos retrocessos impostos por dez anos de cavaquismo.

Mas o "Debate com o País" veio demonstrar que esse conhecimento não se esgota no caso individual, antes largamente se manifesta uma consciência do carácter global dos problemas e das suas causas.

Factor político da maior importância, pensamos poder afirmar após o "Debate com o País" - e confirmando, aliás, uma realidade que a Comunicação Social globalmente também traduz - que os portugueses não enfrentam as dificuldades que sentem como *casos individuais* ou *situações excepcionais*, mas que existe a consciência de que

os problemas são globais, ultrapassam o caso individual e, sobretudo, se radicam numa política geradora de efeitos perversos em todas as áreas, da pensão de sobrevivência à comercialização de produtos agrícolas, da assistência hospitalar ao desemprego, do caos educacional à insegurança nas ruas.

Há, em suma, a consciência que o problema é **o de uma política**, que o problema é **o falhanço da política de direita em geral e a do cavaquismo em particular**.

Em segundo lugar, lado a lado com esta consciência, o "Debate com o País" revelou uma capacidade, uma vontade interventora que desmente frontalmente as ideias frequentemente invocadas de uma geral aceitação passiva ou desanimada da situação.

A própria consciência do carácter da crise e das suas causas, da responsabilidade de uma política constitui a natural base de uma postura activa e interventora - realidade que quotidianamente se comprova pela combatividade reivindicativa que abrange sectores tão diversificados quanto os trabalhadores das telecomunicações ou os médicos, os trabalhadores da administração municipal e os estudantes universitários.

O "Debate com o País" revelou que, paralelamente com esta vontade combativa que se traduz na reivindicação e no protesto, existe a vontade e capacidade de **elaborar sobre políticas e soluções alternativas**. Verifica-se, em suma, que não apenas há a consciência do que está mal e a vontade e determinação de contra ele lutar, como há também a vontade e capacidade para defender e concretizar como se faz bem.

Resumindo, diria que os Debates com o País, para além de tudo o mais confirmaram:

- que os portugueses sabem que o País vai mal;
- que cresce a consciência de que a culpa desta situação é global e da responsabilidade da política de direita;
- que os portugueses querem outra política e sabem que a querem.

O resultado dos Debates com o País constitui um esmagador requisito contra a política cavaquista em todos os seus domínios. Tal inventário revela, na vastidão e gravidade dos problemas, os graves resultados para o País, mas permite, por outro lado, um registo de **elementos essenciais que caracterizam aquela política** na trágica diversidade das suas consequências negativas.

### Três eixos essenciais da política de direita

Permitam-me que saliente o que consideramos constituírem três eixos essenciais da política da direita ainda no poder.

Em primeiro lugar, a **política de direita** pautou-se pelo **constante favorecimento de grandes interesses e pela penalização do trabalho**.



## Intervenção de Carlos Carvalhas Juntos com o PCP para uma profunda viragem na política nacional

Esta opção manifesta-se na política de investimentos, na política fiscal, na política financeira, acima de tudo no apoio à reconstituição de grupos monopolistas que a própria economia condenara já.

Manifesta-se na degradação das condições de vida do povo, no desemprego maciço, na generalizada precarização do trabalho e até mesmo quando concebe e executa a política social como um acto de caridade limitador de lucros e não como um objectivo e condição do desenvolvimento.

Manifesta-se no baixíssimo nível das prestações sociais, na situação na área da saúde, no agravamento do carácter classista do acesso aos cuidados médicos.

Manifesta-se quando sacrifica a educação, a cultura e a ciência a critérios de lucro, com consequências imediatas graves e uma efectiva hipoteca do futuro do País.

A política de direita privilegia o grande capital, mas, mesmo dentro dele, tem privilegiado o capital financeiro, o mais afastado do trabalho e da produção.

A política de direita opta pelo capital nos próprios critérios de vivência que tem pretendido impor, na opção pelos critérios de *selectividade* em toda a vida social em detrimento do princípio da *universalidade* e *solidariedade*, marca do acesso à modernidade das democracias das sociedades industriais. Num movimento de claro retrocesso, a política de direita tenta impor a moral *selectiva* característica de concorrência capitalista novecentista contra a moral *universal* e *solidária*, marca dos grandes passos de desenvolvimento encetados pela Humanidade na última metade do século XX.

Em segundo lugar, a **política de direita colocou os recursos do Estado inteiramente ao serviço das oligarquias**, criando uma situação de promiscuidade do poder político e económico que tem no clientelismo, no tráfico de influências e na generalizada corrupção uma das suas expressões mais afrontosas.

O problema não é o «menos Estado e melhor Estado» (PSD), ou a «persistente omnipresença do Estado sem regras, em todas as actividades económicas» ou a «tutela administrativa do Estado sobre a economia» (PS), mas o sentido e a marca da sua intervenção. Marca determinada pelos objectivos que se propõe, pelos interesses que defende, pelos meios que utiliza.

O problema é ser «mais e melhor Estado», «omnipresente, sem regras e tutelar» quando se trata de defender os bolsos e servir os interesses do grande capital nacional e multinacional (fundos comunitários, legislação laboral, privatizações, OPAs...) e ser menos Estado, pior Estado, Estado mínimo e demitido dos próprios imperativos constitucionais quando se trata dos trabalhadores, dos agricultores, dos pensionistas, dos jovens, na defesa dos postos de trabalho, da produção agrícola, na prestação de serviços de saúde e educação.

Em terceiro lugar, no campo do regime e do seu funcionamento, **a política de direita optou claramente por um exercício autoritário do poder, uma crescente governamentalização do sistema político, uma efectiva limitação do amplo leque de direitos de participação consagrados na Constituição e por violações constantes dos preceitos constitucionais de delimitação e interdependência dos poderes.**

O governo PSD hostilizou e ignorou sistematicamente o papel do Parlamento na ordem constitucional portuguesa, entrou constantemente em conflito com os órgãos de soberania cujo domínio não podia assegurar, pretendeu limitar a independência do poder judicial, erigiu um tecido de polícias secretas e serviços de informação despidos de qualquer controlo democrático e que constitui uma efectiva ameaça para a liberdade e privacidade dos cidadãos.

Contrariando promessas e compromissos, o governo PSD bloqueou o processo de regionalização, legislou contra os direitos dos trabalhadores e ignorou as suas constantes violações dentro das empresas.

O privilégio à concentração da riqueza, às actividades especulativas contra o trabalho, e a actividade produtiva, o desrespeito pela identidade constitucional do Estado e a clara opção pelo exercício autoritário do poder contra a essência democrática e participativa do regime democrático consagrado na Constituição Portuguesa constituem as três matrizes determinantes de uma política que se desdobrou ao longo de mais de uma dezena de anos e conduziu o País a uma das mais graves crises da sua História.

Tais opções, tais linhas de força não são, bem o sabemos, exclusivas dos governos PSD: perfilam-se com iguais efeitos por detrás de

políticas apresentadas como a **alternância da que vigorou - sem para ela serem a alternativa.** Sobre as palavras das promessas ou das propagandas elas fazem incidir a luz crua da verdade, do efectivo perfil de uma política. **Esta hierarquia entre o capital e o trabalho, esta concepção e acção do Estado, este estilo e prática de exercício do poder configuram a política da direita.**

Mudar de política exige não apenas mudar quem executa, mas essencialmente aquilo que é executado. É por uma resposta a estes pontos que se define a alternativa necessária.

Antes, porém, torna-se indispensável que clarifiquemos a nossa posição sobre algumas questões básicas que as forças dominantes querem transformar em verdadeiros «tabus».

### Atitudes que marcam a diferença

Em face da agonia da agricultura, do declínio da pesca, da regressão da indústria, do crescimento das já muito altas taxas de desemprego e da invasão crescente dos nossos mercados, de praticamente todos os ramos, por produtos estrangeiros, instala-se uma interrogação premente no imaginário do país: o que vamos produzir, de que vamos viver?



«De que vamos viver?» deixou de ser entre nós um elemento retórico do discurso político, para passar a ser uma angústia que prepassa nas conversas, que se ouve nas ruas, que salta aos lábios de quem trabalha e produz.

Não ignoramos as carências e os atrasos do nosso país, ditados não tanto pela severidade da natureza, mas sobretudo por razões históricas bem conhecidas, que políticas recentes não atenuaram e em muitos casos até agravaram.

Estamos, porém, firmemente convencidos da importância das potencialidades nacionais, no valor dos nossos recursos e sobretudo da energia e da capacidade das trabalhadoras, dos trabalhadores, do nosso povo.

Acreditamos no sucesso da luta por um Portugal de liberdade, progresso e bem-estar numa Europa de paz e cooperação.

Para nós, Portugal não está condenado a ser uma economia subalterna, uma espécie de instância balnear da Europa rica, um mercado para o estrangeiro colocar os seus produtos.

E parece-nos evidente que **nunca haverá um verdadeiro projecto de desenvolvimento e modernização do nosso país se não se rompe claramente com a atitude de abdicação e subserviência, em relação às instâncias dominantes da União Europeia,** que tem caracterizado o comportamento governamental no processo de integração.

Nós não aceitamos como uma fatalidade inelutável que o nosso país tenha que se vergar de novo ao império, aos interesses e à política do negociamento e da concentração da riqueza.

E parece-nos evidente que **não haverá correcção das desigualdades, nem política de solidariedade, nem mais justa repartição da riqueza, se se continua a incentivar a sua concentração e não se tomam medidas enérgicas para penalizar as actividades especulativas e parasitárias.**

Nós não aceitamos uma sociedade cada vez mais injusta e desumana, em que a chamada retoma económica não beneficia nem o

emprego, nem o nível de vida das populações e redundam em benefício exclusivo dos dividendos e do lucro.

E parece-nos evidente que **a melhoria dos rendimentos dos mais desfavorecidos, em termos salariais, fiscais e de benefícios sociais, tem que implicar uma mais justa distribuição do rendimento.**

Nós não aceitamos uma concepção de crescimento baseado na mão-de-obra barata, na intensificação da exploração do trabalho e na desprotecção dos trabalhadores.

E parece-nos evidente que **o desenvolvimento é inseparável da justiça social, do respeito pelos direitos e conquistas históricas do mundo do trabalho e da insubstituível participação empenhada e determinada dos trabalhadores.**

Nós não aceitamos as teorias que invocam a crise do sistema político para justificar a eliminação do princípio da proporcionalidade no nosso direito eleitoral e as que invocam a estabilidade para pedirem maiorias absolutas, que temos visto transformarem-se em poder absoluto verdadeiramente desestabilizador.

E parece-nos evidente que **o revigoramento do regime democrático, a participação popular e a redução da abstenção se conseguem, não favorecendo, mas combatendo a política politiqueria, a demagogia e a bipolarização, aperfeiçoando a democracia representativa, o que implica dar mais voz às grandes causas, aos mais desfavorecidos, aos injustiçados, nas instituições e na comunicação social, avançando ousadamente na abertura à democracia participativa.**

Não quisemos ser exaustivos, mas não acreditamos que qualquer projecto de desenvolvimento democrático para Portugal, baseado numa visão de esquerda, possa ignorar estas atitudes essenciais a que aludimos.

### Grandes orientações para uma nova política

As realidades e consequências para os portugueses e para o país da Governação do PSD nos últimos 10 anos, a persistência e, em alguns casos, o agravamento dos principais problemas com que de há muito o país se confronta, tornam imperiosa uma profunda viragem na vida política nacional.

Mas porque as razões de fundo e essenciais do fracasso dessa governação do PSD radicam na natureza da política prosseguida, a viragem necessária da vida política não se compadece com meras adaptações nas políticas que têm vindo a ser prosseguidas, antes exigem uma

ruptura com os objectivos, os meios e as orientações fundamentais da política de direita.

O «Debate com o País», realizado pelo PCP, mais radicou em nós a certeza de que os grandes problemas com que se confrontam o país e a sociedade portuguesa, neste final de século, exigem uma política radicalmente diferente da política de direita, uma nova política, uma política de esquerda.

Uma nova política que assuma o emprego e o progresso social como grandes objectivos e condições essenciais do desenvolvimento.

Uma nova política que permanentemente assegure e respeite os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e dos trabalhadores.

Uma nova política em que a defesa do sistema produtivo e da produção nacional sejam uma prioridade, e em que um sector empresarial público de empresas básicas e estratégicas e os serviços públicos de natureza social sejam elementos centrais de uma economia ao serviço dos trabalhadores e de todos os portugueses.

Uma nova política que fortaleça o Poder Local, institua as regiões administrativas e prossiga o desenvolvimento harmonioso com a correcção dos desequilíbrios regionais e a protecção do ambiente.

Uma nova política em que os condicionalismos decorrentes da integração comunitária e da internacionalização das economias sejam abordados, não como imperativos a cumprir cegamente ou como dogmas a aceitar passivamente, mas como uma frente de luta na defesa dos interesses e soberania nacionais e da cooperação e solidariedade entre os povos.

Uma nova política em que a questão política central da relação entre o Estado e a economia seja enquadrada e se concretize no respeito pelos princípios fundamentais da organização económica, das incumbências prioritárias do Estado e dos sectores de propriedade dos meios de produção, estabelecidos na Constituição da República Portuguesa.

Para a **nova política** necessária para corresponder e dar satisfação aos justos desejos e legítimas aspirações dos portugueses, o PCP adianta desde já **cinco grandes orientações!**



### Em primeiro lugar Travar os processos destrutivos, desenvolver a economia e promover o emprego

Um novo crescimento económico é necessário. E é possível.

As prioridades objectivas para Portugal, tendo em conta o seu nível de desenvolvimento relativo, são o crescimento económico acelerado, o combate ao desemprego e a satisfação das necessidades sociais da população, o que é manifestamente incompatível com os condicionalismos e obstáculos impostos pelas orientações centrais e centralistas da união económica e monetária.

Economias estruturalmente diferentes e diferenciados níveis de desenvolvimento exigem políticas adequadas a cada realidade, e não políticas únicas, necessariamente definidas de acordo com os interesses das economias mais poderosas e desenvolvidas.

Por isso, se impõe, como necessidade objectiva, a não aceitação, não apenas dos critérios de convergência nominal do Tratado de Maastricht mas, mais global e estruturalmente, das orientações monetaristas da União Europeia. Neste sentido, uma nova política deve assumir claramente a opção de Portugal não se amarrar à terceira fase da UEM.

Do mesmo modo que se impõe, paralelamente, o fim imediato das privatizações, que se têm apresentado como um saque do património público, uma fonte de desemprego e um factor de transferência da decisão económica nacional para o estrangeiro e que desvia recursos fabulosos tão necessários ao investimento produtivo e criador de emprego.

### Em segundo lugar Melhorar as condições sociais, como objectivo e factor de desenvolvimento

Para o PCP, o objectivo essencial e último de uma política de desenvolvimento terá de ser sempre a melhoria progressiva das condições de vida dos cidadãos e a satisfação das suas necessidades.

Por outro lado, não nos restam dúvidas de que as elevadas taxas de crescimento económico de que o país carece para se desenvolver não são possíveis apenas com o apoio da procura externa, das exportações, antes exigem um sustentado e crescente nível da procura interna, nomeadamente através do aumento do emprego e dos rendimentos da generalidade dos portugueses e, em particular, dos trabalhadores e dos pensionistas e reformados.

Mas importa igualmente sublinhar o papel insubstituível que os direitos sociais e as funções redistributivas que lhe estão associadas desempenham como factor de desenvolvimento. A concretização dos direitos sociais, obviamente, absorve recursos, mas é também geradora de condições de progresso e tem provados efeitos positivos na esfera económica.

A política de baixos salários, a precarização do emprego e o desemprego são um mal para o nosso povo e para o nosso país.

Por isso, uma nova política deverá comprometer-se, inequivocamente, com um crescimento dos salários reais que assegure o aumento do peso da massa salarial no rendimento nacional, com a transformação dos empregos precários em empregos estáveis, com a redução do horário máximo de trabalho para as 40 horas, com o combate à desregulamentação das relações de trabalho e com políticas e medidas que conduzam à melhoria dos rendimentos dos agricultores e pescadores.

A protecção social não é um encargo para a sociedade, mas um meio indispensável para o seu desenvolvimento económico e social.

Por isso, uma **nova política** deverá garantir o aumento significativo da imensa maioria das pensões, das reformas e prestações so-

ciais, reformular o sistema de financiamento da segurança social, de forma a que deixe de incidir exclusivamente sobre o emprego e os salários e garanta um rendimento mínimo de subsistência, cuja iniciativa legislativa coube, aliás, ao PCP.

Para fazer progredir a sociedade, é necessário uma educação e uma saúde públicas da mais alta qualidade para todos os cidadãos, impedindo que a educação e a saúde sejam submetidas à mercantilização e ao negocismo e que os portugueses tenham acesso a uma habitação condigna.

Por isso, numa **nova política**, o Estado terá necessariamente de assumir as suas responsabilidades constitucionais na saúde e educação públicas, incluindo a rede pública de educação pré-escolar, na habitação social e no apoio à habitação a preços controlados.

A justiça fiscal é outra componente importante da justiça social.

Por isso, se torna indispensável uma reforma do sistema fiscal que alivie o peso da carga fiscal que incide sobre os rendimentos do trabalho, passe a tributar os rendimentos e mais-valias de capital actualmente isentos ou usufruindo de privilégios fiscais, penalize fiscalmente as actividades especulativas e combata eficazmente os escandalosos níveis de evasão fiscal actualmente existentes.



### Em terceiro lugar Promover a educação, a formação profissional, a cultura, a ciência e a tecnologia

Numa época em que são imensas as possibilidades abertas pelo legado civilizacional e cultural, pelo acelerado desenvolvimento das forças produtivas e por uma profunda revolução científica e tecnológica; e em que o próprio conceito de desenvolvimento surge associado à ideia de processo, de natureza integrada e que comporta várias dimensões (económica, social, cultural, ecológica e política); as sociedades humanas procuram na educação, na formação, na ciência e na cultura, em sentido lato, respostas a necessidades cada vez mais complexas.

Necessidades no domínio da competência profissional e da qualificação. Da cultura humanista e científico-técnica. Da capacidade de inovação e de criação. E dos próprios valores cívicos e humanos.

Por isso, não nos podemos alhear, como povo, das tendências objectivas que se manifestam à escala internacional no sentido do

envolvimento do conjunto da população nos processos educativos; do desenvolvimento da formação inicial e da formação permanente orientada para os adultos e da articulação entre ambas; e da combinação de formações especializadas de utilidade imediata com o desenvolvimento de capacidades de adopção a novas situações e funções.

Por isso, no centro das nossas preocupações e propostas colocamos a educação como uma das prioridades nacionais. Defendemos a necessidade de uma escola pública democratizada e de qualidade, Sustentamos, finalmente, a democratização do acesso à educação e ao ensino. Pomos o acento no sucesso educativo e escolar dos jovens e no sucesso do sistema. E assumimos a necessidade de uma escola com mais autonomia e com mais participação, integrada num sistema educativo não governamentalizado, dotado de autonomia democrática e com financiamento suficiente e regular.

Quanto ao sistema nacional de Investigação e Desenvolvimento (I.DE), o seu desenvolvimento sustentado constitui uma questão verdadeiramente estratégica para o presente e para o futuro do país.

O sector público tem aqui um papel determinante a desempenhar.

O aumento dos recursos financeiros e humanos nesta área é fundamental. Mas não menos decisivo é o desenvolvimento de mecanismos de participação democrática da comunidade científica nas macrodecisões orientadoras e na formulação de uma verdadeira política científica nacional.

### Em quarto lugar A concretização de uma reestruturação democrática do Estado e o aprofundamento da democracia

As liberdades e direitos fundamentais devem ser exemplarmente respeitados em todos os sectores e actividades da vida nacional.

Uma das primeiras medidas de uma nova política deve, por isso, visar os Serviços de Informações, tendo em vista fazer cessar de imediato a prática reiterada de ilegalidades e abusos que o SIS vem praticando na sua actuação de polícia de informações políticas ao serviço do Governo e do partido que o apoia.

Os direitos e liberdades dos trabalhadores, incluindo o direito à greve e o direito de acção sindical na empresa, têm de ser garantidos, combatendo-se o clima de repressão e intimidação que hoje reina.

Os aparelhos policiais devem ser reestruturados visando a garan-

tia da segurança e tranquilidade das populações, e ao mesmo tempo garantir os direitos dos profissionais das forças de segurança, incluindo o direito de sindicalização.

Em matéria de aprofundamento da democraticidade do sistema político, impõe-se a valorização das formas de controlo democrático do poder político que o PSD sistematicamente hostilizou, e dar concretização prática ao amplo leque de direitos de participação dos cidadãos, consagrados na Constituição e na lei.

Outro objectivo essencial de uma nova política é a descentralização da Administração Central e a regionalização. Por um lado, valorizando as freguesias e os municípios e, por outro, criando as regiões administrativas como factor de democratização administrativa e de desenvolvimento.

Um outro tema da maior importância diz respeito à reestruturação democrática do Estado nas áreas que asseguram nomeadamente as suas funções sociais, a saúde, a educação, a segurança social.

Por isso, assumimos activamente a procura de novos modelos de organização e de gestão democrática destes serviços.

## Intervenção de Carlos Carvalhas Juntos com o PCP para uma profunda viragem na política nacional

Que dêem resposta às condições de crescente complexidade funcional e territorial das suas estruturas; que desenvolvam processos dinâmicos de auto-regulação; e que criem condições para uma participação mais activa e responsável dos seus profissionais.

Em suma, uma nova política tem necessariamente de defender os direitos, liberdades e garantias, assegurando o seu exercício efectivo, garantir a segurança, tornar a democracia representativa mais genuína, defender a representação proporcional na conversão de votos em mandatos, assegurar a democracia participativa, tornando-a numa prática quotidiana aos mais diferentes níveis, e democratizar a Administração Pública, descentralizando-a e desburocratizando-a.

**Em quinto lugar  
Lutar por um  
Portugal de  
progresso e justiça,  
aberto ao mundo,  
numa Europa de  
solidariedade, paz  
e cooperação**

Portugal não pode continuar um processo de crescente subordinação política e económica e de enfeudamento militar e diplomático.

Num mundo de cada vez maiores interdependências, uma nova política para Portugal deve afirmar e defender o lugar de Portugal no

conjunto das Nações, com posições próprias e capaz de defender os seus interesses e de os harmonizar livremente com os dos outros países.

É necessária uma nova política que em todos os planos tenha a independência nacional e a soberania nacional como valores inalienáveis.

Impõe-se, por isso, que no âmbito da próxima revisão do Tratado da União Europeia Portugal assuma uma posição de combate aos aspectos mais negativos do Tratado de Maastricht e que mais directamente lesam a soberania nacional, designadamente no âmbito da UEM e das políticas externa, de defesa e de segurança interna e que rejeite todas as soluções tendentes a subordinarem os países mais pequenos e menos desenvolvidos ao *diktat* dos países mais ricos e poderosos. É de uma grande cegueira ou de uma grande hipocrisia imaginar-se a construção de uma Europa, tranquila, harmoniosa e de coesão social por detrás das muralhas de Maastricht.

É necessário que Portugal lute activamente, em todas as organizações a que pertence, pelo respeito pelos princípios de um direito internacional justo, fundado nos valores da cooperação e da paz.

Portugal deve repudiar activamente as abusivas ingerências ou qualquer doutrina que subordine povos, países ou regiões aos interesses das grandes potências.

Portugal deve lutar para que as grandes organizações de cooperação e segurança não sejam subvertidas pela lógica dos directórios das grandes potências, mas antes desenvolvam a sua actividade de forma democrática e com respeito absoluto pelos direitos dos povos.

Uma nova política implica também o compromisso do país numa política activa de combate às desigualdades no Mundo e ao subdesenvolvimento, pelo progresso conjunto e solidário da Humanidade.

### Juntos no caminho para a mudança democrática

Há seis meses, na apresentação do «Debate com o País para uma nova política», garantimos, a todos os que se dispusessem a conosco debater os problemas nacionais, «o total respeito pela liberdade de posiciona-



mento político de cada um. A inexistência de qualquer outro compromisso» que fosse «para além do compromisso natural do respeito mútuo, da tolerância, do desejo de intervir e dar opinião conjugado com a disponibilidade para escutar e reflectir sobre as opiniões dos outros».

Hoje, pensamos poder afirmar, com grande segurança, não apenas que este compromisso foi inteiramente honrado, mas também que esta nossa atitude e este nosso critério suscitaram o apreço de muitos cidadãos independentes ou de outras áreas políticas que trouxeram a riqueza das suas contribuições e pontos de vista ao «Debate com o país» a esta iniciativa que, ao mesmo tempo, também terá significado para muitos uma nova experiência ou o reatamento de um diálogo fecundo com os comunistas e com o PCP.

Estamos certos que este processo de diálogo conhecerá novos desenvolvimentos expressos em novos laços de cooperação e solidariedade e no reforço de um grande movimento de opinião por uma nova política e por uma alternativa democrática e que através deles se atestará, por um lado, que os comunistas fortalecem a sua visão larga, aberta e generosa sobre as capacidades e vontades que é necessário mobilizar no interesse do povo e do país e, por outro, que muitos mais cidadãos sem vinculação partidária reconhecem no PCP uma força essencial para a mudança democrática de que Portugal precisa.

Diante de nós, diante de todos os portugueses e portuguesas que são violentamente atingidos pela política de direita, continuará a estar, nos próximos meses, a imperativa necessidade de resistir e dar luta sem pausas nem tréguas ao grande vendaval de injustiças, agressões e prepotências soprado pela acção do Governo do PSD que quanto mais teme a derrota eleitoral mais procura acelerar a sua obra destruidora.

Que ninguém tenha dúvidas: na máxima medida das suas forças e

capacidades, o PCP e os comunistas não desertarão de nenhum combate e continuarão presentes e activos em toda a parte onde seja preciso organizar esforços e unir vontades para fazer recuar a política de direita e conquistar vitórias para os interesses dos trabalhadores e do povo.

Mas, diante de nós, diante de todos os trabalhadores e trabalhadoras, de todos os portugueses e portuguesas que aspiram a uma vida melhor, está desde já perfilada não apenas a grande oportunidade mas a real possibilidade de, através das eleições legislativas, derrotar o PSD e a direita no seu conjunto, condenar a política de direita, assegurar uma real viragem democrática que garanta uma nova política vinculada a ideais e a valores de esquerda.

É por isso que, - contra os que se empenham em decretar antecipadamente os resultados das eleições,

- contra os que se esforçam por aprisionar as escolhas dos cidadãos dentro dos limites convenientes à manutenção do essencial da

política de direita,

- contra os que se afadigam na tentativa de anestesiarem a vontade popular de uma mudança verdadeira;

- contra os que querem liquidar a esperança num projecto de transformação, democracia, justiça social, bem-estar e progresso nacional,

aqui afirmamos que

- este é o tempo para que, mais e mais, se afirme a dignidade dos cidadãos, a consciência dos seus interesses, a sua firme e inabalável determinação de escolherem e decidirem livre e soberanamente sobre os destinos do país,

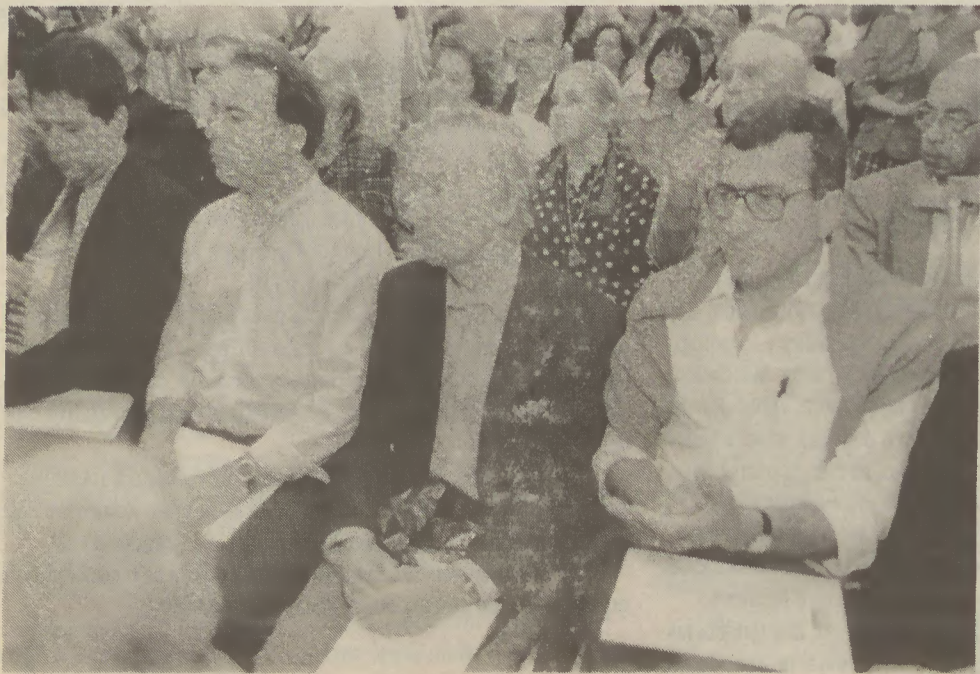
- este é o tempo para que, mais e mais, cresça a vontade de castigar o ilusionismo político, a fuga às responsabilidades, a demagogia eleitoralista, a falta de escrúpulos, os jogos de aparências, a política politiqureira e para que, mais e mais, se fortaleça a vontade de premiar justamente a coerência, a integridade das convicções, a seriedade dos propósitos e o valor das propostas,

- este é o tempo para que mais e mais portugueses e portuguesas compreendam que, nas próximas eleições, é no PCP e na CDU que residem a maior esperança de uma mudança para valer e que é na ampliação da influência do PCP e da CDU que está a principal chave para impedir que, apesar da derrota do PSD, a política de direita venha a ressuscitar ao sétimo dia, e também, e sobretudo, a principal chave para abrir as portas a uma nova política.

É certo que não imitaremos aqueles que, a toda a hora, exibem a pretensão de poderem sozinhos resolver os problemas nacionais ou assegurarem sozinhos uma alternativa política e que, em boa verdade, quanto mais exibem essa pretensão mais claro se torna, por um lado, que não tencionam realizar uma política significativamente diferente da da direita e, por outro, que não excluem compromissos e acordos com os actuais promotores da política de direita.

Mas o que é indesmentível é que oferecemos aos portugueses que em nós confiarem não apenas a insubstituível certeza de que os votos que o PCP e CDU receberem contam sempre para a derrota do PSD, não apenas a evidência de que os deputados que o PCP e a CDU elegerem serão seguramente indispensáveis para uma nova maioria parlamentar, mas também a suprema segurança de que toda a confiança que merecermos jamais será usada para negar ou frustrar a aspiração popular a uma mudança democrática e sempre será usada para dar força e viabilidade a uma nova política, ao serviço de um grande projecto para Portugal.

**Juntos, com o PCP - a esquerda necessária para a nova política - está ao nosso alcance abrir um novo e seguro caminho de ressurgimento e renovação nacional, um novo e seguro caminho de mudança e de esperança.**





## IV Assembleia da Organização Regional de Leiria

# Um debate franco para um trabalho melhor

Melhorar substancialmente o trabalho do Partido na região de Leiria foi o objectivo da discussão mantida domingo passado na popular colectividade da Marinha Grande do Sport Império Marinhense. Tratava-se da IV Assembleia da Organização Regional de Leiria a que assistiram o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, o deputado e membro da Comissão Política, Jerónimo de Sousa, e o membro do Secretariado, Albano Nunes. Durante todo o dia, problemas como a acção do Partido junto das massas, o reforço de recrutamento, o trabalho com a juventude ou com os eleitos nas autarquias estiveram a ser discutidos pelos delegados eleitos a esta reunião.

Várias intervenções assinalaram o facto de hoje, no distrito de Leiria, se viver uma situação marcada pela sistemática destruição do aparelho produtivo com forte incidência na agricultura, nas pescas e nos sectores tradicionais da indústria transformadora.

Acentuando crescimento do desemprego na região, insegurança, instabilidade e precariedade dos postos de trabalho têm levado ao aumento da marginalidade e flagelo da droga, enquanto crescem fenómenos de especulação imobiliária, corrupção, desordenamento do território, agravamento dos problemas ambientais na sua faixa mais litoral e desertificação, envelhecimento e empobrecimento de uma parte significativa do território regional.

Fenómenos detalhadamente analisados na Resolução Política aprovada nesta Assembleia apenas com uma abstenção, que define as estratégias do PCP para a acção no distrito. O destaque é dado à afirmação do distrito no contexto nacional, à defesa da regionalização e a propostas de desenvolvimento sustentado.

Nesta área, o PCP defende várias medidas concretas, entre as quais encontramos a melhoria das acessibilidades intra e inter-regionais, uma nova política para a agricultura que lute pelo reconhecimento da sua especificidade na seio da União Europeia - com destaque para as frutas, vinho e agro-pecuária, a consideração da Floresta como sector de grande importância no desenvolvimento regional,



pondo termo à eucaliptização indiscriminada, e apoio ao repovoamento das zonas áridas.

Na indústria, defende-se o apoio às indústrias estabelecidas promovendo a sua modernização, através de novas tecnologias e novos métodos de produção, comercialização, organização e gestão e incentivar o aparecimento de novas unidades fabris tecnologicamente evoluídas.

A ausência de um verdadeiro Plano de Desenvolvimento Regional é duramente criticada e defende-se toda uma outra política que promova as estruturas empresariais, o associativismo, o comércio tradicional e mesmo do turismo, com uma



A Assembleia realizou-se nas instalações do Sport Império Marinhense, da Marinha Grande

melhor utilização social e económica de todo o património histórico e cultural.

Documento impressionante é o relatório da actividade da orga-

nização, aprovado por unanimidade, que faz uma extensa e profunda análise aos traços essenciais da evolução demográfica e da estrutura produtiva da região, aos desenvolvimentos por sectores de actividade, à situação social, à luta do povo do distrito e à acção das organizações de massas, à situação política e os processos eleitorais, e finalmente, à actividade do Partido.

Além da riqueza dos dados fornecidos, este documento que

apelidamos de «impressionante» é-o pela frontalidade e profundidade com que se analisam os problemas da região e a forma como o Partido se relaciona com eles, infelizmente irreproduzíveis no pouco espaço disponível para uma simples reportagem.

É o resultado de um esforço da organização em aprofundar a discussão entre todos os seus militantes, que teve naturais reflexos na discussão mantida durante o dia de domingo, onde se manifestaram diversas opiniões cuja riqueza substantiva estava à partida enriquecida por este trabalho anterior.

Mas ainda houve espaço para a espontaneidade e a manifestação de generosidade, como foi o caso de uma jovem militante - a Catarina Costa, vinda de Pombal - pela primeira vez eleita delegada e que falou da sua relação com o Partido e dos problemas do seu concelho de uma forma que entusiasmou os participantes.

Entusiasmo que atingiu o seu ponto mais elevado durante os aplausos à intervenção final do secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas, que se referiu à situação no distrito e à luta dos trabalhadores da Pereira Roldão, na Marinha Grande, para a partir daí fazer a ponte para um enquadramento geral da situação social e económica do país. Daí, Carvalhas partiu para a actual situação política, criticando PSD e PS e demonstrando a razão da utilidade do voto no próximo acto eleitoral na CDU, como único meio de impedir a manutenção da política de direita.

## Mais acção junto dos trabalhadores

O reforço da organização e da actividade do PCP no distrito de Leiria foi o tema de uma resolução aprovada por unanimidade na Assembleia da Organização Regional do Partido realizada no passado domingo. Nesse documento, definem-se as áreas prioritárias do trabalho na região, com especial incidência para o recrutamento de novos militantes, o melhoramento da situação financeira, o reforço do trabalho de direcção ao nível dos concelhos (particularmente no reforço e renovação das Comissões Concelhias e seus Executivos), o reforço do trabalho da DORLEI «que deve assumir-se cada vez mais como principal organismo de direcção do Partido na região e o desenvolvimento de uma consequente e planificada Política de Quadros», que irá responsabilizar mais camaradas para tarefas de direcção.

Grande destaque foi sublinhado para a «acção junto da classe operária e dos trabalhadores, dos intelectuais e quadros técnicos e das suas organizações», dada a larga maioria de assalariados da indústria e dos serviços e a especialização produtiva nos sectores Cerâmico, Metalúrgico, Vidreiro, Plásticos, Têxteis e Vestuário, que se confirmam, juntamente com o sector dos serviços, como as actividades de maior importância regional o que «impõe e exige do Partido medidas de direcção, organização e de gestão dos quadros que tenham em conta não só a melhoria da intervenção territorial, mas também novas formas orgânicas de acompanhamento sectorial».

Nas prioridades sectoriais foram incluídos neste documento os trabalhadores da Pesca e Conservas, concentrados em Peniche.

Assim, a Assembleia decidiu promover o reforço do Organismo Regional Sindical e a constituição de novos organismos de Direcção dos sectores de maior concentração de trabalhadores com a concretização imediata dos Comitês Vidreiro (Marinha Grande e Alcobaça), Cerâmico (Alcobaça e Caldas da Rainha), Metalúrgico (Marinha Grande), Têxteis e Vestuário (Mira d'Aire/Porto de Mós) e Plásticos (Leiria).

Por outro lado, ficou decidido promover o estudo de formas de intervenção do sector dos serviços, dinamizar e motivar as organizações do Partido para o trabalho das empresas virada essencialmente para o campo ideológico da organização e recrutamento de novos militantes, numa intervenção diferenciadora das funções de índole sindical ou da sua dinâmica.

De entre as áreas prioritárias consta também o reforço e dinamização do organismo dos Pescadores e do organismo regional dos Professores.

### Juventude

«O Trabalho junto da juventude tem de ser encarado por todos os comunistas como uma tarefa essencial para o reforço da JCP e para o aumento da influência do Partido no seio dos jovens», lê-se neste documento que preconiza o destacamento de quadros do partido e a disponibilização de meios e instalações nos Centros de Trabalho, como forma de colaboração com o trabalho da JCP.

Os objectivos imediatos nesta área são: a criação de núcleos da JCP nos principais concelhos e reforço dos existentes; a criação de estruturas diferenciadas quer ao nível distrital, quer ao nível concelhio que respondam aos problemas específicos dos Jovens Trabalhadores e dos Estudantes do secundário e do superior; a planificação do recrutamento de jovens para a JCP e para o PCP e o apoio e estímulo à intervenção dos jovens comunistas nos movimentos e organizações juvenis e nas empresas.

No que diz respeito ao trabalho autárquico, foi decidido trabalhar para garantir o enquadramento orgânico dos eleitos do PCP e a ajuda colectiva a desenvolvimento do seu trabalho, reforçar o papel de direcção das Comissões Concelhias, manter e reforçar as actuais Comissões de Coordenação, promover mais amiúde reuniões inter-concelhos de activistas e divulgar publicamente e com mais regularidade a actividade dos eleitos e as propostas do PCP/CDU através de meios próprios, mas também de forma mais dinâmica e criativa junto da Comunicação Social.

Ainda outras prioridades foram dadas ao trabalho junto dos Agricultores e das suas organizações de classe e junto dos Reformados e das Mulheres.

Neste documento, apontam-se ainda medidas concretas para o trabalho de direcção, organização, estrutura e funcionamento da ORLeiria bem como para a batalha ideológica, propaganda, difusão de imprensa do PCP e relacionamento com a Comunicação Social.

## «Parto-te a cara toda ao soco!»

A história foi contada na Assembleia pelo vereador da Câmara Municipal da Marinha Grande, ao fazer uma intervenção sobre os resultados eleitorais do PCP e da CDU no distrito nos últimos anos, assinalando que nas últimas autarquias se inverteu a tendência de descida de votação global da CDU, embora tenham ficado negativamente marcadas pela perda da presidência da Marinha Grande.

E é na Marinha Grande que o inacreditável acontece: a nova gestão PS tem-se aliado sistematicamente ao PSD para marginalizar os eleitos da CDU - nem direito a gabinete de trabalho têm - e chega ao ponto de actuar da forma que foi assim descrita por José Luís de Sousa: «mudou-se o respeito pela Câmara e pelos eleitos e instalou-se a arruaça e a provocação aos vereadores da CDU, ameaçando-os como fez um vereador do PS na reunião do passado dia 23 de Março, que disse que «partia a cara toda ao soco» a um vereador da CDU»(!).

Não será certamente por isso que os vereadores da CDU se sentirão intimidados, tal como demonstrou o rol de críticas feitas à gestão da Câmara durante esta Assembleia: a mudança do nome da avenida mais representativa da Marinha Grande de «Vidreiro» para «Victor Gallo», a falta de concursos públicos e o substancial aumento de preços dos serviços camarários foram alguns dos exemplos dados.



## Mirandela prepara intervenção

No passado domingo, decorreu a 2ª Assembleia da organização Concelhia de Mirandela que analisou a situação político-social e autárquica do concelho, fez uma balanço da actividade realizada e preparou as linhas de intervenção para o futuro.

Durante os trabalhos, que contaram com a presença de António Lopes, membro da Comissão Política do PCP, os comunistas reafirmaram a necessidade de modernizar a rede de transporte, colocando a tónica na reabertura do troço Mirandela-Bragança da Linha do Tua. Foi ainda referida a destruição do Complexo Agro-Industrial do Cachão que provocou o despedimento de mais de uma centena de trabalhadores. Na área do ensino, o PCP alerta para as intenções do Ministério que pretende encerrar 47 escolas de ensino básico no concelho.

No final da Assembleia, realizou-se um jantar comemorativo do 74º aniversário do PCP (na foto).

## Odemira

No passado sábado, a Comissão Concelhia de Odemira do PCP promoveu um almoço em S. Teotónio, uma sessão pública em Bicos e um convívio em Vale de Santiago. Nestas iniciativas, inseridas nas comemorações do aniversário do Partido, participaram cerca de centena e meia de pessoas, estando presentes os camaradas José Soeiro, da Comissão Política, António João, do secretariado da DORBE, e Cláudio Percheiro e Armando Matos, da Concelhia e, respectivamente, presidente e vereador da CM de Odemira.



## S. Maria da Feira

Para assinalar o aniversário do PCP, decorreu num restaurante de Fiães (na foto), um almoço de confraternização em que participaram mais de 100 pessoas. Na ocasião, esteve presente Jorge Pires, do Secretariado do Partido, que interveio sobre a actualidade social e política.

## Emigração

Terminaram, no passado sábado, as comemorações do aniversário do Partido na Emigração. A data foi assinalada com iniciativas em Osnabruck, Wiesbaden, Langenfeld e Hamburgo, na Alemanha; em Neuchâtel, na Suíça; em Paris e Bruxelas, na França; em Montreal, no Canadá; e em S. Paulo, no Brasil.

## Museu de Baçal reabre

O Museu de Abade de Baçal reabriu recentemente depois de profundas obras que orçaram em cerca de 250 mil contos, e que tanta polémica causaram devido à falta de diálogo da Secretaria de Estado da Cultura.

A Comissão Concelhia de Bragança do PCP lamenta que os seus esforços no sentido de se promover um debate público sobre o projecto de obras não tenha tido acolhimento da parte das entidades responsáveis, atribuindo responsabilidades à Câmara Municipal e à SEC, cujo comportamento é considerado prepotente e antidemocrático.

## Homenagem a Mário Sacramento

Na passada segunda-feira, assinalaram-se os 26 anos do falecimento do destacado militante comunista, Mário Sacramento. Para uma homenagem simples, uma delegação do PCP composta por António Salavessa, Artur Ramísio e João Sarabando, depositou na campa onde está sepultado, em Aveiro, um ramo de cravos, como símbolo da luta pela liberdade, à qual Mário Sacramento dedicou

# DORS critica contrato da nova Ponte

A propósito da assinatura, na passada sexta-feira, do contrato para a construção da nova Ponte sobre o Tejo, ocasião que juntou em Alcochete o Ministro Ferreira do Amaral e Cavaco Silva, a DORS emitiu um comunicado em que alerta para o encarecimento substancial do preço das portagens.

Como afirma a regional do PCP, aquelas «não se destinam apenas a pagar os custos, mas também a garantir a acumulação dos lucros do consórcio privado Lusoponte». Acresce que, com este contrato, o Governo «assu-

miu passar para os utentes da Ponte 25 de Abril parte significativa dos encargos, o que significa que continuará a tentar aumentar as suas portagens», refere a DORS.

Por outro lado, o Governo PSD, «ao decidir que a concessão é estabelecida em sistema de exclusivo no que respeita aos atravessamentos rodoviários a jusante da actual Ponte de Vila Franca de Xira, limita gravemente durante durante vários anos as opções sobre futuros atravessamentos do Tejo».

O PCP defende que «para além

do acompanhamento dos impactos ambientais» sejam consideradas «medidas apoio que venham garantir a qualidade de vida, com o aumento das verbas para os municípios que sofram o seu impacto, a construção de novas redes viárias e a reparação das existentes (de modo a fazer face à nova pressão do tráfego quer na fase de construção quer na de funcionamento) e a adopção de medidas com vista ao reforço dos equipamentos sociais».

O Executivo da DORS entende ainda que «são necessárias medidas urgentes, ponderadas e

integradas num sistema global e articulado da Área Metropolitana de Lisboa, que permitam acessibilidades eficazes e de qualidade, numa perspectiva de desenvolvimento da região, de uma política de qualificação da península de Setúbal, da diminuição das dependências da margem sul em relação a Lisboa. É necessário um desenvolvimento polinucleado da Área Metropolitana de Lisboa, com várias centralidades no distrito de Setúbal, com a criação de novos postos de trabalho e a aproximação do emprego da residência».

Avançando um conjunto de medidas concretas, a nota da DORS exige a construção da travessia rodo-ferroviária entre Barreiro e Chelas; a construção do metro sul do Tejo; o lançamento da Circular Regional Interior de Setúbal, ligando Almada, Seixal, Sesimbra, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete; a concretização da nova linha de caminho-de-ferro Pinhal Novo-Pragal; o melhoramento das infra-estruturas, reforço e diversificação das ligações fluviais entre Lisboa e os concelhos ribeirinhos do Tejo; a localização em Rio Frio do novo aeroporto de Lisboa; e o alargamento do passe social a toda a península de Setúbal.

## Comunistas debatem nas empresas de Loures

A 1ª Assembleia da Organização do PCP nas Empresas do Concelho de Loures realizou-se no passado sábado, na Academia Recreativa e Musical de Sacavém. Esta iniciativa é promovida na

sequência das conclusões do XIV Congresso do PCP, da Conferência Nacional e do Encontro de Quadros da ORL, que colocaram em primeiro plano a urgência de revigorar a organização e intervenção do Partido nas empresas e a reactivação e criação de células de empresa.

Contando com a participação de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP, a assembleia aprovou uma resolução política, que chama a atenção para os milhares de desempregados e a falência de muitas empresas, frutos de uma «política criminosa de destruição do aparelho e de sectores produtivos».

«Ascendem a cerca de 20 mil os trabalhadores atingidos por esta política. Só nos centros de emprego de Loures e Moscavide, no final de 1994, estavam inscritas 16 672 pessoas, contra uma oferta de emprego para 125 pessoas, conseguindo somente arranjar trabalho 43», acrescenta o documento da resolução. Das 4 790 empresas do concelho de Loures, que empregam cerca de 70 mil pessoas, só 201 têm mais de 50 funcionários e apenas 76 têm mais de 100 trabalhadores.

A privatização das empresas públicas também foi focada. Os participantes desta assembleia afirmam que, ao contrário do que o Governo quer fazer crer, as privatizações não têm contribuído para o relançamento económico. Tem, sim, «servido, no essencial, para promover negócios especulativos subordinados aos interesses de grupos económicos nacionais e multinacionais.»

## Saúde no Cacém

Decorreu, no passado sábado, no salão da Junta de Freguesia Agualva-Cacém, um debate sobre o tema «Saúde, um Direito». A sessão contou com a presença de vários especialistas e profissionais da Saúde e teve como objectivo debater a «continuada degradação dos serviços» com particular destaque para a situação do futuro hospital Professor Fernando da Fonseca, mais conhecido por Hospital Amadora-Sintra.

A privatização da gestão e o adiamento da sua abertura do Hospital têm provocado fortes protestos da população. Ainda recentemente a Comissão de Utentes entregou ao Ministério da Saúde, na residência do Primeiro-Ministro e aos diferentes grupos parlamentares, um abaixo-assinado com 10 mil assinaturas manifestando desacordo com a eventual privatização e reclamando a abertura imediata da unidade.

A este descontentamento não é alheia a situação em que se encontra o Centro de Saúde do Cacém que está a rebentar pelas costuras. Da falta de médicos às filas intermináveis de doentes à espera de consulta, o centro sofre de muitas deficiências há vários anos, sem que as cerca de 67 mil pessoas que o utilizam vislumbrem uma solução.

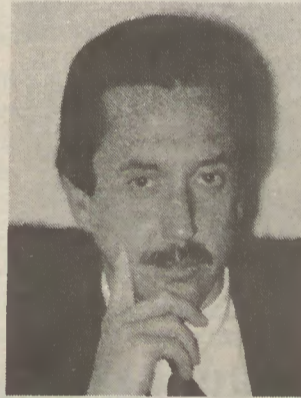
## CAMARADAS FALECIDOS

### Carlos Arrojado

Faleceu, no passado dia 25, Carlos Manuel dos Santos Arrojado, que contava 37 anos.

Funcionário do Partido desde 1976, Carlos Arrojado foi membro da DORL do PCP, presidente da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira e candidato nas listas da FEPU, APU e CDU. Desempenhou tarefas no plano institucional autárquico e do movimento associativo popular, lutando pelas aspirações da população do concelho. Actualmente, era vereador na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

O corpo de Carlos Arrojado esteve em câmara ardente no salão nobre da câmara municipal, onde a população acorreu com pesar. No funeral, que se realizou no domingo, incorporaram-se milhares de pessoas, bem como os camaradas Octávio Pato, Domingos Abrantes, Francisco Lopes, Luís Sá e José Casanova. Este último e Daniel Branco, presidente da Câmara de Vila Franca, pronunciaram algumas palavras junto à campa.



### Sérgio Pinto

Após prolongada doença, faleceu, no passado dia 27, Sérgio Pinto, destacado militante da Organização Concelhia do Montijo. Exerceu o cargo de presidente da Assembleia Municipal e de presidente do município do Montijo. Foi eleito deputado da Assembleia da República, pelo círculo do distrito de Setúbal.

### Amélia do Carmo

Amélia Fonseca do Carmo faleceu no passado dia 3. Companheira do camarada José Gregório, foi presa no início da década de 40. Esteve cerca de 11 anos na Checoslováquia e pertenceu ao Socorro Vermelho. Amélia Carmo, que contava 88 anos, era militante do MDM.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo da Redacção do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

## Rectificação

Na edição da passada semana, na peça sobre a inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP na Brandoa, dissemos erradamente que o camarada Martinho Batista era membro do Comité Central do Partido. De facto, este camarada pertence à Concelhia da Amadora e à Direcção da Organização Regional de Lisboa.

## Álvaro Cunhal na margem esquerda do Guadiana «Não interessa mudar de caras mas sim de política»

«Foi uma jornada que excedeu, pela positiva, as expectativas», assim classificou Álvaro Cunhal a visita de dois dias que realizou a concelhos da margem esquerda do Guadiana, onde foi recebido de braços abertos por centenas de pessoas, pelas localidades onde passou. Os discursos do presidente do Conselho Nacional do PCP privilegiaram as críticas à política do Governo PSD/Cavaco Silva e ao PS que «não é alternativa, mas alternância». Com as próximas eleições legislativas como horizonte e contra a falsificação da história da luta contra o fascismo, «uma alteração da situação política passa pelo reforço da CDU».

Numa sala do Mercado Municipal de Moura, com cerca de 250 pessoas, Álvaro Cunhal terminou o primeiro de dois dias de visita a concelhos da margem esquerda do Guadiana, uma jornada integrada nas comemorações do 74º aniversário do PCP, com uma adesão que há muito não se via por aquelas bandas. Camaradas e amigos e muitos jovens juntaram-se a esta iniciativa, confirmando «o reforço do Partido, no qual têm entrado, nos últimos tempos, muitos novos militantes».

Álvaro Cunhal afirmou que «nas próximas eleições legislativas é necessário uma alternativa à actual política, caracterizada pela concentração da riqueza num pólo e na destruição das conquistas do 25 de Abril e penalizadora dos trabalhadores, que passa pelo reforço da CDU, porque todos os nossos deputados contam para uma nova maioria».

Sublinhando que «o voto útil é na CDU», o presidente do Conselho Nacional do Partido reafirmou que «o PCP nunca será uma muleta de um governo do PS, porque os socialistas não são alternativa, mas uma alternância e se nos enfraquecermos, quer ganhe o PS ou o PSD, a política é a mesma».

«O PS está próximo das propostas do PSD para a política nacional, enquanto em relação à Europa ainda vai mais à frente, sendo mais papista que o Papa, e um balancé de dois é uma alter-

### A falsificação da História

«Ao decidir abandonar o governo e a direcção do seu partido, Cavaco Silva demonstrou uma atitude de derrotado, porque se queria manter no poder como Salazar, a quem imitava em muitos aspectos», disse Álvaro Cunhal, que voltou a reafirmar a sua oposição «à falsificação da história da luta contra o fascismo e o papel do PCP na conquista da liberdade da democracia em Portugal».

«Houve muitos democratas antifascistas, mas só o nosso

do nosso partido. «Estes factos foram ocultados, mas agora já são reconhecidos, quando nós há muitos anos que o afirmávamos», sublinhou.

Traçando uma perspectiva histórica dos últimos 20 anos da vida portuguesa, Álvaro Cunhal disse que «no 25 de Abril houve dois levantamentos, o dos capitães, não digo dos generais, e outro popular que saiu para a rua e conquistou a liberdade para o nosso país».

O programa do MFA, segundo Álvaro Cunhal, «por imposição dos generais, dirigidos por Spínola, não queria reconhecer os partidos, só permitindo asso-

tinham lutado contra o fascismo», sublinhou Álvaro Cunhal.

O presidente do Conselho Nacional do Partido afirmou que «a campanha de falsificação da história e do papel do PCP pela liberdade e democracia é desenvolvida pelos principais órgãos de comunicação social, principalmente as televisões, que entram em casa das pessoas sem pedir licença, invadem mesmo, projectando mentiras».

Como «o grande capital é que consegue criar e manter jornais e televisões, actividade que o PCP e os trabalhadores não têm capacidade económica, a situação tende para uma

aqueles que pensavam que estávamos débeis, porque todos os dias entram novos militantes e mais pessoas reconhecem a justiça das nossas propostas para o desenvolvimento de Portugal».

Para ilustrar esta realidade, Álvaro Cunhal referiu «a grande adesão» às iniciativas do partido durante a sua visita de dois dias, com muitos jovens a corresponder, com os quais esteve a conviver numa discoteca de Pias, iniciativa promovida pela JCP que contou com 80 jovens e trouxe 13 novos membros para a organização juvenil.

«Não dizemos à juventude para vir atrás do Partido, mas para caminhar ao nosso lado, com a sua irreverência e propostas próprias para um futuro melhor», sublinhou Álvaro Cunhal.

«É muita mulher», afirmou Álvaro Cunhal para demonstrar a forma como o PCP encara a sua participação no Partido e na vida política, porque no PCP militam 35 mil mulheres e no trabalho autárquico «vamos mais à frente que os outros partidos». Para reforçar aquele aspecto, o presidente do Partido salientou que «no Município do Seixal, os nossos camaradas propuseram-se, nas anteriores eleições autárquicas, eleger mais um vereador, colocando em sexto lugar uma mulher, jovem por sinal, e conseguiram o objectivo, enquanto ali ao lado, em Almada, as outras forças políticas apostaram em ganhar a Câmara, tendo a nossa lista, liderada por uma camarada, conseguido transformar a maioria relativa em absoluta, o que demonstra a capacidade de trabalho das mulheres».

A jornada alentejana de Álvaro Cunhal teve passagens por Barrancos (com visita ao Castelo de Noudar e um encontro com mais de 500 pessoas), Moura, Pias e Mértola (onde se realizou um almoço com cerca de 150 pessoas), confirmando a adesão popular ao PCP.

nância e não alternativa, pelo que não interessa mudar de caras, mas sim de política», acrescentou Álvaro Cunhal.

A política do Executivo PSD/Cavaco Silva foi o alvo preferencial do discurso de Álvaro Cunhal, para quem o Governo «tem desrespeitado a Constituição, permitindo a reconstituição dos grandes grupos económicos capitalistas e beneficiado os grandes agrários do Alentejo, com a destruição das conquistas alcançadas pela Revolução de Abril e um claro atentado às liberdades e garantias dos cidadãos e trabalhadores».

A contestação a esta política «generalizou-se em todos os sectores, com o Governo a perder a base de apoio e o fracasso da sua política, o que, a juntar à renúncia de Cavaco Silva, aumentou as razões para a dissolução da Assembleia da República e convocação de eleições antecipadas», adiantou Álvaro Cunhal.

Após o Congresso do PSD, classificado pelo presidente do PCP como «um espectáculo de Entrudo, porque os candidatos, alguns ainda a ocuparem o cargo de ministro, se mascararam, quando são os responsáveis pela política que reconhecem ter fracassado, pelo que era a hora H para dissolver a Assembleia, mas o Presidente da República, com a sua decisão, deu uma moratória e estendeu uma bóia de salvação à direita».



Jantar na cidade de Moura

partido trabalhou organizado para derrubar o fascismo e conquistar a liberdade e a democracia, apesar de alguns fascistas reciclados nos chamarem agora totalitários e nos acusarem de querer tomar o poder, através de falsificações e mentiras, quando os generais, principalmente Spínola, é que tinham esse objectivo», disse Álvaro Cunhal.

«Spínola tentou um golpe militar no 11 de Março, foi para Espanha e depois para o Brasil, onde fundou o movimento terrorista do Verão de 75, responsável pela destruição de muitas sedes do PCP e pela colocação de bombas», acrescentou o líder

desigualdade neste nível da liberdade e direito dos cidadãos», adiantou Álvaro Cunhal, interrogando-se sobre «a existência de liberdade de imprensa em Portugal».

«A Constituição fascista reconhecia formalmente a existência de liberdade de imprensa, mas não a praticava e hoje vivemos tempos muito iguais, porque os grandes grupos económicos é que dominam os principais órgãos», afirmou Álvaro Cunhal.

O presidente do Partido disse que «estamos a comemorar 74 anos, mas não estamos voltados para o passado e desenganem-se

ciacões políticas, pretendendo fazer, em poucos dias, aquilo que o fascismo não conseguiu em quase 50 anos, impedir o nosso partido de continuar a lutar, em liberdade e democracia, pela melhoria das condições de vida do povo português».

Os ataques a Spínola não ficaram por aqui, porque o general «queria manter a PIDE em actividade, a quem recomendou para não cometer excessos, e só pretendia libertar os presos políticos que não tivessem sido julgados, fazendo uma filtragem, mas o povo saiu à rua e obrigou a acabar com a corporação criminosa e a libertar aqueles que



Encontro em Pias com Jovens da JCP



Com a população de Barrancos

## GOVERNO QUER VENDER ANTES DE PERDER

O processo de privatizações merece do Governo uma preocupação de aceleração, expressa recentemente pelo ministro das Finanças, e que foi analisada na semana passada, no plenário de organizações representativas dos trabalhadores do sector empresarial do Estado. No documento-síntese divulgado no final da reunião de dia 22, na sede da CGTP, afirma-se que «o Governo está certo de que perderá as eleições e, por isso, haverá que acelerar a venda das empresas do Estado, a qualquer preço, desbaratando o património de todos os portugueses em benefício dos grupos capitalistas nacionais e estrangeiros».

Exigindo mais uma vez a paragem da ofensiva privatizadora para reflectir sobre as suas consequências, os representantes dos trabalhadores das empresas do SEE «reafirmam a necessidade de que a composição da Assembleia da República seja reforçada com mais deputados que se identifiquem com a defesa e dinamização do SEE, por forma que uma nova maioria da AR viabilize um novo Governo com uma nova política».

## SCHENGEN

A entrada em vigor dos Acordos de Schengen, sobre a entrada em estados da União Europeia de cidadãos de terceiros países, foi considerada pela CGTP como «um passo significativo para o fecho da Europa-Fortaleza». Num comunicado do seu departamento de informação, a central referiu segunda-feira que os acordos apenas serão aplicados em 7 dos 15 estados-membros, e voltou a criticar o carácter «secretista e eminentemente policial» das discussões intergovernamentais que conduziram à aprovação desta convenção, a ausência de controlo democrático das decisões por parte dos parlamentos, e o facto de não terem sido consultados os parceiros sociais.

A Inter é de opinião que «os laços históricos que ligam Portugal aos PALOPs e ao Brasil merecem e justificam uma série de medidas específicas que sejam mais que o aplicar estrito e automático dos mecanismos de Schengen». «O que os governos de Portugal e dos restantes países europeus deveriam desenvolver seriam verdadeiras políticas de cooperação e de ajuda aos países em vias de desenvolvimento», contrapõe a CGTP, repudiando a opção privilegiada pela vertente policial.

## ALJUSTREL

Foi suspensa até Maio a assembleia geral da Pirites Alentejanas, que na segunda-feira começou a analisar o relatório e contas do último ano, a apreciação do desempenho da gestão e as perspectivas para o futuro da empresa mineira, bem como a eleição de novos corpos gerentes. Na semana passada, uma delegação integrando sindicalistas, membros da CT e autarcas deslocou-se ao Ministério da Indústria, exigindo a reabertura das minas. Esta exigência foi também reafirmada no plenário de trabalhadores, aberto à população. Em Maio, terminam os cursos de formação profissional que estão a ser ministrados aos 380 mineiros devido à suspensão da exploração da mina.

## TRABALHADORES-ESTUDANTES

Na Escola Infante D. Henrique, no Porto, teve lugar, sábado passado, o 5º Encontro Distrital de Trabalhadores-Estudantes, onde se exigiu que o ensino para T-Es seja promovido e incentivado, garantindo o seu sucesso e a possibilidade de acesso aos vários graus de formação. Entre outras medidas apontadas no congresso, promovido pelo Secretariado das Associações de Trabalhadores-Estudantes e Estudantes Nocturnos do Distrito do Porto, figuram o alargamento da rede de estabelecimentos do Ensino Superior público, o aumento dos horários de funcionamento de bibliotecas, salas de estudo e cantinas, o fim das propinas. Foi salientada a necessidade de reforçar o movimento associativo dos T-Es no distrito, alargando a intervenção a um número cada vez maior de escolas.

## EMIMOLD

Quase todos os trabalhadores da Emimold receberam um convite para uma entrevista que tinha por objectivo a sua contratação para outra empresa de moldes, chamada Monoforma e cuja morada coincide com a da STIPE, de Braga, que publicou um anúncio de recrutamento de pessoal com vista a instalar uma unidade fabril na Marinha Grande. O Sindicato dos Metalúrgicos dos distritos de Coimbra e Leiria, numa nota após um plenário de trabalhadores realizado sexta-feira na Emimold, afirma que esta facultou, de forma ilegal, os seus ficheiros de pessoal à STIPE, com o objectivo de torpedear os preceitos legais sobre a situação dos trabalhadores em caso de transferência do estabelecimento. Caso se confirme que a STIPE pretende adquirir, se não comprou já, as instalações da Emimold, esta manobra levaria a que a Monoforma não ficasse obrigada a respeitar os direitos adquiridos pelos trabalhadores. «Passada esta fase inicial, acabaria por se descartar deles na primeira oportunidade» e, «se calhar, ainda beneficiando das benesses que Cavaco Silva anunciou ir conceder aos criadores de emprego» - alerta o sindicato, sublinhando que «é altura do problema do emprego em Portugal ser encarado de maneira séria e não apenas como manobra eleitoral, começando por defender os postos de trabalho existentes, como irão fazer, com a luta, os trabalhadores da Emimold».

# Greves, concentrações, manifestações Prosseguem lutas nas empresas e sectores

Professores de todo o País manifestaram-se em Lisboa na semana passada. Depois das paralisações distritais, os médicos têm marcada para amanhã nova greve nacional. Também amanhã concentram-se na baixa lisboeta trabalhadores da Administração Local.

A manifestação nacional de professores, que na sexta-feira à tarde (coincidindo com acções que assinalaram o Dia do Estudante) se deslocou do Pavilhão Carlos Lopes até ao Ministério da Educação, foi o ponto alto de uma série de acções levadas a cabo pela Fenprof. A Federação Nacional dos Professores tem procurado que o Governo dê resposta a problemas profissionais dos docentes (com destaque para a exigência de abolição da prova de candidatura ao 8º escalão), mas também exige soluções para a crescente crise da educação e do ensino.

No mesmo dia da manifestação, o SPGL, a Comissão Inter-Universitária, o SNEsup e o Sindep promoveram um plenário de docentes do Ensino Superior do distrito, em defesa da qualidade do ensino e da dignificação das carreiras docentes. Hoje e amanhã, por iniciativa da Fenprof, da Associação Nacional de Municípios, da Junta Metropolitana de Lisboa, da CGTP-IN, do Movimento Democrático de Mulheres e da Umar, tem lugar o 1º Congresso da Educação Pré-Escolar. Recentemente, a federação promoveu um amplo debate sobre os problemas da gestão escolar.

Tal como a greve nacional de dia 20, também as paralisações distritais dos médicos estão a ter elevadas percentagens de adesão. A manterem-se as posições irredutíveis do Governo face a questões como a revalorização salarial das carreiras, o abuso dos recibos verdes na contratação de jovens médicos, o PERLE e a lei de Gestão Hospitalar, vai também ter forte participação a greve nacional convocada para amanhã.

A concentração convocada para amanhã, às 16 horas, nos Restauradores, culmina uma série de acções desencadeadas pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, desde o final de Fevereiro. O STAL exige resposta à carta reivindicativa apresentada há mais de um ano, negociações sérias que levem à reposição das perdas salariais e à reformulação do grave pacote legislativo que o Governo prepara para o sector.

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses convocou para ontem uma acção de protesto junto do Ministério da Saúde, contra o arrastamento de graves problemas da classe. O SEP iria anunciar outras iniciativas a levar a cabo brevemente, na continuação desta luta.

Na passada sexta-feira, confluíram num corte da via fér-



Depois dos professores, na semana passada (foto), manifestam-se amanhã em Lisboa os trabalhadores da Administração Local

rea, em Setúbal, trabalhadores da Torralta e da Renault. Estes receberam a confirmação de que a empresa admite despedir quase centena e meia de pessoas. Recusando tal perspectiva, um membro da CT disse à Lusa que a defesa dos postos de trabalho passa por a Renault cumprir os contratos que celebrou com o Estado português e por o Governo tentar encontrar outro construtor automóvel que queira ficar com a fábrica de Setúbal, caso o seu encerramento seja confirmado pela marca francesa. O pessoal da maior empresa turística do distrito, por seu turno, reafirma a viabilidade da Torralta e exige

que sejam abertas linhas de crédito para permitir o pagamento dos 7 meses de salários em atraso, face à perspectiva de continuar a arrastar-se a resolução do processo em tribunal. Por este motivo, deslocaram-se anteontem a Lisboa (ao Fundo de Turismo e ao Ministério da tutela).

Em greve desde 16 de Março, e mantendo-se desde dia 21 concentrados dia e noite à porta da empresa, os trabalhadores da Fábrica de Malhas Dextra (Guimarães) exigem que lhes seja pago o resto do salário de Fevereiro (só receberam 40 contos) e que termine a prática do pagamento de ordenados em prestações.

A CGTP-IN divulgou uma lista de lutas, realizadas ou marcadas nestes dias, que inclui ainda a Sociedade Agrícola de Rio Frio, trabalhadores e desempregados dos concelhos alentejanos de Setúbal, Telecom Portugal, fabricantes de material eléctrico e electrónico, e têxteis, vestuário e couro.

A Comissão Concelhia da Figueira da Foz do PCP saudou os trabalhadores da Celbi «pelo êxito que foi a sua histórica greve de 24 de Março», forma de luta adoptada pela primeira vez na empresa e que teve por objectivo uma justa actualização salarial e a salvaguarda de direitos consagrados no Acordo de Empresa.

## Na Sorefame e Hidro-Sorefame ABB tem que cumprir as leis

Os organismos representativos dos trabalhadores da Sorefame e da Hidro-Sorefame anunciaram que vão processar criminalmente os administradores destas empresas, dominadas pela multinacional ABB.

Do rol de acusações que estão na base desta decisão, anunciada na semana passada, fazem parte vários actos de «terrorismo social», que transformou as metalomecânicas da Venda Nova «num espaço fora da lei e, nos últimos dias, numa espécie de campo de concentração». Num documento divulgado dia 23 à comunicação social, os ORTs referem:

- despedimento ilegal de 4 dirigentes sindicais (um dos quais já fora antes ilegalmente despedido e, depois de vencer em tribunal, tinha sido recentemente reintegrado) e 5 delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores;

- limitação da actividade sindical, proibindo a entrada de dirigentes sindicais nas empresas e impedindo a normal actividade das comissões intersindicais;

- discriminações salariais e recusa de distribuição de trabalho, com o objectivo de pressionar trabalhadores a rescindirem os contratos (também por casos destes as empresas já foram condenadas, o que não as impede de persistir na ilegalidade);

- sonegação de informação às comissões de trabalhadores e sindicais;

- violação da lei do trabalho temporário, colocando centenas de trabalhadores alugados em postos de trabalho permanentes;

- violação da lei da greve, através da prática de lock-out, impedindo trabalhadores de retomarem o trabalho após períodos de greve e ameaçando com o não pagamento integral do salário devido.

Perguntando «quem obriga a ABB a cumprir a lei portuguesa», os ORTs da Sorefame e Hidro-Sorefame responsabilizam o Governo, globalmente, o Ministério do Emprego (por sancionar os despedimentos e os processos utilizados pela ABB), a Inspeção do Trabalho (que não actua ou revela-se sem poder para actuar) e o Ministério da Indústria (que lava as mãos).

Recordando que «quando a ABB recebeu a Sorefame, através da criação do grupo Senete, foi beneficiada com vários milhões de contos do erário público», afirmam que a multinacional a desmembrou, destruiu cerca de 1500 postos de trabalho e encerrou os sectores tecnologicamente mais avançados para tomar conta do mercado.

«Os trabalhadores estão em luta e vão continuar a luta, pelos seus direitos, pela reposição da legalidade, contra os despedimentos e pelo futuro da empresa» - sublinha-se na nota dos ORTs.

## Barragem do Côa

Afirmações do Governador Civil e presidente da Distrital do PSD de Évora, Mira Branquinho, defendendo a construção da Barragem de Foz Côa, originaram, faz hoje oito dias, fortes críticas da oposição. Mira Branquinho defendeu concretamente que a polémica barragem (que pode submergir as gravuras rupestres do Côa) deve ter uma conclusão rápida para permitir o transvase de águas de rios do Norte para o Sul e permitir o enchimento da barragem do Alqueva. Reagindo a estas declarações, António Murteira (PCP) e Eurico de Figueiredo (PS) chamaram a atenção para o facto de as mesmas enfraquecerem a posição do Governo português nas conversações com Espanha sobre a partilha das águas dos rios. Os dois parlamentares chegaram mesmo a interrogar-se se a posição de Portugal é de recusar o transvase de águas dos rios, como afirmara dias antes no parlamento a Ministra do Ambiente, Teresa Gouveia, ou se terá havido uma mudança súbita de posição.

## Transparência da vida política

A mais recente conferência de líderes parlamentares agendada para o próximo dia 5 de Abril (o debate e votação sobre a constituição de uma Comissão Eventual para analisar os projectos de lei entregues pelos partidos sobre a transparência da vida política. Esta Comissão, recorde-se, surge na sequência de uma proposta do líder do PSD para a celebração de um Pacto de Regime sobre a transparência da vida política, visando a elaboração de um Livro Branco sobre a matéria, que depois será submetido a votação do plenário. Foi com base, aliás, na criação futura desta eventual Comissão que os deputados da maioria têm sistematicamente chumbado recentes iniciativas dos partidos da oposição, exactamente com o falso pretexto de que pretendem analisar esta matéria de forma conjunta e não avulsa. Ainda na passada semana tal voltou a acontecer com o projecto de lei (ver nesta edição) que proíbe o financiamento dos partidos pelas empresas, com a bancada do PSD a chumbar esta iniciativa do PCP numa clara manobra de "ganhar e gastar tempo". Assim o entendeu o líder da bancada comunista, Octávio Teixeira, que acusou ainda o PSD de querer "arranjar pretextos para não discutir", lembrando que nada impediria a aprovação na generalidade deste diploma e a sua discussão, na especialidade, na referida Comissão Eventual.

# Lei de Bases de Política Agrária PCP apresenta rumo alternativo em defesa da agricultura e do mundo rural

Duas concepções consubstanciadas em projectos distintos e alternativos quanto ao futuro da agricultura portuguesa estiveram em confronto, na passada semana, no Parlamento. Em causa, mais concretamente, a elaboração de uma Lei de Bases de Política Agrária, legislação onde a linha de fronteira entre a visão do PCP e do PSD ficou claramente estabelecida. Um terceiro projecto, da iniciativa do PS, apresentado à última da hora, acabou por se revelar não ser peixe nem carne, mais parecendo "um catálogo académico de intenções e conceitos", para utilizar a expressão do deputado comunista António Murteira.

Foi, pois, no dirimir de argumentos entre as bancadas do Governo e respectiva maioria, por um lado, e a bancada comunista, por outro, que se situou o núcleo das questões substantivas, com a primeira a reiterar os méritos da sua política para o sector e os deputados do PCP que intervieram no debate (Lino de Carvalho e António Murteira) a demonstrarem a falência completa das orientações em vigor e a necessidade de uma nova política ao serviço dos agricultores e dos trabalhadores rurais capaz de garantir uma agricultura moderna e um mundo rural dinâmico.

O enquadramento dessas grandes linhas definidoras de uma nova política, partindo dos pressupostos e condicionalismo existentes, fizeram-no de modo detalhado os deputados comunistas, sistematizando para o efeito cinco grandes questões, particularmente relevantes para aferir das diferenças entre as propostas do PCP e as defendidas pelo Governo.

Desde logo - na que foi a primeira coordenada definida pela bancada comunista - a integração da agricultura portuguesa na lógica agro-alimentar do mercado mundial dominado pelos interesses dos grandes países produtores e das transnacionais, que remetem a nossa agricultura para a condição de uma agricultura não produtiva, com exclusão dos agricultores e trabalhadores rurais. De modo diverso, para o PCP, a questão passa pela necessidade do aumento dos rendimentos dos agricultores, pela

garantia de um nível ajustado de segurança alimentar e pela promoção dos sectores e produções onde Portugal pode ter vantagens comparativas (cereais, hortas e legumes, vinho, azeite, pecuária, produções com denominação de origem).

As características do nosso tecido produtivo agrícola - o segundo aspecto para o qual foi chamada a atenção - constitui outro referente fundamental a levar em linha de conta, se atendermos a que as explorações com menos de cinco hectares representam mais de 80 por cento do total e que após a destruição da Reforma Agrária, de novo, um por cento das explorações ocupam 80 por cento da superfície agrícola útil (SAU). Significa isto que "a terra está longe de ser um instrumento de justiça social e de cumprir, inclusivamente, a sua função de produção e a sua função social", como observou Lino de Carvalho, para quem "não podem haver políticas orientadoras para a agricultura que não dêem resposta à questão da terra" (o projecto do PS, por incrível que pareça, é omisso nesta matéria), ou seja, à reestruturação fundiária do País.

Realçada pela formação comunista foi também a questão dos mercados e da organização da comercialização, domínio onde voltaram a estar patentes as diferenças entre as propostas do PCP e do Governo (o PS voltou a ignorar esta questão no seu projecto), com os comunistas a apontarem quer medidas concretas de apoio, quer medidas de

disciplina das relações comerciais entre produtores e grandes superfícies, e o diploma governamental a ficar-se por um enunciado genérico de objectivos.

Quanto ao papel do associativismo agrícola e do Estado - quarto aspecto destacado pelo Grupo comunista - ficaram igualmente claras as diferenças de opinião e de importância a eles atribuídas, com o PCP a vincar bem a necessidade de apoio efectivo às organizações de produtores e suas estruturas representativas, definindo para o efeito no seu projecto medidas de promoção e participação dos agricultores em todos os capítulos referentes às várias medidas globais e sectoriais.

No que se refere à articulação da agricultura com o mundo rural, por último, a posição dos deputados comunistas parte do

princípio de que "não há mundo rural se não houver agricultura", ou seja, defendem que "não há qualquer viabilidade para o mundo rural se não se preservar o tecido agrícola e se não se articular a função de produção agrícola com as restantes políticas para o mundo rural".

Por outras palavras, foi a bancada comunista a lembrá-lo, "não se promove nem se dignifica o homem da terra quando se lhe nega o direito à terra, o direito a produzir, o direito a trabalhar e se remetem os agricultores e os trabalhadores rurais para a condição de população assistida, meros jardineiros da natureza ou simples figuras de museu para turista ver".

Contrariamente ao defendido pelo Governo do PSD na sua proposta - orientada para continuar a entrega do bolo dos fundos

comunitários e nacionais às grandes empresas capitalistas da área agro-alimentar e silvo-industrial, onde as questões básicas da terra, da água e da floresta ficam sem resposta e onde se ignoram os preceitos constitucionais que estipulam a liquidação do latifúndio e garantem os direitos dos agricultores rendeiros -, o projecto do PCP, como enfatizaram os seus deputados, "assenta numa concepção integrada do mundo rural e da agricultura", a partir da qual são definidas propostas concretas que apontam para a criação de explorações agrícolas com uma estrutura fundiária eficaz e de onde releva um Programa de Orientação e Fomento de Produção Agrícola e Pecuária, bem como a organização da comercialização e a definição de políticas macro-económicas adequadas ao sector.

## Indemnizações aos agrários Uma afronta à democracia

"Uma afronta e uma injustiça" aos desempregados do Alentejo e à democracia portuguesa, assim classificou António Murteira a decisão governamental de entregar cerca de 60 milhões de contos aos latifundiários que foram alegadamente afectados pela reforma agrária. Em causa está o decreto-lei que estabelece as normas relativas ao que chama de indemnização aos grandes agrários, chamado pelo PCP a plenário para ratificação, por considerar que as medidas nele preconizadas são arbitrarias e injustas, não levando em conta "os acontecimentos, fundamentos e razões históricas, políticas, económicas e sociais que motivaram quer o 25 de Abril quer as ocupações e expropriações de terras dos grandes latifundiários".

Motivo de crítica, para António Murteira, é ainda o facto de o decreto pretender julgar estes acontecimentos "não à luz da legitimidade democrática e do significado e papel do latifúndio na altura, mas à luz da situação 20 anos depois".

Daí que o deputado do PCP tenha chamado a atenção, fundamentando o seu ponto de vista,

para as razões que levaram às ocupações, expropriações e nacionalizações, indissociáveis da legitimidade democrática de "restaurar a liberdade, a democracia e a justiça social", bem como para o facto de esses latifundiários já terem de novo tomado posse das terras e bens, já terem recebido ao longo dos anos mais de 70 milhões de contos, sem esquecer, simultaneamente, que entre 1986 e 1992 receberam parte considerável dos mil milhões de contos de fundos comunitários destinados ao sector agrícola, sendo também hoje detentores de parte importante do património que já foi público e que lhes foi parar às mãos depois do seu desmantelamento.

Destituído de qualquer fundamento, do ponto de vista do deputado do PCP, está ainda o argumento do Governo de que estas indemnizações servem para cobrir hipotéticos lucros que os latifundiários teriam tido se produzissem a terra. Como assim, inquiriu António Murteira, se era conhecido o seu absentismo, de novo praticado, para além de terem na altura metade da terra, cerca de 700 mil hectares, completamente ao abandono?

## A saúde nas opções do Governo Uma medicina para ricos e outra para pobres

As questões relacionadas com a política de Saúde voltaram a concitar a atenção dos deputados, trazendo de novo para primeiro plano as profundas diferenças de concepção existentes neste domínio entre quem executa uma "política de deixa andar, deixa degradar que logo privatizaremos" e quem defende a "igualdade de acesso a cuidados de saúde globais, de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação".

A iniciativa de levar o tema a plenário partiu do Grupo Parlamentar do PCP, mais exactamente do seu deputado Luís Peixoto, ele próprio médico, que, em declaração política, tratou de demonstrar como a política de saúde do PSD e do seu Governo "visa e está a conduzir à destruição do SNS".

Os exemplos que o comprovam, infelizmente, abundam, a avaliar pelo enunciado de situações descritas por Luís Peixoto: graves restrições financeiros com repercussões na qualidade e níveis de segurança dos serviços; crescente inadequação de meios técnicos com recurso cada vez maior a equipamentos privados; entraves e desi-

guldades no acesso aos cuidados de saúde; comando administrativo/partidário das unidades de saúde; longas bichas para as consultas de especialidade e clínica geral; longas horas de espera nos serviços de urgência; mau aproveitamento de muitos equipamentos; falta de motivação dos profissionais de saúde, bem como falta de estímulos à sua actividade.

Ao que o País assiste, pois, na perspectiva da Grupo comunista, é ao propósito determinado do Governo em "pôr fim à rentabilização do trabalho no sector público", executando simultaneamente uma "verdadeira política de terra queimada", que abra caminho à "política neoliberal de gestão de saúde", como está em vias de suceder no Hospital de Amadora/Sintra.

Do que se trata, por conseguinte, como transparece das soluções preconizadas no estatuto do SNS imposto pelo PSD - e esta foi outra das acusações formuladas por Luís Peixoto -, é da criação de "uma medicina para ricos e outra para pobres", bem como da alienação do património público.

## Financiamento dos partidos Negociatas e corrupção não tiram o sono ao PSD

O PSD e o CDS-PP rejeitaram faz hoje oito dias na Assembleia da República (o PS absteve-se) o projecto de lei do PCP que proíbe o financiamento dos partidos por empresas, públicas e privadas, debatido na véspera. No seu articulado, o diploma previa igualmente a redução dos gastos dos partidos políticos em campanhas eleitorais.

Ao assumir esta posição - e esta é desde já uma conclusão a retirar -, a bancada da maioria evidencia não estar verdadeiramente interessada em eliminar os factores de suspeição e as relações dúbias e ilícitas entre partidos e o poder económico, razão de desconfiança dos cidadãos e de fragilização do regime democrático.

Definitivamente, o que sobressai da postura da maioria governamental, depois de anteriormente ter chumbado outras iniciativas igualmente relacionadas com a transparência na vida política - e não colhe o argumento invocado de que as matérias desta natureza aguardam por um debate global e pela criação de uma comissão para o efeito -, é que o PSD está inte-

ressado, isso sim, em "ganhar e gastar tempo", e que, nessa perspectiva, todos os pretextos são bons para não discutir, como oportunamente sublinhou o líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira.

Tanto assim é que, no caso vertente - se efectivamente houvesse interesse sincero por parte da maioria em dar passos efectivos neste domínio da transparência na vida política - nada impediria a aprovação do diploma na generalidade, para ulterior discussão, em sede de especialidade, na Comissão Eventual proposta pelo PSD.

Para o Grupo Parlamentar do PCP, entretanto, esta é uma batalha que está longe de estar perdida, uma vez que, como salientou Octávio Teixeira, a "imposi-

ção da transparência da vida política, em todas as suas vertentes, será um facto, mais cedo ou mais tarde".

É que, foi ainda o presidente da formação comunista a lembrá-lo, não há razão alguma para supor que Portugal está imune a escândalos como os que têm assolado vários países europeus. As declarações do presidente da CIP, a este respeito, são aliás o melhor testemunho, não podendo ninguém, por conseguinte, como observou Octávio Teixeira, "fingir que não ouviu" o padrão dos padrões portugueses afirmar que as empresas são colocadas "perante o dilema de pagar luvas ou de não poderem concorrer à adjudicação de obras e serviços públicos".

É pois contra esta «conspiração de silêncio» que o PCP se continua a bater, na convicção de que o fim às negociatas e às corrupções políticas só será garantido com a proibição do financiamento dos partidos por empresas, sejam públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

## Boa receptividade para a Campanha Nacional de Fundos

Esteve reunida na passada quinta-feira a Comissão Nacional da Campanha de Fundos para o Partido que fez o ponto da situação deste momento em relação aos objectivos traçados para a iniciativa tendo, em termos gerais, chegado à conclusão de existirem, excelentes condições e receptividade para um bom desenvolvimento da actividade, embora não sejam ainda, em alguns casos, significativos os reflexos práticos dessas boas condições no trabalho desenvolvido pelas organizações do Partido, nomeadamente em termos de medidas concretas e organizativas.

Feito um balanço às iniciativas desta Campanha Nacional de Fundos integradas nas comemorações do aniversário do Partido, para além do destaque dado ao aproveitamento dos grandes comícios de Lisboa e Porto, assinalou-se nesta última região a realização de acções em 13 dos 17 concelhos do distrito.

Outros exemplos da excelente receptividade desta Campa-



nha de Fundos podem também ser dados pelo recente almoço realizado no concelho do Seixal, com a presença de Álvaro Cunhal, que para esta campanha sumou 300 mil escudos ou o acontecido na Vidigueira, onde o preço de um almoço-convívio foi voluntariamente subido pelos participantes de 1200 para 1500 escudos, para que o excesso revertesse a favor desta campanha.

Estes apenas alguns dos exemplos fornecidos, mas durante esta reunião foram dados outros, como o provindo de Aveiro, onde a simples distribuição da carta-apelo que pro-

move esta Campanha rendeu 40 mil escudos ou o relato feito pelo representante de Viana do Castelo que deu conta de numerosas iniciativas do Partido que incluíram acções para a Campanha.

Tomar medidas organizativas e que concretizem os objectivos da Campanha, melhorar a divulgação no «Avante!», realçar a importância de virar esta iniciativa para o exterior do PCP, tendo em conta aliás o período de pré-campanha eleitoral que se avizinha - que faz com que esta campanha ajude a fixar e consolidar apoios à CDU - foram outros aspectos referidos no decorrer desta reunião.

## Privatização da Telecom Um novo escândalo em negócio de muitos milhões

O deputado comunista Lino de Carvalho qualificou o processo de privatização da Telecom como um "novo escândalo cuja dimensão plena importa averiguar", alertando simultaneamente para aquilo que do seu ponto de vista configura desde já "um monumental cambão".

A questão veio a lume na última sessão plenária da semana transacta, em debate suscitado a partir do pedido de ratificação do PCP ao decreto-lei que aprova a privatização, com os deputados comunistas a porem em evidência os apetites e o envolvimento de interesses e «lobbies» por uma empresa que só em 1994 apresentou um resultado líquido positivo de 21,3 milhões de contos.

Para a formação comunista, a questão nodal que envolve o que há quem chame já o negócio do século situa-se muito para além do «modelo» de empresa ou do

«modelo» de privatização. Em causa está, sobretudo, como frisou Lino de Carvalho, a "privatização em si mesmo" de uma empresa estratégica para o País num sector tão fundamental e sensível como o das telecomunicações".

Com efeito, como observou o parlamentar comunista, não se trata de uma empresa qualquer, dada a sua posição dominante no sector das telecomunicações, onde a evolução tecnológica operou uma profunda revolução no capítulo das transacções de informação, com as muito faladas auto-estradas da informação.

Ora, é aqui justamente que a questão se coloca, em termos de se saber - e este foi um dos aspectos mais enfatizados por Lino de Carvalho - se estas auto-estradas da informação funcionarão como instrumentos de democratização do conhecimento, privilegiando simultaneamente o interesse nacional, ou se, pelo contrário, estarão subordinadas a interesses económicos, políticos e culturais (nacionais ou estrangeiros) que acentuem o "processo de exclusão e selecção social no acesso à informação".

Acresce ainda a importante função social desempenhada pelas telecomunicações e pela Portugal Telecom, sobretudo nas áreas do interior e ilhas, onde existe um baixo consumo, e onde seguramente ocorreriam efeitos negativos se o modelo de serviço fosse pautado pela lógica pura do mercado, com a liberalização dos preços e aumentos nos tarifários.

Motivo sério de preocupação, no entender de Lino de Carvalho, devem ter também, por outro lado, os trabalhadores da empresa, uma vez que, alertou, fala-se que cerca de sete mil dos actuais 22 mil trabalhadores estariam a mais, sem falar da redução de direitos e violação de Acordos e Contratos de Trabalho normalmente associados aos processos de privatização.

## Dias do Estudante e da Juventude assinalados com acções de rua

O dia 24 de Março - Dia do Estudante - e o dia 28 de Março - Dia da Juventude - foram assinalados com diversas iniciativas levadas a cabo por diversas organizações. O Dia Nacional do Estudante foi assinalado um pouco por todo o país e em Lisboa organizou-se uma concentração, frente ao Ministério da Educação. Esta foi mais uma participação dos estudantes numa manifestação



Os estudantes participaram numa manifestação com professores contra a política de educação do PSD

levada a cabo em Lisboa conjuntamente com os professores do ensino secundário contra a política de Manuela Ferreira Leite.



Jovens da JCP distribuem em Faro um documento com a posição dos jovens comunistas em matéria de educação

O Presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, recebeu universitários de todo o país, que entregaram petições a pedir a revogação das leis 20/92 e 5/94 e a exigir o alargamento da acção social escolar ao ensino superior privado.

Também a JCP ao longo destas duas semanas promoveu diversas iniciativas em vários pontos do país, entre as quais a distribuição em Faro de uma nota da Direcção Regional do Algarve daquela estrutura onde se apresentam as dez medidas que a JCP considera como sendo as bases essenciais para a resolução da crise na educação.

Por outro lado a organização distrital de Braga da JCP emitiu uma nota a assinalar o Dia da Juventude onde se questiona o futuro e as saídas profissionais para os jovens portugueses com a actual política. Aí defendem-se posições que, no que diz respeito ao ensino, são semelhantes às enunciadas no documento distribuído em Faro, ou seja, a posição da JCP sobre as seguintes matérias: fim do *numerus clausus*, fim das propinas, acção social escolar digna e nova reforma educativa.

Por outro lado, defende-se o horário semanal de 40 horas, (35 para os menores de 18 anos), a proibição dos menores de 18 anos trabalharem entre as 20 e as seis horas, a consideração de crime para quem explore o trabalho infantil, o princípio de salário igual para trabalho igual independentemente do sexo e idade, a aplicação do salário mínimo nacional para os menores de 18 anos e a facilidade de crédito para aquisição de casa própria.

**ATÉ AMANHÃ  
CAMARADAS**  
de Manuel Tiago



O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE  
E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO  
EM PORTUGAL

edições  
Avante!

## Igualdade Uma luta de todos

A questão da igualdade de oportunidades voltou a estar em debate no Parlamento Europeu, como já se tornou quase tradicional no mês de Março, pois tão persistentes como a desigualdade são os equívocos que persistem em torno deste tema, considerado por muitos como um problema das mulheres.

Em causa esteve, de novo, a igualdade (ou a falta dela) de oportunidades, nos domínios económico, político, social e cultural. Um objectivo prioritário, como disse na ocasião o eurodeputado Sérgio Ribeiro, da luta dos homens e das mulheres pela democracia. Logo, um problema respeitante a todos, o que não significa - antes pelo contrário -, que não se reconheça e denuncie que as mulheres continuam a ser as primeiras vítimas de uma discriminação social no seu sentido mais lato. Uma realidade tão indelével como as palavras de Sérgio Ribeiro - o facto de as mulheres serem, mesmo onde tal lhes é negado de forma discriminatória e violenta, cidadãos em toda a amplitude do conceito.

Na sua intervenção, o eurodeputado comunista chamou a atenção para o facto de, na chamada vida activa, "o recurso e reforço a fórmulas de panaceia, nada inócua socialmente, como as que se inserem na sanha desregulamentadora", não poderem ser "oportunidades ou pretextos para reforçar a discriminação através da 'oferta' ou do incentivo ao trabalho parcial como sendo vocacionado para as mulheres". A verificar-se tal situação, isso seria manter, cada vez mais, as

mulheres na sua condição de "cidadãos mais penalizados pelas dificuldades da sociedade em resolver os seus problemas sociais, discriminadas no acesso, nos salários, na carreira profissional, porque a sociedade não tornou prioritária a resolução de problemas como os da maternidade, da assistência às crianças, das condições de vida e de trabalho".

Defendendo que a questão da igualdade de oportunidades é um problema da sociedade, político, que deverá ser encarado politicamente, e cujas respostas terão de ser encontradas não no recurso a medidas artificiais administrativas, mas no verdadeiro debate político, na procura de soluções na base económica e social, Sérgio Ribeiro reiterou no PE as posições dos comunistas, nomeadamente no que respeita à salvaguarda dos direitos adquiridos, ao combate às tentativas para anular ou limitar a liberdade de escolha pelas mulheres relativamente ao aborto, à redução do tempo de trabalho sem perda de salário, ao desenvolvimento dos serviços sociais, à melhoria da protecção social, à luta contra o desemprego e a pobreza que atingem predominantemente, directa e indirectamente, as mulheres.

## Transporte ferroviário Privatizar os lucros colectivizar os prejuízos

As posições do Conselho Europeu sobre as directivas relativas à concessão de licenças a empresas de transporte ferroviário, e para a repartição de infra-estruturas ferroviárias e cobrança das respectivas taxas de utilização, analisadas na sessão de Março do Parlamento Europeu, não acrescentaram nada de novo às suas orientações anteriores, pelo que se mantêm os motivos de preocupação sobre o futuro do sector.

A privatização dos serviços públicos ferroviários já realizada em países da União Europeia teve como consequência o aumento dos preços, os despedimentos em massa, o aumento da instabilidade laboral. Nem sequer a qualidade dos serviços melhorou! Tudo ao contrário, afinal, do que fora prometido, mas confirmando plenamente o que os sindicatos e algumas forças políticas - como os comunistas - haviam previsto.

Faça a esta situação, os eurodeputados do PCP votaram contra as posições do Conselho. Ao fazer a declaração de voto, Honório Novo não deixou de sublinhar que com a adopção daquelas posições comuns se pretende "aplicar a mesma receita ao conjunto da União Europeia", ainda que com uma "cambiantemente verdadeiramente espantosa", a saber, restringindo "o campo da liberalização, ou seja da privatização, aos sectores de longo curso, predominantemente transfronteiriços, precisamente aqueles que são economicamente mais rentáveis".

Como fez notar o eurodeputado comunista, o Conselho

propõe, simultaneamente, "de uma forma cinicamente generosa", manter "como serviço público os transportes urbanos e suburbanos, de rentabilidade mais duvidosa, com os custos a recaírem por inteiro nas empresas públicas".

Tendo em conta que esta estratégia privatizadora não é nova, antes tem vindo a ser paulatinamente aplicada em sectores fundamentais, como

aconteceu com a aviação civil, Honório Novo lamentou que "as posições adoptadas pelo Parlamento não tenham em conta tal experiência e contemplem de novo - e em alguns casos pretendam ir mais longe - uma insensibilidade total pelas consequências sociais e económicas da privatização e desregulamentação dos serviços públicos fundamentais".

## Acordos de Schengen Polícias lamentam falta de preparação

O Conselho Europeu dos Sindicatos de Polícia (CESP), que representa 250.000 policiais de 17 países da Europa, lamentou recentemente a "falta de preparação" dos países subscritores do acordo de Schengen, nomeadamente no domínio da cooperação e da harmonização legislativas.

Segundo o secretário-geral desta organização reconhecida pelo Conselho da Europa, Roger Bouillier, numa conferência de imprensa em Lion, na sede do CESP, "os sete países que vão numa primeira fase implementar a convenção deveriam, em princípio, estar prontos a fazê-lo, mas em alguns domínios não está nada feito".

A convenção de Schengen, recorda-se, foi assinada em 19 de Junho de 1990 e entrou em vigor no dia 26 de Março em sete países (França, Alemanha, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Espanha e Portugal), por um período experimental de três meses. A convenção prevê a supressão dos controlos nas fronteiras internas.

O CESP acaba de enviar quatro propostas ao Primeiro-Ministro francês, Edouard Balladur (a França assegura neste semestre a presidência da União Europeia), para a "rápida implementa-

ção de uma harmonização legislativa e do procedimento penal", a fim de dar "uma verdadeira eficácia" à cooperação policial inscrita na convenção.

Designadamente, o CESP propõe o estabelecimento de "disposições regulamentares comuns, bilaterais, que introduzam a formação de estruturas de observação e de acompanhamento previstas pela convenção"; a criação de "comissariados fronteiriços comuns", compostos por funcionários dos respectivos países que tenham "um perfeito conhecimento das legislações respectivas"; a criação de "brigadas mistas" de policiais dos diferentes países podendo actuar na "totalidade do espaço" Schengen; e a implementação de formação comum de policiais dos países envolvidos "virada para a aprendizagem das respectivas línguas".

Como afirmava Roger Bouillier em Lion, é espantoso que actualmente "em nenhuma escola de polícia em França existam cursos de línguas estrangeiras".

Com tanta barreira interna, é duvidoso que Schengen derrube alguma fronteira, se é que alguma vez foi essa a sua intenção.

## Gravuras de Foz Côa chegam a Bruxelas

A questão do futuro das gravuras rupestres paleolíticas de Foz Côa já chegou à Comissão Europeia, em Bruxelas. Numa pergunta escrita àquele organismo, que a seguir se transcreve, solicita-se a intervenção comunitária com vista ao estudo, salvaguarda e valorização do importante testemunho histórico.

"A recente descoberta de importantes gravuras rupestres paleolíticas no Vale do Côa, Portugal, cujo valor histórico/patrimonial e excepcional importância científica foram confirmados pelo interesse e estudos preliminares de destacados especialistas nacionais e mundiais, e pela própria UNESCO, exige que tais achados sejam salvaguardados e tenham tratamento e enquadramento que os aproveite e valorize.

"Foi entretanto criado um movimento cívico - Movimento pela Salvaguarda da Arte Rupestre no Vale do Côa -, formado por associações de estudantes da escola do ensino secundário da região (Vila Nova de Foz Côa) e do ensino universitário (Universidades de Trás-os-Montes, do Minho e de Évora e Faculdade de Letras do Porto), dedicado à preservação do que chamam "o maior património de arte rupestre ao ar livre do mundo", movimento que, entre outras acções, está convidando entidades políti-

cas e culturais portuguesas para visitar o local.

"Por outro lado, tendo em conta as necessidades de estudo e de prospecção sistemática, particularmente no que se refere ao enquadramento paisagístico natural do "santuário paleolítico", sabendo-se já estar soterrada uma rocha com gravuras e que outros vestígios ainda não identificados poderão não ser salvaguardados, tornam-se urgentes estudos e medidas, o que implica a mobilização de meios avultados.

"Pergunto, à Comissão, se a exemplo de outras iniciativas, como as relativas a Conimbriga, e através da sua DG X, não poderia mostrar o seu interesse pela descoberta, pela sua confirmada importância histórica, cultural e científica e se não deveria promover ou cooperar com acções visando o estudo sistemático do conjunto, e as suas salvaguarda e valorização?"

A pergunta, subscrita pelo deputado Sérgio Ribeiro, aguarda resposta.

## Sara Ocidental Plano de Paz ameaçado

Quatro anos passados sobre a aprovação do Plano de Paz para o Sara Ocidental, a situação permanece longe das aspirações do povo saraoui, como longe está o reconhecimento, pelas autoridades marroquinas, do seu direito à autodeterminação. Preocupado com o constante desrespeito pelos direitos humanos, por parte de Marrocos, o Intergupo "Paz para o Povo Saraoui" do Parlamento Europeu enviou ao representante permanente de Portugal junto das Nações Unidas, Pedro Catarino, uma carta subscrita pelos eurodeputados comunistas, em que se alerta para a gravidade da situação no Sara Ocidental e se apela à intervenção junto da ONU para que o Plano de Paz seja respeitado.

Na sua tomada de posição, os eurodeputados recordam como o Plano de Paz fez nascer a esperança no povo saraoui, em Janeiro de 1992, de poder exercer o seu direito à autodeterminação num clima de confiança e de segurança. A data para o efeito está marcada para Novembro deste ano, mas escasseiam razões para confiar no processo em curso.

Como se refere na mensagem ao representante português na ONU, "numerosos deputados europeus constatarão as irregularidades com que a MINURSO conduzia as operações" e "deram conta disso ao Conselho de Segurança e ao Secretário-geral".

Infelizmente, "os seus receios foram confirmados num relatório sobre as operações e medidas de

manutenção da paz pelas Nações Unidas". Segundo o antigo vice-presidente da MINURSO, o embaixador Frank Ruddy, numa intervenção no Congresso norte-americano, "a partir de Agosto de 1994, a MINURSO deixou de ser uma operação conduzida pela ONU e tornou-se num instrumento da dominação marroquina sobre o processo de identificação". A MINURSO, ainda nas palavras de Frank Ruddy, está impotente face à constante intromissão das forças de segurança marroquinas. As manobras de atraso e obstrução fazem temer que o referendo não se realizará este ano. Para os eurodeputados, a conclusão mais importante do relatório do responsável norte-americano é a de que "os quartéis-gerais das Nações Unidas não fazem nenhuma ideia do que se passa no terreno".

Face à gravidade da situação, os eurodeputados consideram que o processo de paz "está seriamente ameaçado", e sublinham o facto de a ONU "nunca ter condenado a posição de Rabat, que recusa entrar em diálogo directo com a Frente Polisário", apesar das constantes "violações dos direitos humanos fundamentais sob os olhos dos observadores da ONU, sem falar dos 600 saraouis desaparecidos".

É neste contexto que os eurodeputados pedem a intervenção de Pedro Catarino, para que envie as diligências necessárias à abertura de um inquérito sobre as operações da MINURSO e para que o Plano de Paz inicial seja respeitado.

■ Henrique Custódio

# Incineradoras

# INTOXICAÇÕES PÚBLICAS DE VÍCIOS PRIVADOS



José Manuel Abrantes:

## “A incineradora é apenas uma peça”

*Avante!* - A população de S. João da Talha movimentou-se contra a instalação de incineradora de resíduos sólidos urbanos na sua Freguesia. Os seus receios tinham razão de ser ou não foram bem informados?

José Manuel Abrantes: - Há que distinguir entre duas situações claramente diferenciadas. Uma, são as legítimas preocupações da população, até porque se trata de uma unidade industrial - não vamos escamotear a questão - e não existem indústrias limpas. Não se trata, portanto, dum parque infantil, embora, de acordo com as exigências deste projecto, possamos assegurar que ela será uma unidade industrial muito menos poluente que a esmagadora maioria das indústrias instaladas no País. Gostava de acrescentar que a discussão deste problema com a população teve, de facto, insuficiências que estamos a procurar ultrapassar, até pela discussão que vamos fazer do estudo do impacto ambiental e através de outras acções de esclarecimento programadas.

*Av.* - E a outra situação?

J. M. A.: - Um outro problema são os grupos com interesses político-partidários (embora a decisão tenha sido tomada por unanimidade em sessão de Câmara, o que significa o acordo expresso de todas as forças políticas) que, utilizando as legítimas preocupações da população, procuraram retirar daí dividendos, não hesitando a recorrer a uma argumentação irresponsável e alarmista.

*Av.* - Um campo fértil para essas aproveitamentos tem sido a confusão que se estabeleceu entre uma incineradora de resíduos industriais tóxicos e esta, para tratamento de resíduos sólidos urbanos.

J. M. A.: - Exactamente. Tem havido aí alguma confusão. Trata-se de um equívoco sem razão de ser, desde logo pelas diferenças técnicas entre ambos os sistemas, mas, fundamentalmente, pelo facto de estarmos a falar de uma unidade para tratamento de lixo urbano, que todos produzimos diariamente e não podemos deixar à porta das nossas casas. É, portanto, um

problema que tem de ser bem resolvido e compreendido por todos quantos produzem lixo - afinal, todos nós.

*Av.* - Mas a incineradora insere-se num sistema integrado, mais global. Ou seja, a questão do lixo urbano não se esgota ali.

J. M. A.: - Nem mais. A incineradora é apenas uma peça no projecto mais global do tratamento dos lixos urbanos dos quatro Concelhos envolvidos no projecto - Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira e Amadora - sendo de continuar a apostar fortemente na política dos três R, Redução, Reutilização e Reciclagem, havendo a assinalar que o esforço feito pelos quatro municípios nesta área é já muito significativo e terá de ser aumentado, como o estamos a fazer.

Mas, acima de tudo, é verdade que tem de haver uma política nacional conforme com estas preocupações, já que é o Governo que dispõe dos mecanismos legais capazes de introduzir alterações significativas na indústria, que permitam reduzir os desperdícios (por exemplo, ao nível das embalagens), estimular a reutilização, nomeadamente do vidro e, ainda, o crescimento da indústria de reciclagem e o consumo dos produtos reciclados.

*Av.* - É capaz de ser esperar muito, pelo menos de Governos como estes que temos tido...

J. M. A.: - Infelizmente temos de dizer que, para além do esforço municipal, pouco mais se tem visto. Tem sido, aliás, uma área que o Governo tem abordado demagogicamente, sem implementar soluções. Entretanto, consideramos fundamental que a população acompanhe este projecto, estando já em formação uma comissão de acompanhamento constituída por representantes das várias Freguesias da zona e já reconhecida como interlocutora pela Valorsul, sendo fundamental que este acompanhamento se faça de forma a permitir, também por esta via, que o projecto, em todas as suas fases, desde a construção à exploração, mantenha os níveis de qualidade exigidos.

Tem andado por aí a guerra das incineradoras, quase tão à solta como os lixos que lhes estão na origem. Entre receios legítimos e alarmismos demagógicos, têm-se dito alguns disparates e instilado confusões várias, às vezes por quem menos se esperaria, como o Primeiro-Ministro quando, há dias, ironizou sobre o sucesso com que o presidente da Câmara de Loures estaria a “vender” a incineradora de S. João da Talha às respectivas populações, quando o seu Governo, coitado, há mais de um ano que tenta, sem êxito, fazer o mesmo com “a sua” incineradora.

O que Cavaco Silva não disse foi que “a sua” incineradora é a tal dos resíduos sólidos industriais, que são tóxicos e perigosos, enquanto a incineradora a instalar em S. João da Talha, no Concelho de Loures, é para resíduos sólidos urbanos, que, na sua incineração e após ela, não oferecem qualquer perigo, como garantem os seus responsáveis e a experiência em todo o mundo.

Perigoso, sem dúvida, é deixar os lixos à solta, sejam os urbanos, como o produzido na Área Metropolitana de Lisboa à média de 2.000 toneladas/dia, sejam, com maior acuidade, os industriais tóxicos e perigosos produzidos pelo País à ordem do milhão e 400.000 toneladas/ano. Portanto, nisto de incineradoras não se pode meter tudo no mesmo saco, como o fez deliberadamente Cavaco Silva por chocante anticomunismo (é sabido que os comunistas são maioritários em Loures e na Área Metropolitana de Lisboa), logo ele, que devia ser o primeiro a informar correctamente o País de modo a sensibilizá-lo para esta grave questão nacional da eliminação dos lixos, sejam eles tóxicos ou não.



## Rui Godinho: “A solução correcta disponível de momento”

Área Metropolitana de Lisboa, concretamente nos Concelhos de Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira e Amadora. E produzimos porque aqui vivemos, trabalhamos, estamos e temos direito a estar. Esses resíduos - 2.000 toneladas por dia - têm de ter um destino. Até aqui, foram depositados e tratados da melhor forma que sabíamos fazer: com aterros sanitários, por compostagem. Só que isso, hoje, está completamente ultrapassado e mais: os aterros sanitários estão saturados, tirando um ou outro que ainda aguenta uns anos, poucos. Além disso já não há terrenos para fazer aterros sanitários onde se deposite este lixo todo.

*Av.* - Como se chegou à ideia da incineradora? Há quem fale da reciclagem como a grande solução...

R. G.: - A matéria orgânica destes quatro Concelhos representa 30 % do total dos lixos urbanos, ou seja 600 toneladas/dia. Restam 1.400 toneladas. O que lhes faríamos se, por hipótese, continuássemos a tratar as outras 600 toneladas em Beiroas? Daí estes municípios, nomeadamente Lisboa, terem começado a reciclar vidro, papel e algum plástico, que é retirado na estação de Beiroas e hoje temos taxas de reciclagem que, não sendo enormes, já têm algum significado. Mas, meu caro amigo, mesmo que no tal da reciclagem de vidro, papel e outros produtos conseguirmos, nos próximos 10 anos, chegar a uma taxa de reciclagem supunhamos de 10 ou 15%, estaríamos a chegar a níveis da Dinamarca, um expoente nesse campo. Só que 10 ou 15% de 2.000 toneladas/dia corresponde a 300 toneladas. E o resto, que são 1.700 toneladas/dia? O que lhe fazemos?

Não temos outra solução senão incinerá-las.

*Av.* - Então qual é a perspectiva de funcionamento, desde a recolha à incineração do lixo?

R. G.: - Está no sistema integrado que estamos a constituir e que consiste no circuito que começa no caixote do lixo (fase de deposição), onde vamos procurar que as pessoas comecem a separar o lixo orgânico do papel, do vidro dos plásticos, metais e outros materiais. Através do projecto que está a ser implementado pela Valorsul, iremos reciclar todos estes materiais.

Com a incineradora dos resíduos sólidos urbanos e o aterro sanitário de apoio (onde se depositarão as cinzas) complementar-se-á o sistema e resolver-se-á o problema por, pelo menos, 25 anos, a este ritmo de produção de 2.000 toneladas de lixo diário nos quatro concelhos, que iremos tentar manter a este nível e, até, baixar.

## A política dos três “R”

*Av.* - É aqui que entra a já célebre política dos três Érres.

R. G.: - Exactamente. Daí estarmos a investir a fundo, e vamos investir muito mais, na “política dos três R”: Redução, Reciclagem e Reutilização do lixo produzido. E os próprios materiais incinerados também podem ser reutilizados, complementando a política dos três R. Isto porque na incineração não se obtém apenas a redução do volume do lixo (que fica reduzido em cerca de 10.000 vezes), mas produz-se também energia. E a níveis altíssimos. Para se ter uma ideia, esta incineradora irá produzir energia suficiente para alimentar um Concelho como o da Amadora.

Portanto, a central de resíduos sólidos e urbanos de S. João da Talha é de grande utilidade para os municípios e respectivas populações, porque resolve um problema dramático que existe hoje na Área Metropolitana de Lisboa e, do ponto de vista ambiental, vai melhorar substancialmente a situação que hoje temos. Não se trata de uma indústria poluente, antes pelo contrário, é

despoluente, ambientalmente correcta, e produz uma mais-valia, a energia, útil para todos nós.

*Av.* - Estaremos, então, perante uma maravilha e o melhor dos mundos?

R. G.: - Todas as coisas que o homem faz têm vantagens e desvantagens. Uma barragem que seja feita num rio tem vantagens e desvantagens, e quem diz barragens diz auto-estradas ou outra coisa qualquer. A questão está em saber controlar o processo. Com os equipamentos antipoluição que existem e as disposições rigorosas, estas incineradoras, se forem bem construídas e conduzidas, são praticamente inócuas do ponto de vista do ambiente e da saúde pública, como o demonstra a vasta experiência neste campo. Não vou dizer que são 200% seguras, nenhuma instalação o é. Mas é preciso desmistificar algumas coisas que andam a ser ditas por aí.

*Av.* - Quer isso dizer que não há escapatória possível? Estamos condenados a ter o lixo como um problema de cabeceira?

R. G.: - Enquanto o modelo civilizacional for este, de consumismo e desperdício, vamos ter que enfrentar este problema de milhares de toneladas de lixo por dia. Além disso, acho que, do ponto de vista político e ideológico, também há uma frente de luta - a da mudança do modelo de desenvolvimento que hoje impera no mundo, assente na economia do desperdício, do lucro desenfreado a qualquer preço. Isso é que gera esta situação. Mas enquanto vamos formulando políticas alternativas do ponto de vista do desenvolvimento económico e do ponto de vista civilizacional, que não são atingíveis no curto prazo, temos que nos defrontar todos os dias, nestes quatro municípios da Área Metropolitana de Lisboa, com 2.000 toneladas/dia. Isto não se muda de um dia para o outro. A incineração dos resíduos sólidos urbanos não é uma mania que nós tenhamos. Esta solução agora encontrada para os quatro municípios, anda a ser estudada para os sete municípios da Área Metropolitana de Lisboa (Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Amadora, Oeiras, Sintra e Cascais) desde 1988. Portanto, isto não foi feito sobre o joelho nem porque um Rui Godinho qualquer se tivesse lembrado disto. Foi estudado, elaborado através dum Plano Director, feito por empresas idóneas, escolhidas por concurso público em 1988, que fizeram o diagnóstico da situação, escolheram as melhores soluções e propuseram-nas. Os municípios envolvidos aprovaram este Plano Director, por unanimidade, nas Câmaras e Assembleias Municipais respectivas.

## Rigor e modernidade

*Av.* - Uma das acusações que surgiram, por parte de alguns que contestavam a incineradora em S. João da Talha, era de que a incineração estava a ser abandonada nos países europeus mais desenvolvidos em questões ambientais, como a Holanda, a Alemanha ou a Dinamarca.

R. G.: - É mentira. Na Alemanha as incineradoras vão duplicar até ao ano 2.000, na Holanda vão aumentar 30% e na Dinamarca 40%. E nos EUA também. E porque? Porque estão com o mesmo problema que nós temos. E o que fazem é tomar os cuidados para que as respectivas tecnologias sejam adequadas e as prescrições ambientais sejam as mais rigorosas.

*Av.* - Esse rigor vai ser usado em S. João da Talha?

R. G.: - Em S. João da Talha vamos utilizar as prescrições, de natureza ambiental, mais rigorosas que existem na Europa. Vamos, inclusivamente, utilizar normas de natureza ambiental semelhantes às da Alemanha e da Holanda, que são mais rígidas que as próprias normas que a União Europeia obriga.

As pessoas podem dizer assim: mas quem é que garante que isso funciona? Ora bem, nós damos a garantia da capacidade política e téc-

*Avante!* - Começemos por estabelecer a diferença entre incineradoras de resíduos sólidos urbanos e as de resíduos industriais que, como se sabe, são tóxicos e perigosos.

Rui Godinho: - As tecnologias de queima são diferentes, para cada um dos casos. Os resíduos sólidos urbanos têm uma determinada composição, não tóxica e não perigosa, e os resíduos sólidos industriais, na maioria dos que precisam de ser incinerados, são tóxicos e perigosos. Mas atenção: não se conhecem hoje melhores soluções que a incineração, para o conveniente tratamento destes resíduos sólidos tóxicos e perigosos, como sejam os hospitalares e industriais, quer em termos de saúde pública, quer em termos ambientais.

*Av.* - Por que se deixou chegar a situação a este ponto?

R. G.: - Porque nunca houve um governo que determinasse uma política, quer em termos industriais, quer do ponto de vista ambiental, que se preocupasse com o adequado destino final dos resíduos sólidos e industriais.

*Av.* - Tão simples como isso?!...

R. G.: - Tão simples como isso. E aquilo que julgo saber sobre o que se passa com o tratamento dos resíduos sólidos e industriais tóxicos e perigosos diz respeito, só, a uma pequena parte do que é produzido no País. Estamos a falar de 35.000 toneladas por ano, que é o dimensionamento do sistema que tem sido apresentado a público e objecto de alguma controvérsia, enquanto o País produz 1,4 milhões de toneladas por ano. Os restantes, têm de ter outro destino. Tratar os resíduos sólidos e industriais, e também os hospitalares, através de processos de incineração, que reduzam os resíduos a quantidades ínfimas, a cinzas, é muito melhor que a situação que temos hoje, como, aliás, também reconhechem as associações ambientalistas. Hoje vive-se uma situação de completo descontrolo.

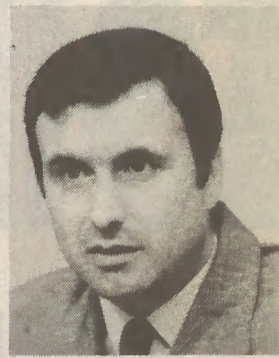
### Um sistema integrado

*Av.* - Quanto à incineradora de S. João da Talha, é outra coisa. Vai tratar os resíduos sólidos urbanos.

R. G.: - Exactamente. Vai tratar os resíduos sólidos urbanos que todos nós produzimos, os que vivemos e trabalhamos na



# Um movimento de inquietação, luta e esperança



FRANCISCO LOPES  
Membro da Comissão Política

**N**A ACTUALIDADE, o nosso país está confrontado com importantes opções para o seu futuro, as eleições legislativas preenchem de forma crescente o panorama político. É o PSD a procurar instrumentalizar o poder ao seu serviço, ao mesmo tempo que encena o distanciamento das nefastas consequências da sua política. É o PS que nos actos e nas palavras converge cada vez mais com o PSD na defesa dos interesses do grande capital. É o CDS agora mascarado de PP, populista, que apenas se diferencia do PSD por ser ainda mais radical no ataque ao regime democrático e aos interesses dos trabalhadores. São os grupos e grupúsculos ditos de extrema-esquerda e de outras inspirações com a sua acção confusionista.

A acção directa deste diversificado leque de forças, associam-se também, sentimentos localizados de descrença e o estímulo do antipartidarismo, e da aversão à política, que constituem boas formas para defender a direita e para confundir a possibilidade e o caminho da alternativa, numa acção que é importante contribuir para compreender e desmistificar.

1. O PSD tem há quase 10 anos consecutivos o domínio do Governo. Portador e executor duma política ao serviço do grande capital contra os trabalhadores e o regime democrático, o PSD criou enormes expectativas e ilusões em vastos sectores da população, nomeadamente na juventude, que a sua prática política se encarregou de desmentir.

Os resultados da política de direita, da política do PSD estão hoje à vista, no escandaloso processo das privatizações, na concentração da riqueza, na destruição do aparelho produtivo, no ataque aos direitos e liberdades dos cidadãos e no empobrecimento do regime democrático, nas práticas repressivas, no agravamento da exploração, na acentuação das desigualdades sociais e no agravamento dos problemas da juventude portuguesa com a criação de novas dificuldades e obstáculos à sua realização pessoal e profissional.

Esta prática conduziu a grandes desilusões e frustrações de muitos dos que tinham acreditado no PSD, ao alargamento do descontentamento e a protestos muito amplos. E como em outros momentos, em que fica claro o falhanço de políticas e de Governos, procura-se dar ideia de que não foi o Governo do PSD e a política de direita que falharam, mas todos e de que todos são iguais.

Quando se aproximam as eleições legislativas, momento de decisão para interromper a política dos últimos anos, e abrir a possibilidade para uma nova política, quando centenas e centenas de milhares de portugueses, nomeadamente jovens, têm lutado contra a política de direita e por uma nova política que concretize as suas aspirações, e quando podem com a sua participação política e com o seu voto contribuir para essa mudança há quem os procure embalar com o canto da sereia, do são todos iguais, e para na base da consigna - já que não nos apoiam, e não votam em nós é melhor não apoiarem e não votarem em ninguém - os empurrar para a abstenção neutralizando o seu descontentamento e calando a sua voz. A par de outros elementos confusionistas, de demagogia e de eleitoralismo, o antipartidarismo é uma importante tábua de salvação para a direita e a continuação da sua política.

Estas tendências da rejeição da política, do combate aos políticos, têm, no entanto, uma base objectiva que resulta da prática política do PSD, do CDS e do PS, assente nas promessas não cumpridas, na participação nos órgãos de poder, para proveito próprio e das suas clientelas, na corrupção, no nepotismo, na recusa do diálogo e nas práticas repressivas.

Esta postura, indissociável dos valores e interesse de classe que o PSD, CDS e PS defendem, provoca uma enorme e muito justa rejeição em vastos sectores da população.

Entretanto, alguns dos maiores responsáveis por esta situa-

ção, aproveitam estes sentimentos, não naturalmente para combater essa forma de estar na política dos representantes do grande capital, mas para dar curso a teses antidemocráticas para pôr em causa regime democrático.

Nos últimos tempos, apossou-se de várias forças políticas uma súbita preocupação com a "separação entre os negócios e a política",

com os vencimentos de titulares de cargos políticos, numa campanha em que PS, PSD e CDS se têm desdobrado para esconder a sua verdadeira postura. Todos podem falar, mas o critério da prática é o único para aferir das posições de cada um. E a prática do PCP é clara, o PCP tem como critério que os seus eleitos na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, e nas autarquias não sejam prejudicados, nem beneficiados, um critério que marca a diferença, que vinca que os eleitos comunistas estão nos órgãos do poder para servir o povo e o país e não para proveito próprio. O PS o PSD e o CDS podem também falar, apresentar ideias e propostas sobre o estatuto remuneratório dos

sistas de Abril, acabaram com a Reforma Agrária, desmantelaram grande parte do Sector Empresarial do Estado, destruíram importantes unidades produtivas, conduziram à desertificação de vastas zonas do País, criaram dificuldades a muitos sectores da população. Entre os trabalhadores desempregados, reformados e idosos a viver com extremas dificuldades, sectores marginalizados da população, há quem se tenha deixado abater pelo desespero e pelo desânimo e que em eleições anteriores não tenha acreditado que com a sua luta e o seu voto era possível mudar de governo e de política e que influenciados por esses sentimentos se abstiveram. A sua participação, apoio e voto na CDU nas próximas eleições é importante, mas para isso é preciso que sintam que é possível e vale a pena derrotar a direita e a sua política e contribuir para uma nova política e um novo governo.

3. Nunca, ao longo dos últimos anos, se verificaram tantas condições para a derrota da direita. O momento que vivemos, com o descontentamento de amplas sectores com o PSD e a política de direita e a possibilidade de mudança de posição política de muitos cidadãos em relação à opção que tomaram em 1991, criam condições para a derrota do PSD e da política de direita para tornar possível uma nova política, uma política de esquerda.

A mobilização do apoio e do voto dos descontentes passa por um grande movimento que, partindo da ruptura com a política de direita, da crítica ao PSD e ao PS, seja um movimento de inquietação, luta e esperança, de confiança em que é possível uma vida melhor, um grande movimento de mudança que de forma coerente só a CDU protagoniza.

Aos que vêem os campos abandonados sem produzir, as suas terras despovoadas, aos que vêem nas empresas onde trabalharam, instalações em ruína invadidas pelo mato, aos reformados e idosos com pensões abaixo do nível de subsistência, aos pequenos e médios comerciantes industriais e agricultores cheios de problemas, aos jovens que vêem no futuro uma grande incerteza, a estes e a outros sectores abre-se uma perspectiva. É possível mudar. É possível outra política. Uma política de esquerda com o apoio a uma força política - o PCP e a CDU - que a defende e quer aplicar, uma força que conta sempre para a derrota da direita, uma força que vale a pena apoiar e em que vale a pena votar.

O PCP tem uma forma diferente de estar na política e um projecto claramente alternativo que é preciso defender, desenvolver, aprofundar e afirmar. A mobilização do apoio e do voto dos descontentes passa por uma grande afirmação da diferença da prática política do PCP, da coerência entre as palavras e os actos, da sua forma de estar nos órgãos de poder, da diferença das suas propostas e projecto, como força política que não está dependente dos interesses do grande capital e das multinacionais, que não se conforma com a concentração e centralização capitalista que não se deixa entalar no espantoso dos interesses que comandam a União Europeia, que luta contra a exploração e as injustiças sociais, que tem como único compromisso a defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, a concretização da alternativa democrática e a transformação progressista da sociedade.



titulares de cargos políticos, mas ao contrário do PCP que sempre se opôs, foram eles que estiveram na base da aprovação das remunerações escandalosas que agora fingem enjugar.

Não é assim estranho que essas forças e os seus apoiantes tudo façam para colocar todos no mesmo saco, para confundir e para ocultar que há uma força política - o PCP - que tem uma forma diferente de estar na política.

2. O governo do PSD, tal como antes os governos do PS, com a sua política de direita contra as transformações progres-

Mais um plano sem respostas reais

# Criar empregos ou caçar votos?

Sucessivos planos de combate ao desemprego têm sido anunciados por Cavaco Silva e pelo Governo do PSD em vésperas de eleições. Quando assenta o pó da propaganda governamental, o que se vê é o insistente aumento do número de desempregados.

Já no princípio de Março, o Conselho Nacional da CGTP antecipava uma apreciação às conhecidas intenções do Governo de voltar à carga com mais um plano de combate ao desemprego. Dizia então o órgão dirigente da *Inter*:

«Cada vez que há eleições, o Governo anuncia planos supostamente de combate ao desemprego. São planos demagógicos, através dos quais se manipulam medidas já em curso relativas à gestão social do desemprego. Mas não são, por si só, a solução para o problema do desemprego.

«Quantos mais planos o Governo apresenta, mais o desemprego aumenta. Em Dezembro de 1993, quando saiu o primeiro plano, havia, segundo dados do IIEFP, 365 mil desempregados. Quando lança o programa das IDL, o desemprego já se eleva para 390 mil pessoas. Hoje o desemprego já vai em mais de 420 mil. E lá vem novo plano!

«Entretanto, infelizmente, continuam a multiplicar-se os exemplos de empresas em dificuldade ou com processos de redução de postos de trabalho.»

Na semana passada, após o anúncio oficial daquilo a que a CGTP chama o «3º acto desta farsa», a Comissão Executiva da central comentou os termos concretos das medidas divulgadas dia 17 por Cavaco Silva. O primeiro-ministro, dizendo que o Governo pretende incentivar a criação de postos de trabalho para jovens à procura do primeiro emprego e para desempregados há mais de um ano, ofereceu dois estímulos às empresas (os quais podem ser acumulados):

- ficam dispensadas do pagamento de contribuições para a Segurança Social; a dispensa será total, para contratos sem termo; para contratos a prazo, é de 50 por cento durante 3 anos;

- recebem um apoio financeiro não reembolsável, igual a 12 salários mínimos por cada trabalhador admitido, se se tratar de contratos sem prazo e perfazendo uma percentagem não inferior a 10 por cento dos efectivos.

## Medidas avulsas ou nova política?

O desemprego é considerado pela CGTP como «a questão mais sentida e mais grave da sociedade portuguesa». É num quadro de continuado crescimento do número de desempregados que o Governo «vem agora apresentar novas medidas avulsas, na linha das que foram anteriormente apresentadas, quando se impunha questionar as opções da política económica em curso, que são responsáveis pelo avolumar dos despedimentos e do desemprego». A central «defende políticas pontuais, desde que correctas e adequadas» - afirma-se no documento da Executiva divulgado dia 22, em conferência de imprensa. - «Mas, se não houver uma nova política económica e social, medidas deste tipo não só não produzem os efeitos proclamados, como podem agravar os problemas existentes.»

Criticando a experiência da aplicação da chamada *política activa de emprego*, em que surgem inscritos os incentivos ao patronato, a CGTP afirma: «As empresas não criam postos de trabalho se isso não corresponder a necessidades de carácter económico. O que acontece é que aproveitam dinheiros públicos, suportados pelos contribuintes, para financiar empregos que seriam normalmente criados.»

Além disso, «tem-se verificado que as empresas procedem à substituição do emprego não subsidiado por trabalhadores em relação aos quais são atribuídos apoios financeiros», ou seja, «o crescimento do emprego na parte subsidiada esconde a destruição dos outros empregos.»

Tem sido denunciado também o frequente estabelecimento de contratos apenas para o período em que os incentivos são concedidos.

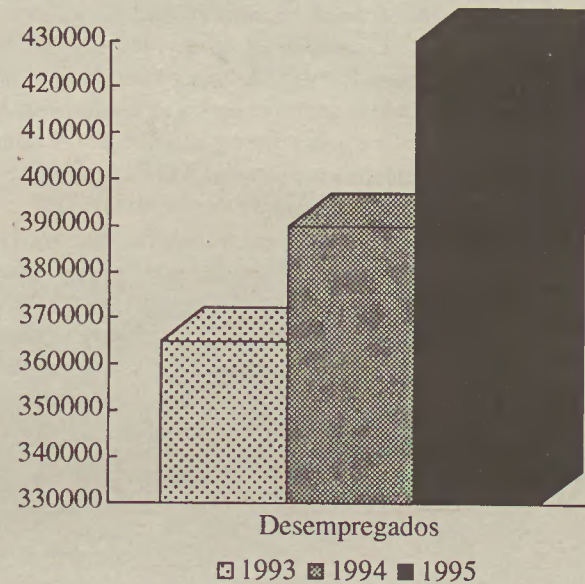
As medidas agora anunciadas por Cavaco Silva penalizam duramente a Segurança Social, a cujas receitas anuais serão subtraídas, em média e segundo o próprio Governo, cerca de 400 mil contos por cada mil empregos *incentivados*. Isto contrasta com as reais dificuldades financeiras da Segurança Social e as opiniões catastrofistas acerca do seu futuro que partem do executivo *laranja*.

Depois de lembrar que «a Segurança Social está a ser pervertida com teses simplistas sobre a competitividade das empresas, que são utilizadas para justificar a atribuição de benefícios às empresas» e que

«é nesta linha que se situam as medidas de redução generalizada das contribuições sociais, os incentivos ao primeiro emprego, a passividade face às dívidas, etc.», a CGTP questiona: «Que moral tem o Governo para evocar a falta de meios da Segurança Social, quando promove uma tal política?»

Tal como em Dezembro de 1993 (quando, em vésperas de eleições autárquicas, foram anunciadas as 40 medidas do ministro Silva Peneda) e na primavera de 1994 (quando, antes das eleições europeias, o Governo anunciou as *iniciativas de desenvolvimento local*), «é manifesto que, na situação actual, o Governo tem em mente o quadro eleitoral próximo», agindo «mais por razões de política eleitoral - transmitir aos cidadãos a ideia de que se iria resolver o problema -, do que em termos de uma política global e articulada que, envolvendo toda a sociedade, atacasse o problema nas suas causas essenciais», acusa a Comissão Executiva da CGTP.

E sublinha: «O que não deixamos de reclamar é uma Política económica global que tenha como centro das preocupações a redução do desemprego e que tenha como princípio orientador



o objectivo do pleno emprego. O que não se aceita é que se promova uma política económica que, sendo determinada pela convergência nominal com a CE, penaliza o investimento produtivo, destrói o aparelho produtivo e põe em causa a convergência real.»

## Demagogia em três actos

Pouco antes das últimas eleições autárquicas, em Dezembro de 1993, o então ministro Silva Peneda anunciou o lançamento de um plano de 40 medidas «activas de prevenção e combate ao desemprego», que serviu para animar a campanha eleitoral do PSD. A portaria com o conjunto das medidas foi publicada só no último dia desse ano, já depois das eleições.

Ficou-se então a saber que, na maior parte, as medidas já existiam e apenas foram *puxadas* para o plano (como, por exemplo, programas de emprego/formação, apoio à criação de emprego ou empresas, programas ocupacionais para desempregados...). As novidades eram pouco significativas (prémios de colocação, pagamento de anúncios na imprensa regional...) e muitas delas ficaram por regulamentar. O essencial estava já contemplado no plano de actividades do Instituto do Emprego e Formação Profissional para o ano que entrava.

As *iniciativas de desenvolvimento local* começaram por surgir na Primavera de 1994, no memorando enviado por Cavaco Silva ao Conselho Europeu de Corfu. Foram depois retomadas no Acordo Económico e Social, que o Governo acabou por ver rejeitado na Concertação Social. Na proposta do executivo aos parceiros, previa-se um esforço financeiro de 170

milhões de contos, no período de 1994 a 1999, fixando-se o objectivo da criação de 32 mil postos de trabalho.

O acordo fracassou, mas as iniciativas locais emergiram em decreto-lei (34/95, de 11 de Fevereiro). Chamando novos a meios financeiros e a acções que, de facto, são *requentados*, mantém-se a verba de 170 milhões de contos; mas não assume força de lei a meta da criação de 32 mil postos de trabalho.

O novo pacote agora anunciado é mais uma versão recauchutada das «40 medidas», cuja portaria deixou de estar em vigor no fim de 1994. Ao fim de quase três meses sem as «medidas activas de prevenção e combate ao desemprego», Cavaco Silva vem apresentar como novidades acções previstas no Quadro Comunitário de Apoio, nas iniciativas e programas comunitários, e no plano de actividades do IIEFP (aprovado há um mês apenas com os votos da direcção do instituto e dos representantes da CAP e da CCP).

«Os problemas do desemprego são graves» - comenta-se a propósito no documento do Conselho Nacional da CGTP. Para a central, «será, além de imoral, dramático que o Governo e o PSD façam dos desempregados carne para canhão na sua gula eleitoralista.»

## O alerta de Évora

«As empresas preparam-se para lançar centenas de trabalhadores na rua para, *a posteriori*, virem a admiti-los com vista a sonegarem as benesses eleitoralistas do Governo PSD» - afirma a União dos Sindicatos do Distrito de Évora.

Numa nota de imprensa divulgada no dia em que Cavaco Silva anunciou o seu mais recente plano, a USDE/CGTP-IN denuncia, apontando o exemplo das Condições Lee, as tentativas de despedimentos que são desencadeadas para usufruir dos apoios financeiros oferecidos pelo Governo a quem contratar trabalhadores desempregados.

No distrito de Évora - que é a menor taxa de desemprego num Alentejo com mais de 40 mil pessoas sem trabalho (dados do IIEFP, referentes a Dezembro último) - há concelhos com situações extremamente graves. A União refere os casos de Mourão (em Janeiro havia 390 desempregados inscritos no IIEFP, correspondendo a 31,5 por cento da população activa), Portel (807 desempregados, 24,2 por cento), Alandroal (520 desempregados, 17,4 por cento), Mora (421 desempregados, 16,3 por cento), Estremoz (1052 desempregados, 15,9 por cento) e Montemor-o-Novo (1174 desempregados, 15 por cento).

Nos centros de emprego dos três distritos do Alentejo estavam inscritas, no final de 1994, 40 669 pessoas, número que correspondia a 18 por cento da população activa.

## Audição do PCP insiste no debate sobre política de telecomunicações

# Querem privatizar o desenvolvimento

Com a participação da eurodeputada que mais se tem destacado na oposição às opções liberalizadoras de Bangemann e da Comissão Europeia, a discussão veio dar mais força aos que se batem em defesa do serviço público

A plena liberalização do mercado das telecomunicações, cuja concretização está apontada para 1998 (ou cinco anos depois, em Portugal) é uma opção política e ideológica da Comissão Europeia e da maior parte dos governos dos quinze que tem surgido embrulhada numa densa nuvem de argumentos pouco claros. Aos cidadãos são servidas abundantes mistificações sobre a «sociedade da informação» e as vantagens da «livre concorrência». Mas o conteúdo dos documentos oficiais mostra que, afinal, tudo isso oculta negócios que dão lucros de muitos milhões a grandes multinacionais, ao mesmo tempo que põem em causa o direito universal ao usufruto das vantagens proporcionadas pela vertiginosa evolução tecnológica.

Em Portugal, a privatização das telecomunicações - conduzida pelo PSD de Cavaco Silva, Fernando Nogueira e Luís Todo Bom, perante o silêncio e a colaboração comprometida do PS - assume nítidos contornos de escândalo.

No seguimento de outras iniciativas destinadas a alargar e aprofundar a discussão sobre esta matéria, o PCP (através dos deputados no Parlamento Europeu e da Coordenadora Nacional das organizações do Partido no sector) promoveu na passada segunda-feira em Lisboa, no Centro Jean Monnet, uma audição que reuniu trabalhadores, sindicalistas e membros da CT da Portugal Telecom, entre outros convidados, com Sérgio Ribeiro e Aline Pailler.

Independente eleita para o PE nas listas do Partido Comunista Francês, esta jornalista tem-se distinguido pelo cerrado combate contra as posições do comissário Bangemann e da Comissão Europeia nas políticas para as telecomunicações, o audiovisual e o cinema. O eurodeputado do PCP, na conferência de imprensa que encerrou a audição, chamou-lhe mesmo a «anti-Bangemann».

### Abrir o «livro verde»

Aline Pailler foi nomeada para apresentar ao plenário do PE

um relatório parlamentar sobre o chamado «livro verde», onde a Comissão Europeia expôs os princípios e o calendário da liberalização das telecomunicações. Depois de relatar alguns episódios ilustrativos das dificuldades que lhe foram colocadas na obtenção de informações, a eurodeputada congratulou-se em Lisboa por ter conseguido que, nas discussões havidas, o comissário Bangemann reconhecesse que as *auto-estradas da informação* vão trazer consigo o desemprego em massa. Também ficou claro, assinalou, que o que preocupava realmente aquele personagem central da Comissão não era a existência de monopólios privados, mas sim a existência de monopólios públicos.

Alertando para as deturpações a que é sujeita a ideia de serviço público de telecomunicações (particularmente no «livro verde»), Aline Pailler lamentou que este conceito não seja entendido da mesma forma em todos os estados da União Europeia, enquanto «mercado livre é entendido em todo o mundo».

Ao submeter a evolução das telecomunicações apenas ao interesse dos operadores privados, que ficariam somente obrigados a um difuso *serviço universal para os indigentes, a preço acessível*, a Comissão Europeia deixa o campo aberto para o agravamento das desigualdades regionais; além disso, referiu ainda a deputada, nos textos da Comissão não surgem palavras como cultura ou obra, tudo é reduzido a produtos, fornecedores e consumidores; com tal liberalização, deixará de haver controlo sobre a concentração dos *media*, o que põe em causa o princípio do pluralismo.

Contrariando as vastas oportunidades que, segundo Bangemann, o chamado *teletrabalho* abriria aos trabalhadores, e particularmente às mulheres, Aline Pailler denunciou o trabalho em casa para as empresas de telecomunicações como um atentado aos direitos dos trabalhadores, que vêm seriamente limitadas as suas possibilidades de organização e acção colectivas. Mas, além das dificuldades que levanta à actividade sindical, o *teletrabalho* vai na linha da flexibilização: pode-se trabalhar a qualquer hora,

se e quando convém ao patrão, com eventual recurso a adolescentes ou crianças, e com grande facilidade de *deslocalização* do trabalho para países com salários inferiores e direitos mais reduzidos.

O relatório de Aline Pailler foi já discutido na comissão de Cultura, Juventude, Educação e Meios de Comunicação (onde as conclusões mereceram a aprovação da maioria dos deputa-



dos) e na comissão Económica, Monetária e de Política Industrial (que aprovou quatro das treze observações finais). Em Abril, deverá ser levado à sessão plenária do Parlamento Europeu.

Mas, em última instância, o que conta é o empenhamento e a persistência dos trabalhadores e das populações em defesa de regras que protejam o serviço público e não permitam que ele se venha a tornar inoperacional - realçou a eurodeputada.

# Retirar os direitos para facilitar os lucros

O ataque aos direitos dos trabalhadores das telecomunicações tem sido uma constante desde que, em 1991, foi anunciada a passagem dos CTT a sociedade anónima. Esta foi concretizada em Maio de 1992 e em Dezembro desse ano as telecomunicações foram retiradas aos CTT, criando-se a Telecom Portugal.

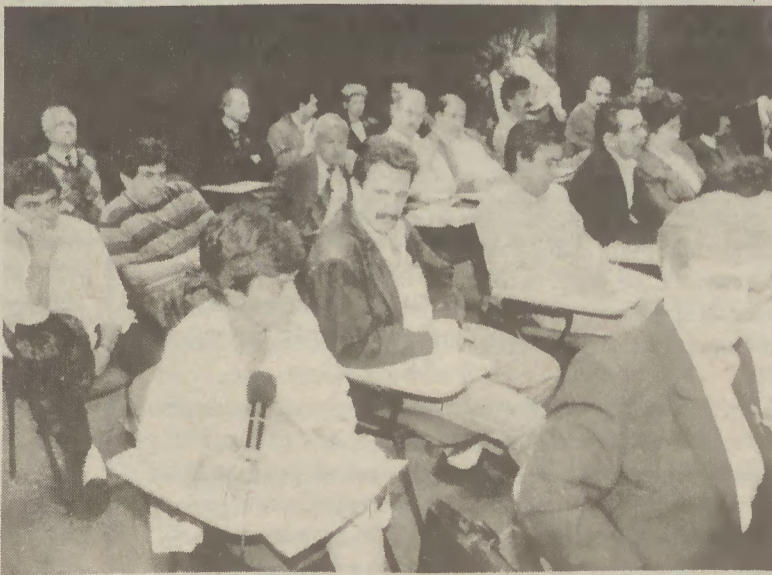
Isabel Figueiredo, dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações (SNTCT), sublinhou que «durante os anos de 1991, 92 e 93, a luta foi permanente e persistente e, ao nível da legislação, o resultado foi positivo», já que os decretos da passagem a SA, cisão e criação da Telecom «são progressivamente mais claros relativamente à manutenção dos direitos e dos regimes e, por fim, da extensão desses direitos aos novos trabalhadores admitidos posteriormente a toda a reestruturação».

No entanto, «a prática das empresas ao nível da gestão e da negociação colectiva é substancialmente diferente e traduz-se na permanente pressão para esvaziar de conteúdo as normas constantes dos decretos», estratégia que «tem como objectivo final uma privatização que conduza às maiores vantagens possíveis para os grupos que venham a comprar a empresa».

Manuel Gonçalves, dirigente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Telecomunicações (Sintel), recordou que, logo em 1993, quando da negociação do primeiro Acordo de Empresa da Telecom Portugal, a administração e dois sindica-

tos (que representavam cerca de 3 por cento dos 10 mil trabalhadores) assinaram um AE que retirava cerca de 70 cláusulas do acordo vigente (dos CTT) e alterava outras tantas, «todas elas para pior».

Contrariando o estipulado na lei da Contratação Colectiva, desde Janeiro de 1994 a administração passou a aplicar esse acordo a todos os trabalhadores. «Tal atitude traduziu-se obviamente na retirada de um grande conjunto de direitos e regalias, cujos processos tiveram que ser conduzidos pelos sindicatos para tribunal,



ficando os trabalhadores à espera da lentidão das decisões judiciais» - referiu Manuel Gonçalves.

Em Junho de 1994, o Governo decide fundir três empresas de telecomunicações (Telecom Portugal, Telefones de Lisboa e Porto, e Teledifusora de Portugal) numa única, denominada Portugal Telecom. Admitia, esta *reestruturação*, que futuramente se integrasse também na PT a Companhia Portuguesa Rádio Marconi.

Pelo combate dos trabalhadores e dos sindicatos mais representativos e combativos, também o decreto-lei que dá suporte jurídico à criação da PT consagra garantias fundamentais, como a manutenção de todos os direitos de que os trabalhadores eram titulares à data da fusão e a progressiva harmonização do regime e condições de trabalho. Mas também na negociação do primeiro AE da Portugal Telecom a administração fez da lei tábua rasa e apresentou uma proposta «que não tratava de qualquer tipo de harmonização, limitando-se a eliminar ou reduzir os direitos mais importantes». Manuel Gonçalves relatou que «passados cerca de quatro meses do início do processo negociado, quando ainda cerca de 90 por cento das propostas sindicais e também da administração nem sequer tinham sido discutidas, esta, em 27 de Dezembro, considera unilateralmente o processo encerrado, tendo entretanto assegurado que os sindicatos da UGT, representativos de 13 por cento dos trabalhadores, assinavam um tal acordo», que «elimina ou reduz mais de centena e meia de direitos em vigor, constantes nos AEs existentes nas empresas fundidas».

«A todo este maquiavélico processo está ligada a teoria da chamada flexibilidade da legislação e a tão desejada, pela gestão, mobilidade dos trabalhadores, bem assim como a redução dos postos de trabalho» - denunciou o sindicalista.

# Alerta!

## Medidas e ideias para continuar o debate e o combate

Ao fim de três horas de discussão, Sérgio Ribeiro concluiu que - a par do combate que vai ser necessário prosseguir para denunciar o escândalo da privatização da Portugal Telecom e salvaguardar os interesses dos trabalhadores e dos utentes das telecomunicações - os participantes na audição saíram dali com «muito trabalho para casa», para aprofundar inúmeras questões levantadas em uma dezena de intervenções.

Salientando a oportunidade da realização desta audição, num momento em que se observam grandes transformações tecnológicas e um acelerado processo de privatização, Francisco Lopes, da Comissão Política do PCP, revelou que o Partido não se vai quedar por aqui e «outras iniciativas se seguirão, mais amplas e profundas».

Para o combate e para o debate, deixamos aqui algumas chamadas de atenção feitas durante a audição.

### Todo Bom já é mau e a Marconi fica de fora

Álvaro Tavares, membro da Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom, deu nota de que pode estar em curso uma alteração no processo de privatização até agora conhecido para o sector de telecomunicações. Ao contrário do que estava

anunciado, a Marconi poderá já não ser fundida na PT (onde se juntaria à ex-Telecom, à TDP e aos TLP).

O novo plano terá surgido depois de Luís Todo Bom, presidente da PT e ex-vice-presidente do PSD, ter caído em desgraça (resultado a que não será alheio o seu papel na deterioração do clima laboral na empresa). Sequeira Braga, presidente da CPRM, terá assim conseguido impor os seus pontos de vista, o que se estaria já a reflectir no desvio para a Marconi da quase totalidade do tráfego internacional da PT.

Na comunicação que apresentou, Álvaro Tavares alertou para os perigos que a privatização acarreta para a soberania nacional: «Perdição do controlo da empresa para estrangeiros, é a própria identidade e independência portuguesas que são abaladas, conceitos que os políticos de direita dizem ultrapassados. Em França, na Inglaterra, na Alemanha, as privatizações, ainda que discutíveis, continuarão a ser dominadas pelos seus nacionais. Em Portugal não há capitais privados só portugueses para controlarem o negócio das telecomunicações».

Ainda sobre as privatizações, referiu: «Normalmente, é o tipo de empresas públicas que temos que leva quem defende a privatização a encontrar argumentação ideológica. A necessidade de uma postura muito mais dinâmica e agressiva da PT perante o mercado liberalizado e, portanto, concorrencial, não está ligada à privatização. As empresas portuguesas de capitais públicos, quando geram burocracia, corrupção, nepotismo e incapacidade de competição (situação que também acontece em empresas privadas) fazem-no pela dependência total dos seus órgãos de gestão face ao poder político.»

### Centenas de postos públicos podem ser retirados

António Vale, trabalhador dos ex-TLP (agora integrados na PT), revelou que teve conhecimento de um estudo onde é apontada a possibilidade de retirar postos públicos de telefone que não sejam considerados rentáveis. Centenas de telefones públicos que servem, sobretudo, populações isoladas podem ser desligados a breve prazo.

Entretanto, os postos públicos foram já divididos em duas categorias, conforme a sua rentabilidade. Os resultados da exploração reflectem-se na rapidez com que são atendidas pela Portugal Telecom as suas necessidades de manutenção.

### Um plano estratégico

Viriato Jordão, trabalhador da ex-TDP e dirigente da Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual, sugeriu que as interrogações sobre as *consequências* do processo de privatização se centrassem, antes, nos seus *objectivos*, uma vez que «estamos perante

um plano estratégico conscientemente estabelecido e posto em prática em fases metódicamente calculadas», desde a abertura da actividade de televisão a operadores privados, em Setembro de 1990, à criação da TDP, em Abril de 1991 (em prejuízo da RTP e favorecendo a SIC, único operador privado que utiliza a rede da TDP, «em condições altamente vantajosas e sem fazer qualquer investimento»), até ao presente, em que «a democracia e a liberdade, a diversidade e a independência da comunicação social estão ameaçadas pela crescente monopolização a todos os níveis».

### Oportunidades e perigos

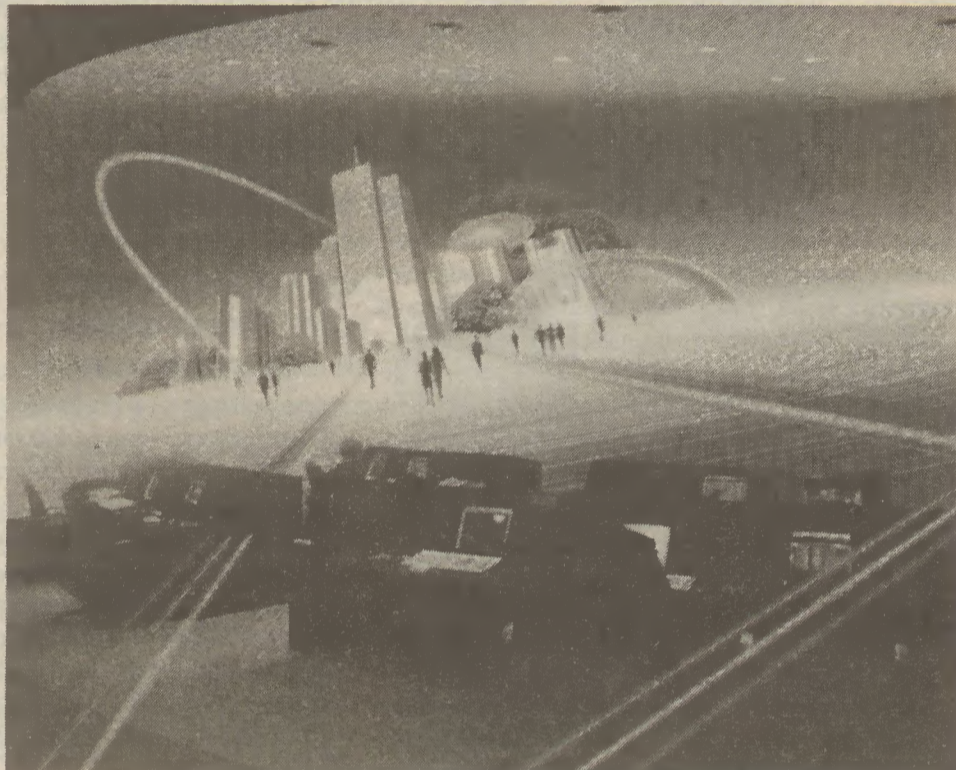
Francisco Silva, engenheiro de telecomunicações, referiu (na comunicação que fez chegar ao Centro Jean Monnet) as «imensas vantagens» que as novas tecnologias podem trazer, possibilitando «o acesso, no momento, a fontes de informação múltiplas sediadas um pouco por toda a parte». «Contudo, não é claro que sejam só rosas o que a sociedade da informação nos deixa como perspectiva», alertou, apontando de seguida algumas questões.

Uma delas, é a forma dominante sob a qual a informação é apresentada: «a sugestiva forma icónica, com uma preponderância enorme das imagens»; «a informação dirige-se muito mais ao impacto emocional do que à razão», surgindo «um perigo muito concreto de abandono crescente, por parte das pessoas, das formas narrativas e, em consequência, de afastamento cada vez maior dos modos rigorosos de pensamento associados ao pensamento lógico».

Ligadas às questões da cul-

tura, surgem as que têm a ver com as identidades, «tanto a de base individual como as referentes aos povos». Para Francisco Silva, «não é subsumindo as identidades que se consegue fazer progredir os valores da cooperação das vontades entre entidades que deixam praticamente de existir».

Há ainda que saber os efeitos que esta nova dinâmica das telecomunicações (entendidas como ponto de convergência entre as telecomunicações, as tecnologias da informação e a indústria do entretenimento) tem sobre a democracia. «Um dos perigos maiores», alerta Francisco Silva, é a «possibilidade da sua contribuição para ampliar as grandes disparidades existentes, não apenas entre o Norte e o Sul no Mundo, ou entre o centro e a(s) periferia(s), mas inclusivamente no interior dos próprios países industrializados, entre a apropriação destas tecnologias pelos técnicos, os engenheiros, os cultivados, e, por outro lado, a exclusão dos outros». Poderá correr-se o risco de «retornar a uma situação semelhante à do modelo de democracia na Grécia da antiguidade clássica, com os seus excluídos».



## Auto-estradas para onde?

«A crescente internacionalização das transacções de informação, liberalização da oferta de serviços, a evolução tecnológica com o desenvolvimento das comunicações móveis, a instalação da chamada rede digital integrada de serviços (RDIS), caminhando a passos largos para a introdução da chamada banda larga, aponta para as cada vez mais faladas auto-estradas da informação (redes de telecomunicações que permitem a transmissão rápida e simultânea de dados, imagens, sons e textos).

Auto-estradas da informação que colocam

importantes questões. Podem permitir o desenvolvimento de serviços modernos e de qualidade, na educação, na saúde, na cultura e na imprensa e comunicação. Podem constituir um factor de emancipação, um contributo para a redução do tempo de trabalho e para a promoção de emprego qualificado. Podem ser um importante factor para a democratização dos conhecimentos e da formação, para o estímulo da participação dos cidadãos na vida social e política e um veículo para o reforço do intercâmbio cultural entre os povos. No fundo podem contribuir para atingir novos

níveis de desenvolvimento e civilização.

Mas podem também ser um factor para o reforço do domínio económico, político e cultural do grande capital, para a supressão de postos e trabalho, para acentuar a exclusão e selecção social, para concentração do poder, para limitar a democracia, a liberdade de expressão, para pôr em causa a privacidade dos cidadãos, para o reforço do domínio do grande capital e das multinacionais.

Um ou outro caminho depende da orientação a seguir, dos interesses que comandam este processo.»

## Nova política de telecomunicações

«O PCP considera necessário promover uma nova política para as telecomunicações nacionais. Uma política que contribua para o desenvolvimento social, cultural e económico da sociedade portuguesa; e para o desenvolvimento das actividades económicas de acordo com os interesses do povo português, tendo em conta os fenómenos de internacionalização dos processos produtivos e de globalização dos mercados. Uma política que garanta a obrigação de serviço público universal, em particular as decorrentes das camadas sociais de fracos recursos, das zonas do Interior e as relativas às das pessoas com necessidades especiais. Uma política de defesa da soberania do País e de defesa das liber-

dades e garantias fundamentais dos cidadãos. A obtenção destes objectivos obriga ao tratamento diferenciado dos diversos tipos de entidades em campo. Assim, entre outras medidas, consideramos que deve ser assegurado:

- Em tempo útil, às empresas e instituições de prestação de serviços públicos, por exemplo no domínio da Educação ou da Saúde, as condições de acesso e utilização de serviços de comunicações a nível do que de melhor se pratica no mundo.

- A prestação do serviço público universal às pessoas através de dotações financeiras apropriadas, tendo em conta quer as

condições económicas das pessoas com menores recursos, quer se o utente tem necessidades especiais.

- Às empresas fornecedoras de serviços de comunicações, a necessária independência empresarial da tutela administrativa, para o cumprimento, por parte daquelas empresas, das orientações estratégicas decorrentes da política nacional para as comunicações.

- Aos trabalhadores do sector, o respeito pelos seus interesses e direitos e a sua indispensável motivação e mobilização para a concretização duma política ao serviço do interesse nacional.»

(Extractos do documento divulgado pelo PCP, em conferência de imprensa, no dia 16 de Março)

## Os cristãos e o terror nazi (II)

■ Jorge André

À sombra  
das concordatas

Facto menos conhecido é que a autoria do «Mein Kampf», o livro sagrado do Nazismo, cabe principalmente a um padre da Ordem de S. Jerónimo, Bernard Stempf, tutor político de Hitler no período que se seguiu à I Guerra Mundial, e não ao ditador alemão o qual, de resto, não possuía dotes de escritor. Pelo contrário, o sacerdote jerónimo era ferozmente anti-semita e fazia jornalismo panfletário. Foi através dele que, obviamente, foram instituídos no partido nacional-socialista dos trabalhadores alemães princípios e normas claramente extraídos de experiências católicas tradicionais.

Foi o caso, por exemplo, do «Führerprinzip» que, anteriormente, já citámos. Em resumo, esta lei que presidiu a toda a sociedade germânica e foi a espinha dorsal da sua rápida nazificação, estabelece que toda a organização socialmente útil deve obedecer a uma hierarquia própria dominada por um chefe (ou «führer»). As decisões superiores nunca devem ser explicadas aos escalões situados mais abaixo, mas exige-se o seu cego cumprimento, sem críticas nem discussões. Se contiverem matéria criminal, o apuramento desta deve seguir a ordem inversa da decisão tomada: o nível mais baixo, executor material da directiva, é automaticamente absolvido, visto ter-se limitado a cumprir uma decisão superior; o elo seguinte da escala ascendente, também é desresponsabilizado, visto obedecer igualmente a um chefe. E, assim, se percorre toda a cadeia hierárquica até que se chega ao «führer» da organização. A lei declarava-o irresponsável, em virtude da natureza da chefia desempenhada. Impossível não será ver em tudo isto o exemplo da Companhia de Jesus, do seu «papa negro» e da disciplina militar que a envolve.

Outra prática nitidamente jesuíta adoptada pelos nazis consistiu na inflexível compartimentação orgânica que praticaram. Ninguém devia estar ao corrente do que fazia o companheiro que trabalhava a seu lado. Era um princípio de carácter universal que abrangia qualquer actividade, desde o partido nazi à vida nas empresas, nos bairros, nos prédios, nas ruas, nos andares, etc. O rigor da compartimentação era levado a tal ponto que vários SS foram severamente castigados, desgraduados ou enviados para a frente Leste (o castigo mais temido), só por terem levantado uma pequena ponta do véu sobre a natureza das tarefas que tinham a seu cargo.

Poderiam ser apontados outros indícios que revelam a existência de íntimas relações institucionais entre o nacional-socialismo e correntes fundamentalistas da igreja católica. Embora aqui não haja espaço para tanto, não deixaremos de acrescentar nesse sentido duas informações também pouco referidas.

A primeira, diz respeito aos cruéis anos da caça ao «pio-lho judeu» que na Alemanha nazi assumiu, como se sabe, extrema ferocidade. Os judeus, afirmavam os fascistas alemães, deviam ser publicamente identificados, postos à margem e, finalmente, eliminados. Com estas finalidades se elaboraram algumas das «leis para a defesa do Reich» que garantiam impunidade nos crimes praticados contra a comunidade judaica.

Mas o primeiro passo consistia em identificar publicamente o judeu. Os nazis tornaram então obrigatório, a partir de meados dos anos 30, que cada judeu ostentasse sobre o peito, em lugar bem visível, uma estrela de seis pontas (ou «Estrela de David»), recortada em grosseiro pano amarelo. Assim podiam ser facilmente reconhecidos esses «porcos judeus».

Esta ideia tinha sido recuperada da tradição católica. Alguém a insinuou no aparelho repressivo nazi. Corresponhia a uma decisão tomada pelos bispos reunidos, em 1253, no Concílio de Latrão. O próprio Fernão Lopes a refere quando descreve a vida dos judeus portugueses.

A segunda pista que gostaríamos de recordar quando falamos nas ligações ocultas que punham em contacto nazis e fundamentalistas católicos, diz respeito à poderosa organização clandestina ODESSA («Organização dos Membros das SS»), estrutura nazi que começou a actuar depois da derrota militar alemã. Inicialmente, destinava-se a munir com papéis de identidade falsos e a pôr em segurança, no

estrangeiro, os principais chefes nazis. Dispunha, para isso, de fabulosos tesouros, em grande parte roubados aos judeus enviados para os campos de concentração e extermínio.

A principal linha organizada pela ODESSA para a evacuação de criminosos de guerra, ia de Bremen a Roma, com passagem obrigatória pelo Vaticano, onde homens tenebrosos, como Borman, Eichmann, Anton Pavelic e muitos outros, receberam, com a maior facilidade, documentos com identidades falsas.

Esta via Bremen-Roma era conhecida, entre os nazis, como a «rota dos mosteiros», visto que os fugitivos eram acolhidos em conventos católicos seguros e aí permaneciam até serem garantidas as condições de segurança da fuga. Mais tarde, a partir do Vaticano, os foragidos acolhiam-se à tranquilidade dos estados feudais do Médio Oriente, às inacessibilidades do Paraguai ou da Namíbia, às estâncias amenas e seguras de Espanha e Portugal, etc. Foi assim que Eichmann, autor confesso do massacre de seis milhões de judeus, se transformou num inocente engenheiro da indústria automóvel, que Borman, o delfim de Hitler, desapareceu sem deixar rasto aparente, ou que Anton Pavelic, o tortionário croata, pôde ascender ao lugar de chefe da polícia secreta do ditador Péron.

\*  
\* \*

As forças ultraconservadoras da hierarquia católica desenvolveram-se à sombra das concordatas que o Vaticano foi estabelecendo com os diferentes regimes fascistas europeus. À igreja institucional bastava, como base para esse tipo de entendimentos, uma atitude anticomunista militante, por parte de cada estado, e a garantia de que os interesses católicos continuariam a ser privilegiados. Foi política seguida pela Santa Sé um por pouco por toda a parte, nesses anos de ascensão e consolidação do fascismo. Porém, como o espaço escasseia, apenas procuraremos referir as duas principais concordatas que a igreja de Pio XI celebrou, justamente com a Itália e com a Alemanha, os dois pólos determinantes da Europa fascista.

A Concordata entre o Vaticano e o Estado italiano de Mussolini foi celebrada em Fevereiro de 1929. O regime no poder garantia ao Papa o respeito pela independência da Santa Sé e a manutenção de todos os privilégios anteriormente reconhecidos à Santa Sé. Em troca, esta abstinha-se de hostilizar o totalitarismo fascista. Pio XI afirmou mesmo, pouco tempo após a assinatura da concordata e referindo-se a Mussolini: «Fomos nobre e abundantemente auxiliados pela outra parte. Porventura, seria necessário um homem como este que a Providência nos fez encontrar!»

Esta ajuda foi verdadeiramente preciosa. Devemos pensar que nos encontrávamos na Itália dos finais dos anos 20, quando na Europa tudo estava por decidir. Mussolini encontrava-se à mercê do primeiro abanão popular e Hitler ainda nada mais representava que um simples aventureiro ambicioso do poder. A Concordata italiana de 1929 foi decisiva para a consolidação do fascismo europeu. Sem ela, Mussolini não se teria afirmado e jamais poderia ter oferecido aos nazis alemães os apoios necessários à sua trágica expansão.

A Concordata entre o Vaticano e o Estado nacional-socialista surgiu em 1933, no próprio ano em que Hitler foi nomeado Chanceler do Reich, a primeira figura católica, Van Papen, vice-chanceler, e os nazis lançaram fogo ao Reichstag, atribuindo a culpa aos comunistas.

Como se vê, não era contra o nazismo que a igreja alemã e o Vaticano se levantavam. E, no entanto, as leis raciais entraram imediatamente em vigor na Alemanha, começou a funcionar o campo de concentração e morte de Dachau e as juventudes hitlerianas desfilavam nas ruas das cidades gritando a plenos pulmões: «Somos as alegres juventudes hitlerianas / não precisamos de nenhuma das virtudes cristãs / o nosso Führer é Adolfo Hitler...» O anticomunismo primário do Vaticano fazia, porém, que os bispos esquecessem o que viam e o muito que os crentes lhes vinham contar.

Mas o mapa religioso da Alemanha dividia-a, tradicionalmente, em duas grandes áreas de influência: a católica e a

reformada. E, ainda que, neste segundo caso, a massa de crentes se dividisse por várias confissões, a igreja que era de longe a mais importante, a Luterana, reunira muitos milhões de fiéis.

Perante a tomada do poder pelos nazis, o comportamento da Igreja Luterana não se revelou mais esclarecido que o da sua rival católica. Logo após 1933, o ano fatídico, formou-se no interior do movimento luterano um braço religioso do partido nazi — os «Deutsche Christen» — a que o corpo eclesiástico reformado prontamente aderiu. Foi implantada, na igreja, a regra obrigatória do «Führerprinzip» e nomeado um «Reichbischof», o nazi prussiano Ludwig Muller. A finalidade teológica a alcançar consistia, neste caso, na construção de «um cristianismo positivo e querido por Deus», capaz de «aliar a cruz suástica e a cruz cristã». Foi este tipo de igreja luterana e nacional que prevaleceu na Alemanha, ao longo de toda a II guerra mundial. É certo que provocou uma reacção cristã não muito forte, aliás, conduzida por teólogos como Karl Barth, Martin Niemoller e Hans Asmussen. Era a chamada «igreja confessante» cuja intervenção foi facilmente controlada pelo aparelho nazi. De resto, o sentido geral das críticas produzidas pela «igreja confessante» era puramente teológico e visava debater conceitos religiosos e resguardar a pureza confessional das igrejas. Não se continha, assim, nos quadros da luta antinazi. Mas quando, já próximo dos finais da guerra, alguns membros desta corrente se empenharam em actividades conspiratórias, procuraram juntar-se aos círculos militares e conservadores aliados pelo mesmo empenho em conservarem um potencial anticomunista.

\*  
\* \*

A II guerra mundial não motivou apenas a trituração de dezenas de milhões de vidas e a destruição irrecuperável de um vastíssimo património cultural. Também alterou profundamente relações, valores e mentalidades. Pôs a nu, questionou ou desfez em pedaços muitos dos mitos que tinham conseguido sobreviver no antigo regime. Inconscientemente, na sua espantosa grosseria, o nazismo determinou a presença em exame final, de velhas instituições conservadoras que dele viriam a sair seriamente combalidas. É nestes quadros que se situam as raízes dos conflitos internos que, a partir de então, não têm deixado de se avolumar na vida eclesial.

Então, poderão esquecer-se os padres mortos em Dachau e os que foram metralhados e enterrados, por vezes ainda em vida, nas valas ardentes da católica Polónia? Será prova de caridade cristã passar-se uma esponja sobre as atrocidades nazis, ou não corresponderá tudo isto a um retomar da fórmula, já centenária, usada para ilibar indirectamente o Vaticano de qualquer crime? Que fez, efectivamente, a Santa Sé quando confrontada com todos esses crimes contra a humanidade?

A documentação histórica disponível informa que a Santa Sé — antes, durante e depois de tão repugnantes atrocidades — pouco ou nada fez. Manteve e reforçou, pelo contrário, as suas linhas políticas de actuação, radicalmente imobilistas. Quando surgiu a linha renovadora dos católicos reprimidos, logo a seguir à guerra e num encadeamento temporal contínuo (padres operários, comunidades religiosas, opção pelos pobres e pelos excluídos, terceiro mundo, igreja Vaticano II, movimentos de leigos, de mulheres e de religiosas, teologia da libertação, «sem-abrigo», etc.), hierarquia institucional apenas respondeu de uma maneira, com o autoritarismo que a continua a assimilar a forças do passado: demitindo, expulsando, transferindo, disciplinando e lançando a angústia e a dúvida nas mentes dos opositores.

Concluiremos recordando, uma vez mais, os cristãos, militantes que os nazis torturaram ou assassinaram. Mesmo que não tivessem consciência do papel histórico que desempenhavam. Ainda que o seu fundamentalismo ou a natureza das suas convicções (como foi o caso das «Testemunhas de Jeová») os levassem à deportação e a indescritíveis sofrimentos.

Mais de 60 milhões de seres humanos sacrificaram as suas vidas, a fim de tornar possível que hoje estivéssemos aqui.

# Encontro do PCP debate participação das mulheres

No próximo sábado, o PCP promove um Encontro sobre as mulheres trabalhadoras que visa no fundamental dar continuidade e expressão concreta às conclusões da Conferência Nacional sobre o reforço do Partido e da sua ligação aos trabalhadores. Numa entrevista ao «Avante!», Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, e Adelaide Pereira, membro da DORL, explicaram a oportunidade e a necessidade desta iniciativa.

**Que razões levam o Partido a debruçar-se, em particular, sobre a realidade laboral das mulheres? Justifica-se que se trate separadamente os seus problemas?**

Adelaide Pereira - No debate e nas conclusões da Conferência Nacional, reconheceu-se não se ter tratado suficientemente estas questões. Hoje está provado que as mulheres e os jovens são os grupos mais atingidos pelo desemprego, precariedade, instabilidade, discriminação salarial, etc.

O sector têxtil, por exemplo, é uma actividade caracterizada por baixos salários, emprego precário e inúmeros problemas laborais, e dos 300 mil trabalhadores, 180 mil são mulheres, isto é cerca de 60 por cento.

Em termos de desemprego, nomeadamente nos casos de Lisboa e de Setúbal, as mulheres são as mais atingidas, representando 56 por cento e 60 por cento do total de desempregados, respectivamente.

O trabalho precário é outro aspecto que afecta particularmente as mulheres, já que alastra precisamente em sectores em que a taxa de feminização é maior. Temos a situação escandalosa dos hiper e supermercados, com 70 por cento de mulheres, e onde foi inventada uma nova forma de precariedade que se baseia no trabalho parcial e no salário parcial.

Ora estas novas formas agravadas de exploração surgem exactamente em relação às mulheres, com o pretexto de terem menos disponibilidade, nomeadamente por terem de cuidar dos filhos.

**Mas o número de mulheres trabalhadoras tem aumentado muito...**

Jerónimo de Sousa - No universo laboral, as mulheres representam actualmente cerca de 42 por cento. Sendo certo que muitos dos

a mulher em função do lucro, colocando-a apenas como mercadoria que vale mais ou menos.

A defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras passa pela elevação da sua consciência social e por uma maior participação de forma a que elas agarrem as suas próprias reivindicações e problemas, numa luta que não seja isolada da luta de todos os trabalhadores, mas que valorize os seus aspectos específicos.

**Qual é a participação das mulheres nas organizações do Partido?**

JS - A nível nacional temos cerca de duas mil militantes comunistas nos organismos do Partido. Embora seja uma percentagem incomparavelmente superior à de qualquer outro partido, não estamos de forma alguma satisfeitos, uma vez que não corresponde nem às necessidades nem à dimensão deste sector tão importante como as mulheres trabalhadoras.

**Que medidas vão ser debatidas para reforçar a presença de mulheres na actividade?**

JS - Pensamos que só se poderão ultrapassar as dificuldades se conhecermos e reconhecermos a existência de discriminações e, porque não, alguns preconceitos. No abstracto, isto é reconhecido por toda a gente. Mas, no concreto é mais difícil. Mas para além das discriminações no trabalho, encontramos ao nível familiar outras situações em que a mulher tem de assumir trabalhos redobrados e responsabilidades acrescidas, nomeadamente com os filhos.

Ora, tendo em conta esta realidade, o caminho é tentarmos encontrar formas, horários e espaços que permitam a participação das mulheres na vida regular do Partido.

Isso implica formas flexíveis de funcionamento e uma maior compreensão da verdadeira disponibilidade das mulheres.

AP - Sem dúvida! Muitas vezes, pensa-se que as militantes do Partido não são iguais às restantes mulheres e não têm exactamente os mesmos problemas. Frequentemente, nos organismos direcção tem-se um nível de exigência

para uma mulher igual, ou mesmo superior, do que para um homem. Ora, se é verdade que temos os problemas das outras mulheres, não podemos responder a quatro ou cinco tarefas.

Por outro lado, existe a ideia que uma mulher que tenha filhos já não tem disponibilidade para participar da actividade partidária. Eu penso que é necessário consultar as pessoas e criar as condições para que cada um participe na medida das suas possibilidades.

JS - Neste Encontro de quadros, cremos que é possível dar um passo adiante na compreensão e responsabilização de todo o Partido para esta frente de trabalho. Se tal não acontecer continuaremos a aprovar boas orientações, a fazer bons projectos de lei, a fazer bons discursos, mas a verdade é que os nossos justos objectivos continuarão a encontrar obstáculos e a não chegar aos seus destinatários - neste caso, as mulheres trabalhadoras.

**Referes-te à necessidade de divulgar as posições do Partido?**

JS - É uma das dificuldades. Somos no plano parlamentar, o Partido que mais trabalho realiza, dos que fazem mais propostas sobre os direitos e garantias das mulheres trabalhadoras. Simplesmente a nossa mensagem não passa. A isso não é alheia a grande comunicação social. Mas também é um problema nosso.

**Como é que se chega às mulheres trabalhadoras?**

JS - O nosso Partido continua a privilegiar, e bem, a sua ligação e organização a partir e nos dos locais de trabalho. As orientações que saírem do Encontro terão de ser concretizadas a esse nível, só assim poderão ter êxito. Só com a insubstituível contribuição das DORs, concelhias e organismos, chegaremos lá.

**Isso coloca também a questão do recrutamento.**

JS - Sim. Somos pouco audaciosos quanto ao recrutamento, apesar de existirem reias possibilidades nas grandes concentrações de mulheres, administração pública, nos têxteis, nas indústrias eléctricas. Temos muitas vezes concepções de que elas não podem ser militantes porque não têm tempo.

Peguemos na empresa têxtil Triunfo que tem centenas de trabalhadoras: por um lado, verificamos que organização do Partido é muito

**«Acreditamos que a maioria das mulheres trabalhadoras veja nos comunistas quem melhor defende os seus direitos e interesses. Temos a consciência de que será o seu envolvimento e participação que acabarão por levar à transformação da sociedade e ao reforço do próprio Partido.»**



débil, mas em contrapartida sabemos que a maioria se identifica com o Sindicato dos Têxteis. Sem dúvida que os comunistas que estão na frente sindical podem dar uma contribuição importante chamando, quer ao sindicato quer ao Partido, as que mais se destacam na luta.

Há muito a fazer mesmo em relação a participação das mulheres nas estruturas unitárias. A percentagem andarà na casa dos 17 por cento nas direcções sindicais e nas comissões de trabalhadores rondará os 13 por cento.

Acreditamos que a maioria das mulheres trabalhadoras veja nos comunistas quem melhor defende os seus direitos e interesses. Temos a consciência de que será o seu envolvimento e participação que acabarão por levar à transformação da sociedade e ao reforço do próprio partido.

AP - Em relação ao recrutamento, confirmo que existem grandes possibilidades. Só na cidade de Lisboa, no ano passado, as mulheres constituíram 31 por cento das inscrições no Partido e sabemos que não houve um recrutamento pensado e orientado especificamente para as mulheres.

Por outro lado, embora poucos, temos organismos de direcção com uma maioria feminina. Por exemplo, o sector da Função Pública da ORL tem 38 membros, dos quais 16 são mulheres, ou seja 42 por cento, e no organismo executivo, em 11 camaradas, 7 são mulheres, o que representa 64 por cento. É um aspecto positivo, tanto mais que sabemos que na Administração Pública as mulheres têm um peso determinante.

JS - Gostava de sublinhar que o Encontro não é nenhum ponto de partida ou de chegada, é apenas uma contribuição para uma maior sensibilização e responsabilização de todo o Partido para uma frente de trabalho que é também fundamental para o reforço do PCP na sociedade portuguesa. O PCP precisa que as mulheres participem amplamente na nossa vida interna, a partir das células nos locais de trabalho, lá onde pulsa o coração do nosso Partido, promovendo-as e confiando nas suas capacidades.

Por último, é de salientar o trabalho positivo que tem vindo a ser desenvolvido pela Comissão para as Questões das Mulheres junto do CC, que, nomeadamente, deu uma contribuição inestimável para a criação de condições de preparação e realização deste Encontro.



**O trabalho precário é um aspecto que afecta particularmente as mulheres, já que alastra precisamente em sectores em que a taxa de feminização é maior. Temos a situação escandalosa dos hiper e supermercados, com 70 por cento de mulheres, onde foi inventada uma nova forma de precariedade que se baseia no trabalho parcial e no salário parcial.**

seus problemas são comuns à generalidade do mundo do trabalho, é igualmente verdade que as mulheres deparam-se com situações específicas e problemas específicos.

Até porque a feminização do mercado de trabalho não corresponde a uma evolução positiva do fim da discriminação, mas antes tem vindo a acentuá-la.

O livro verde da Comunidade reconhece a existência de discriminações, que a mão-de-obra feminina é a mais barata, que elas têm dificuldade de acesso a certas profissões e cargos, etc. Contudo, o livro verde acaba por ser branco numa questão de fundo que é como se transforma essa realidade.

O Partido vê este processo não de uma forma meramente conjuntural e imediatista, mas insere-o na caminhada da emancipação das próprias classes trabalhadoras.

Numa visão profundamente desumanizada, o capitalismo olha para

# UE/UEO

## em frente, marche!

■ Martins Coelho

Nos primeiros dias de Janeiro deste ano a imprensa noticiava que Portugal tinha um programa ambicioso para a UEO (União da Europa Ocidental). Durão Barroso e Fernando Nogueira, quais Dupont e Dupont, nos bicos dos pés para fingirem estatura, afirmavam que a prioridade das prioridades era o desenvolvimento das capacidades operacionais da UEO (leia-se militares) e, sublinhavam, para haver operacionalidade é necessário informações.

Posta assim doutamente a questão, concluíram que para as ditas informações era necessário de imediato criar um «Centro de Informações» para a UEO, condição essencial para uma «eficiente gestão de crises».

Tudo isto vinha a propósito (ou a despropósito) de Portugal ter a presidência da UEO durante o primeiro semestre deste ano (Martins da Cruz), o que junto ao facto de actualmente o cargo de Secretário-geral pertencer a um português, José Cutileiro, dá ao nosso país uma dupla responsabilidade na orientação da organização militar da UE, o tal «abraço armado» ou «pilar europeu da Nato», segundo o Artº J-4 do Tratado de Maastricht.

Na altura, Durão e Nogueira ainda não eram rivais na concorrência a chefes do PSD/PPD e à gestão da sua crise e, estamos certos, a maioria dos portugueses, mal saídos do bacalhau e das rabanadas do Natal, não ligaram ao assunto.

Avançando na explanação do tal programa, Durão afirmava e Nogueira confirmava, e vice-versa, que para o referido Centro ser eficaz tal implicava a comparticipação das agências de informação correspondentes da NATO e dos serviços estratégicos de informações, dos Estados membros da UE.

Como espionagem é uma palavra com conotações antidemocráticas, o termo informação sempre disfarça e atenua as intenções.

Mais, Portugal, segundo os mesmos, pretende participar de imediato na força aeronaval do Mediterrâneo, em formação, criada pela França, Itália e Espanha. E, espante-se, temos total disponibilidade para participação de meios aéreos, navais e terrestres.

Animados por tão guerreira fogosidade, confidenciaram que decorriam diligências diplomáticas para a integração de um batalhão ligeiro de desembarque, de fuzileiros, na força anfíbia anglo-holandesa. Queriam também um observador militar no Eurocorpo, embrião do futuro Exército Comum Europeu.

«Em questões de defesa e segurança comuns, não se pode estar com um pé dentro e outro fora», senão deixamos de influir nas decisões que interessam a todos, explicavam, bélicos e bailarinos.

Não disseram, e os jornalistas não perguntaram, sobre quem se queriam «informar» e contra quem pretendiam usar tais forças e meios militares? Muito menos se falou de quem pagaria a factura, talvez pelo facto ser demasiado evidente.

No final de Fevereiro, Durão Barroso anunciava que 27 países participarão na Cimeira da UEO a realizar a 15 de Maio, em Lisboa, a qual será preparada a 20 de Abril, em Sintra, pelas chefiaturas militares de 18 países.

O número não é o mais significativo, passe o facto de alguns países virem da Europa central, mas sim o conteúdo e os objectivos desta cimeira militarista em território português.

Apesar das declarações terem sido, desta vez, mais avaras, ficou claro que a cimeira iria tratar do tal programa ambicioso, uma verdadeira revolução no processo de decisão, permitindo enfim à UEO decidir rapidamente ultrapassando bloqueios, emancipar-se, ter meios militares próprios e poder assumir missões mais ambiciosas.

Com tais métodos «Durão», os EUA deixarão de ter um direito de veto sobre as operações UEO e, a partir dessa altura, com os seus meios militares, ela poderá fazer o que a NATO não

esteja disposta a fazer, e a intervir onde ela não se queira implicar.

A presidência portuguesa irá desenvolver esforços para reforçar as relações da UEO com os países de Leste e contactar o Egipto, Marrocos, a Argélia, a Tunísia e a Mauritânia para discutir questões de «interesse comum» que poderiam ir desde acções humanitárias ao apoio de missões de paz da OUA.

No seguimento da Cimeira, nos finais de Junho, em Lisboa, nova reunião a alto nível, a qual preparará, com base nas conclusões de Maio, a posição dos países membros efectivos da UEO sobre questões relativas a uma política de segurança e de defesa a apresentar à Conferência Intergovernamental de 1996 sobre a revisão do Tratado de Maastricht.

Chegados aqui, estamos no centro da questão — é o país mais pobre e atrasado da UE, conduzido por um governo desacreditado e contestado, co-autor das políticas de desemprego e de regressão social aplicadas na Comunidade e de forma particularmente zelosa em Portugal, que serve de testa de ferro às intenções mais aventureiras, perigosas e inquietantes da integração capitalista em curso, agora extensiva à área militar, as quais pretendem transformar a UE em potência militar (e nuclear), intervencionista e arrogante, na defesa dos «seus interesses», dentro ou fora da área NATO.

Ainda recentemente, veio a público mais um documento, desta vez encomendado pela Comissão da UE a um grupo de 14 «peritos de alto nível» — embaixadores, viscondes, almirantes,



reverendos, professores universitários, etc., sobre as alterações que a PESC deverá passar para se transformar numa verdadeira política de segurança e de defesa da UE.

O relatório destes sábios foi calorosamente felicitado pela maioria dos deputados da Comissão dos Assuntos Externos, da Segurança e da Política de Defesa do Parlamento Europeu, socialistas incluídos.

Para além da pressão política evidente de tal «estudo» visando a revisão do Tratado da UE, nada de novo encontramos, sempre as mesmas justificações confusas e insustentáveis sobre «os novos riscos e ameaças», mas de propostas muito claras quanto aos meios militares a empregar, aos satélites necessários para espionar, às alterações a introduzir no Tratado, designadamente em relação ao «estéril» processo de decisão que deve passar a ser por maioria qualificada quando do «uso da força, ou ameaça de usar a força, ou a organização prática de intervenções militares».

Em lugar de se preocupar com o bem-estar dos portugueses, com o desenvolvimento económico e social do país e procurar contribuir com propostas positivas e de paz para a democratização da UE, o Governo Cavaco/PSD assume e se faz porta-voz do que de mais retrógrado e belicista existe na UE.

A Lisboa que viu Abril bem pode dispensar tais Cimeiras de mau agoiro, que nada têm a ver com a estabilidade, a solidariedade, a cooperação, a segurança e a paz no continente europeu e no Mundo.

## II Guerra Mundial

■ Manoel de Lencastre

O plano de Jukov para o início do ataque às posições da «Wehrmacht» na Polónia, para a libertação desse país e para a preparação daquilo a que já se designava como o sector estratégico de Berlim, compreendia as seguintes operações: 1: as 1ª, 2ª e 3ª Frentes Bielorrussas, comandadas por Rokossovski, Zakarov e Cherniakovski, atingiriam o Vístula e ocupariam a baía de Dantzig para avançarem na Prússia Oriental que fariam separar das regiões centrais da Alemanha. 2: para ultrapassar Königsberg, defendida por extensas fortificações e por obstáculos tidos como quase impossíveis de atacar frontalmente, o Exército Vermelho atacaria de três direcções diferentes, a saber:

2.1: de Tilsit, ao longo da orla marítima, via Libocz, para atingir Königsberg; 2.2: de Kaunas-Alitus, por Gumbinnen, evitando as áreas feitas alagar pelos nazis e a zona fortificada de Letzen; 2.3: da área de Mlava, para Brunsberg, via Hohensstein-Allstein.

### Tanques de Ribalko em Lvov

A Prússia Oriental seria separada, portanto, da zona de Dantzig através do avanço de uma poderosa formação soviética que, da margem direita do Vístula, progrediria para Marienburg. Justificava-se, claramente, entretanto, a afirmação do general nazi Butlar, de que a derrota do «Grupo de Exércitos Centro» fizera cessar em muito a resistência organizada dos alemães. A 22 de Junho de 1944, as forças da Frente de exércitos de Rokossovski, compreendendo o 47º (Ivanov), o 8º exército de Guardas (Chukov)<sup>(1)</sup>, o 69º (Kalpatchki) e o 2º exército de Tanques (Guardas), de Radzievski<sup>(2)</sup>, apoiadas pelo 16º exército do Ar (Rudenko) e pelo 1º exército do «Wojsko Polskie» (tenente-general Berling)<sup>(3)</sup>, forçaram o Bug e atingiram território polaco iniciando a aproximação de Varsóvia. Entraram em Holm, em Lublin. Chegaram ao campo de horror de Maidanek onde os hitlerianos haviam assassinado um milhão e meio de pessoas, incluindo crianças, velhos, mulheres. A 28, a cidade de Brest e a sua histórica fortaleza onde o Exército Vermelho enfrentara, heroicamente e pela primeira vez a invasão nazi, recebia também os seus libertadores, os soldados do 70º exército, de V. S. Popov.

Lançando reforços urgentes neste teatro de operações, os alemães tentavam sustentar a penetração soviética empregando forças especiais como a divisão SS «Hermann Goering», mas os exércitos de Chikov e Kalpatchki ganhavam já importantes testas de ponte, cruzavam o Vístula em certos pontos, entravam em Magnuszew e Pulawy, a sul de Varsóvia. A derrota de uma larga formação nazi na área de Brody e o contínuo avanço da 1ª Frente Bielorrussa, de Rokossovski, permitiam ao comandante da 1ª Frente Ucrânia Koniev ordenar ao seu 3º exército de Tanques (Guardas) comandado pelo lendário Ribalko o cerco de Lvov para permitir a entrada em acção dos 38º e 60º exércitos, de Chibisov e Kurotchkin, e do 4º exército de Tanques (Guardas), de Leliuchenko.

Nikita Khrutchtchev, futuro dirigente do Partido Comunista, fez representações diversas junto de Stalin contra a utilização dos tanques de Ribalko, que considerava prematura, mas o grande general de carros de combate realizou uma brilhante manobra de envolvimento ao longo de 120 quilómetros, na região de Lvov. Esta cidade, com efeito, cairia, a 27 de Julho. O 13º exército (Pukov) avançou em direcção a Sandomierz. O 1º exército de Tanques (Guardas), de Katukov, surgia em Baranov e atingia a zona de Bogória. O 5º exército (Guardas) de Zadov, lançava-se, também, para Sandomierz. Esta ofensiva do Exército Vermelho no sector de



# Insurreição em Varsóvia

## — um erro sem nome

Lvov-Sadomierz conduziu à destruição de 30 divisões da «Wehrmacht», forças comandadas pelos generais Lindemann, Nadgig, Beutler.

### O atentado contra Hitler falhou

Dera-se, a 20 de Julho, entretanto, um acontecimento que não podemos deixar de mencionar, ainda que ligeiramente. O coronel Von Stauffenberg, Chefe do Estado-Maior das forças de reserva germânicas, levava a efeito um atentado à bomba contra a pessoa de Adolf Hitler quando decorria uma reunião de altos comandos no quartel-general do «Führer», na Prússia Oriental, que tinha em vista estudar as consequências do avanço do Exército Vermelho e a sua aproximação do território alemão. O oficial em questão conseguiu escapar para Berlim a fim de colocar-se na direcção de um golpe de Estado de que o referido atentado seria o prelúdio. Mas a eliminação de Hitler falhou e a feroz e draconiana repressão que se seguiu ao atentado mostrou, uma vez mais, a crueldade e a vontade de sangue que, juntas ao evidente desespero provocado pelas condições, definiam a acção e o pensamento dos dirigentes nazis.

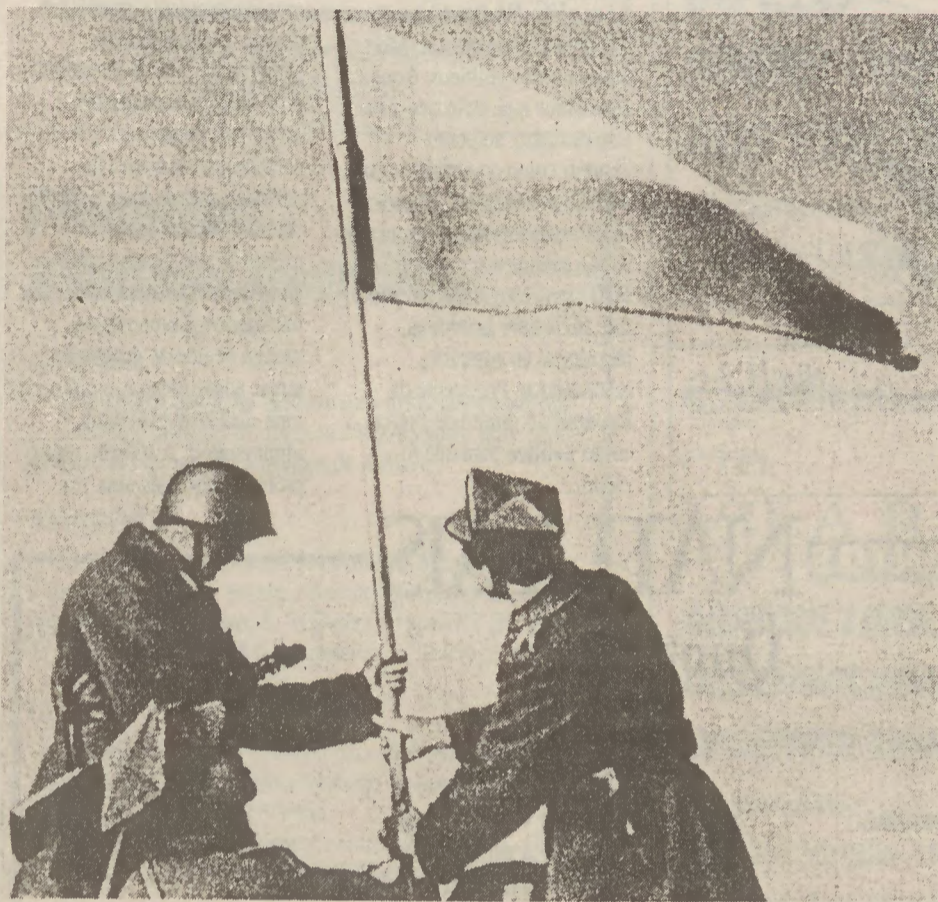
Estes não eram capazes de ultrapassar o universo simplista das meras considerações de prestígio político. Estavam a arrastar a Alemanha para o colapso.

Mas viviam, agora, de uma nova esperança que, iludindo-os, sustentava-os — a de que conseguiriam empurrar os mais reacção-nários círculos do imperialismo contra aquilo a que começava a chamar-se a «ameaça soviética», a «tirania comunista», a «mão de Moscovo». Não tinham eles, na realidade, sido empurrados por esses mesmos círculos, para a invasão da URSS? Mas a guerra já era toda uma outra guerra. Das novas condições criadas ao longo do terrível conflito, uma nova e mil vezes mais poderosa URSS surgia em cena. O Exército Vermelho já entrara na Polónia. O sector de Berlim compreendia operações já plenamente em curso.

### «Pão e sal para Tolbukin» — Dimirov

A 3ª Frente Ucraniana, comandada por Tolbukin, preparava-se para entrar na Bulgária e libertar esse país do jugo da monarquia fascista pró-hitleriana. E o grande patriota e comunista, Georgi Dimitrov, disse, na altura (4):

«Apesar de a 3ª Frente estar pronta para combater na Bulgária, posso assegurar que não haverá conflito. O povo búlgaro



aguarda impientemente a chegada do Exército Vermelho para, com o seu auxílio, derrubar o governo monárquico de Bagrianov e estabelecer um novo poder no país, o da "Frente Popular de Libertação". Os soldados de Tolbukin não serão recebidos pelos búlgaros com artilharia e fogo de metralhadoras, mas, sim, com pão e sal.»

A 1 de Agosto, entretanto, o governo dos polacos imigrados em Londres, com o declarado apoio de Churchill, fizera desencadear um inesperado e confuso golpe antinazi, em Varsóvia, utilizando o «Armija Krajowa» (5), uma das diversas formações patrióticas que agitavam na Polónia, e procuravam combater os hitlerianos. Mas não possuíam os meios necessários para que tal iniciativa pudesse ter êxito. A situação, apesar do ardente patriotismo demonstrado pelos polacos e pela população de Varsóvia, em especial, deteriorou-se, rapidamente, e o Alto-Comando nazi, como se sabe, reagiu brutal e cruelmente contra os insurrectos e contra a capital da Polónia. Milhares dos seus habitantes pereceram. A grande cidade foi arrasada.

Mas o dirigente principal da insurreição, Bor-Komorowski (6), jamais informou o comando da 1ª Frente Bielorrussa (Rokossovski) daquilo que iria passar-se. Não aceitava qualquer espécie de coordenação com as operações daquela Frente (7). Os soviéticos, assim, acabaram por tomar conhecimento dos acontecimentos que estavam a produzir-se em Varsóvia através de testemunhos de fugitivos que atravessavam o Vístula. Era óbvio, certamente, que a insurreição polaca tinha como objectivo interpor-se entre alemães e soviéticos e impedir o avanço destes no país assumindo o poder em Varsóvia. Oficiais pára-quedaistas soviéticos foram enviados a Bor-Komorowski como elementos de ligação com o Exército Vermelho. Ninguém os recebeu. Assim, uma grave situação começava a desenvolver-se. Abastecimentos lançados pelas «Fortalezas Voadoras» dos ingleses tombavam nas mãos dos alemães. Depois, o apoio britânico evaporou-se. A insurreição falhava. Então, consideráveis forças nazis, compreendendo o 4º exército «Panzer» (Schoerner) com as divisões «Hermann Goering-Panzer», 19ª «Panzer» e 73ª de Infantaria, preparavam-se para coroar as acções brutais levadas a cabo contra o povo de Varsóvia com o massacre dos contingentes da 1ª Frente de Rokossovski que, como se compreende, não possuíam meios à sua disposição, naquela altura, para atacar a capital polaca. Esses contingentes, portanto, recuaram, para a margem oposta (8).

### Stalin, não satisfeito, deita fora o cachimbo

Fins de Setembro de 1944. Ordens para Jukov: deslocar-se para a zona de Varsóvia onde tinham operado os referidos con-

tingentes de Rokossovski e ver com os próprios olhos a trágica situação dos insurrectos polacos. Depois, com o comandante da 1ª Frente Bielorrussa, Jukov apresentar-se-ia no Kremlin para uma reunião de análise e discussão da situação na área do Vístula. A insurreição cessara, com efeito, a 2 de Outubro. Os dirigentes do «Armija Krajowa», não tendo conseguido materializar as suas intenções, simplesmente lavaram as mãos do assunto e, deixando os combatentes à mercê da repressão nazi, saíram da zona e, clandestinamente, desapareceram. Na reunião do Kremlin, Stalin achava-se acompanhado com Antonov (9), Molotov e Malenkov. Nervosíssimo, o Comandante Supremo pusera o cachimbo de lado, o que sublinhava a sua irritação pelo que acontecera em Varsóvia e pela suspensão das operações da 1ª

Frente Bielorrussa, aliás, exausta, que os dois generais do Exército Vermelho haviam ordenado. Jukov explicou:

«O inimigo já dispôs de tempo suficiente para trazer reservas de outros lados e para reorganizar a sua defesa. Neste momento, estamos a sofrer perdas desnecessárias.»

Stalin, voltando-se para Rokossovski, quis saber o que este pensava.

«O camarada Konstantin Konstantinovitch concorda com a opinião de Jukov?»

«Em absoluto», respondeu o comandante da 1ª Frente, acrescentando:

«As nossas tropas carecem de um período de repouso. Não paramos desde Kursk.»

Stalin sugeriu o reforço do 47º exército com mais artilharia e tanques, dar-lhe aviação. E perguntou: «Seria possível, assim, abrir caminho para o Vístula entre Modlin e Varsóvia?» Jukov explicou:

«Camarada Stalin: na minha opinião, essa ofensiva não nos trará benefício.

De um ponto de vista operacional, não precisamos da área a noroeste da capital polaca. A cidade cairá, se a ultrapassarmos pela zona sudoeste e se, simultaneamente, produzirmos um ataque poderoso na direcção Lódz-Poznań. A 1ª Frente, de momento, não possui forças suficientes para essa operação. Mas as Frentes vizinhas pertencentes à zona de operações da direcção de Berlim devem ser mandadas preparar para a execução de acções conjuntas em todo o território polaco.»

Stalin suspendeu a reunião pedindo a Jukov e a Rokossovski que permanecessem em Moscovo com vista à discussão de certos planos para o futuro imediato. Isto era em Outubro de 1944. Varsóvia jazia em ruínas. A Polónia, de joelhos, vivia moribunda. Os planos que o Comandante Supremo desejava discutir com os seus heróicos generais eram estes: a libertação final da Polónia, fazê-la ressurgir, e o ataque a Berlim.

(1) Herói de Stalinegrado;

(2) Que substituíra Bogdanov;

(3) 2º Comandante, Alexandre Zawadzki;

(4) Fins de Agosto de 1944;

(5) Um dos diversos grupos de resistentes polacos, mas o único que se recusava a colaborar com a 1ª Frente Bielorrussa, de Rokossovski;

(6) Com o general Monter, comandante do distrito militar de Varsóvia;

(7) Declararam: «Não usaremos a força contra o Exército Vermelho, mas não desejamos ter com ele quaisquer contactos»;

(8) Tratava-se de parte do 47º exército (Perkovitch) que operava entre Modlin e Varsóvia e do 70º exército (Popov) que lutava na zona de Serock e Pultank;



# PONTOS CARDEAIS

## Gestos

"Foi mais um gesto político do sr. Presidente da República", comentou Azevedo Soares, o novel secretário-geral do PSD, comentando o veto presidencial da Lei da Imprensa pretendido pelo partido da maioria. Se os gestos do Presidente da República, enquanto tal, não fossem todos políticos, é que estaríamos mal. Pelo que achar isso estranho, ao ponto de o assumir como comentário a uma decisão presidencial, é que se torna verdadeiramente esquisito. A não ser que a arrogância do PSD tenha chegado a um ponto, que até já quer fazer uma dissolução ao contrário, recusando ao Presidente da República o direito de exercer o cargo político para que foi eleito...

## Medidas... para os outros

Na Cimeira Mundial do Clima, a decorrer em Berlim sob o patrocínio da ONU, chegou-se à conclusão que a temperatura do planeta continua, ameaçadoramente, a subir devido ao concomitante aumento do "efeito de estufa" provocado pelas emissões crescentes de anidrido carbónico. A situação foi apresentada com alarme, voltando a falar-se da eventualidade de uma subida geral dos oceanos na ordem dos três metros já no próximo século, devido ao degelo de largas zonas polares, o que seria uma catástrofe planetária inimaginável. A solução para o problema foi mais uma vez

apontada com clareza: o mundo tem de limitar as emissões dos gases carbónicos ao nível, pelo menos, de 1991.

Curiosamente, os Estados Unidos da América, que são responsáveis por 20% do anidrido carbónico lançado para a atmosfera, recusaram-se, liminarmente, a negociar com o resto do mundo as medidas que é urgente tomar, sendo acompanhados, nesta arrogância, pelos produtores de petróleo da OPEP. Aqui está outra expressão do capitalismo à rédea solta, sem "impérios do mal" que lhe refreiem a ideia de que têm o mundo na barriga.

## Cedências nos Açores

O Governo negociou novo acordo sobre a Base das Lages com os norte-americanos e ficou muito satisfeito por ter cedido mais uma data de coisas, nomeadamente o direito de os EUA utilizarem este nosso território sem autorização, desde que envolvidos em operações internacionais anteriormente sancionadas por Portugal nas instâncias a que pertence (o que significa que, para os EUA, a soberania de Portugal é uma coisa que está nas mãos dos organismos internacionais que integra) ou que os EUA façam ouvidos de mercador aos direitos dos trabalhadores portugueses nas instalações norte-americanas nos Açores. Nesse capítulo, Mota Amaral mostrou-se muito contente por os EUA terem "admitido" que o derimir dos litígios laborais se faça em tribunais portugueses. Também era o que faltava! O que não falta é o descaramento, a esta gentinha toda que continua a desgovernar o País em nome de todos nós.

## Sub

Soube-se, por denúncia indignada da Ordem dos Médicos (que já apresentou queixa no Provedor de Justiça e no Conselho da Bioética), que o Ministério do Emprego e Segurança Social de Falcão e Cunha decidiu, por portaria, impor regras tipo nazi na admissão dos inspectores de trabalho. A coberto da exigência de que estes funcionários públicos têm de ser "pessoas apresentáveis e saudáveis", o Ministério definiu uma tabela de "inaptidões" que chegam ao ponto de recusar verrugas, deformidades do crânio, manifestações micóticas, etc., numa listagem que quase não deixa qualquer doença ou insuficiência de fora. Para aquela função, só "exemplares perfeitos", segundo o parecer de Falcão e Cunha (ele próprio um espécime de se lhe tirar o chapéu).

De facto, este Governo de Cavaco e Silva e do PSD não pára de nos espantar.

## FRASES da SEMANA

"Cavaco Silva não era nada dentro do partido quando eu já tinha funções na sociedade como autarca e como dirigente político."

✉ (Mendes Bota - «O Independente», 24.03.95)

"Nós tínhamos as espingardas e os votos, só necessitávamos de um general para comandar as tropas e por isso pedimos ao Mendes Bota para se candidatar à liderança do PSD no Algarve."

✉ (Álvaro Viegas, deputado e vice-presidente do PSD de Loulé - «Semanário», 25.03.95)

"A provar que o PCP não acredita numa ampla cobertura mediática da cerimónia (de encerramento dos "Debates com o País"), veja-se a hora dos discursos, com início previsto para as 15h30. Tal como o seu fecho, sem coros nem efeitos de luz (sic). Apenas uma actuação da pianista Carla Seixas, em cerca de vinte minutos preenchidos com um repertório clássico pouco apetecível (sic) para a guerra de audiências."

✉ (São José Almeida e Filipe Santos Costa, jornalistas, em «Público», 25.03.95)

"A principal estrela anunciada era Carlos Carvalhas, que se limitou (sic) a resumir as propostas eleitorais recolhidas ao longo de seis meses de Debates com o País."

✉ (idem - «Público», 26.03.95)

"A política não deve invadir a esfera do Direito, naquele sentido que é inadmissível a crítica política das decisões judiciais. Mas não é igualmente tolerável que se façam apelos para que sejam os tribunais a resolver os problemas que só no estrito campo da política podem ser resolvidos."

✉ (Duarte Lima - «Semanário», 25.03.95)

"É muito difícil sair do palco."

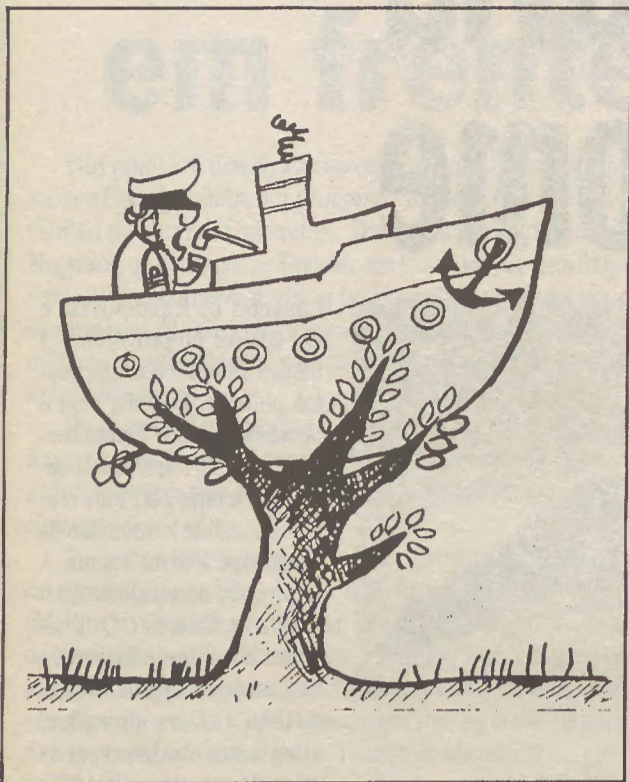
✉ (Cavaco Silva, em entrevista a «Público», 28.03.95)

"Como sempre achei que devia participar e conduzir esse debate, não podia de forma nenhuma anunciar a não recandidatura (à Presidência do PSD) antes. Mas teria de deixar, se fosse possível, um dia ou dois (sic) para que quem quisesse, por esse facto, apresentar algumas moções com ideias diferentes das outras moções de estratégia, o pudesse fazer."

✉ (Cavaco Silva, idem)

"Apetece-me é rir de tudo"

✉ (Frei Bento Domingues, em entrevista a «Público», 25.03.95)



## PONTOS NATURAIS Quotidiano

### I

Já tenho visto coisas bem estranhas. Mas nunca vi um banqueiro à hora do almoço de pé, na cafetaria, beber um galão e comer um rissol.

### II

Nunca vi um senhor doutor levado para a esquadra e passar a noite sentado no chão encostado à parede.

### III

Nunca vi ter razão a queixa contra o cacique garanhão da zona industrial. Elas é que... Mas quem as manda provocar os homens?

### IV

Nunca vi um «boss» de maca no corredor de um banco de urgência

### V

Nunca vi um graúdo perguntar «quanto custa?» antes de mandar embrulhar.

### VI

Nunca vi o capataz despedir o trolha por indolência sem ao menos lhe perguntar se tivera onde dormir a noite.

### VII

Nunca vi a preocupação no rosto de quem faz compras no supermercado e paga com multibanco.

### VIII

Nunca vi as meninas do jet-set trabalhar doze horas por dia nas boutiques do Centro Comercial.

### IX

Nunca vi a polícia bater num rico.

### X

Já tenho visto coisas bem estranhas. Mas quantas mais me falta ver quando a névoa das lágrimas se levantar dos meus olhos?



## Agenda

### Assembleias das organizações do PCP

#### CASCAIS

Domingo, 2, a partir das 10h  
no Teatro Gil Vicente

#### 6.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DE CASCAIS

Às 17h:  
sessão de encerramento  
com a participação de  
José Casanova

☆

#### ENTRONCAMENTO

Domingo, 2, às 9h30  
no Centro de Trabalho

#### ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA E DA CÉLULA DOS FERROVIÁRIOS

com a participação de  
Jerónimo de Sousa

Às 13h30, no Restaurante "Subeca":  
almoço comemorativo do 74.º aniv. do PCP

☆

#### LAVRADIO

Barreiro

#### 5.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DE FREGUESIA

Sábado, dia 1, às 15h30  
no Auditório da Pluricoop,  
com a participação de  
Carlos Humberto

☆

#### LOURES

#### 6.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO DO PCP NA CM E SM DE LOURES

Sábado, 1, a partir das 10h,  
no Cinema dos Bombeiros Voluntários  
com a participação de  
José Casanova

### Debate e convívio com Álvaro Cunhal em Carnaxide

Quarta-feira, dia 5

Às 20h30 - Convívio no CT

Às 21h30 - debate sobre

"A situação política e as propostas do PCP"  
na Ass. de Moradores 18 de Maio  
(Oturela/Portela)

### Plenários e outras reuniões

#### ALMADA

Plenário da célula da Lisnave para discussão da situação na empresa e questões de direcção e organização: hoje, quinta-feira, às 17h, no CT Concelhio de Almada.

#### AMADORA

Brandoa - Reunião geral de militantes da freguesia sobre a situação política, a próxima Assembleia da organização e funcionamento do Centro de Trabalho: no novo CT (R. Bento de Jesus Caraça, Lote 284), sexta-feira, 31, às 21h.

#### LISBOA

Célula do Teatro - Plenário para discussão da situação política e questões sectoriais e ainda do Avante! 95: terça-feira, 4, às 18h30, no CT Vitória.

Plenário de enfermeiros do sector de Saúde da ORL: hoje, dia 30, às 20h30, no Centro de Trabalho Vitória.

#### LOURES

Odivelas - Plenário de militantes da Ramada: sexta-feira, 31, às 21h30, no CT de Odivelas.

#### OEIRAS

Porto Salvo - Plenário da organização local, com a participação de Carlos Chaparro: sexta-feira, 31, às 21h, no CT.

Queijas - Plenário da organização local: sexta-feira, 31, às 21h, no CT de Queijas

Carnaxide - Plenário da organização local, sexta-feira, às 21h, no CT de Carnaxide.

#### SEIXAL

Plenário de militantes da freguesia do Seixal, com a participação do camarada Manuel Valente e de eleitos CDU na freguesia: domingo, 2, às 15h, no CT.

#### SINTRA

Reunião da célula da Câmara e SMAS de Sintra: quinta-feira, 30, às 21h, no Centro de Trabalho de Rio de Mouro.

Plenário de militantes de Montelavar e Pero Pinheiro, com a participação de António Cordeiro: sábado, 1, às 21h30, no CT de Montelavar.

Agualva-Cacém - Plenário de militantes da freguesia, com a participação do camarada Romeu do Rosário: no CT do Cacém, sexta-feira, 31, às 21h30.

Terrugem - Reunião plenária de militantes, com a participação de Jaime da Mata: sexta-feira, 31, às 21h30.

Queluz - Reunião de camaradas reformados: sexta-feira, 31, às 15h, no Centro de Trabalho local.

#### VILA NOVA DA BARQUINHA

Encontro Concelhio da CDU, com a participação de Jerónimo de Sousa: domingo, 2, às 16h, no Centro Cultural de Tancos.

### Lisboa, Voz do Operário 1 de Abril

(Das 10, às 17h,  
com almoço das 13 às 14h30)

### II ENCONTRO NACIONAL DO PCP SOBRE OS PROBLEMAS DOS REFORMADOS

com a participação do camarada  
CARLOS CARVALHAS

### Colóquio em VILA REAL

### AGRICULTURA. DESENVOLVIMENTO LOCAL. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Painel convidado:

Prof. Dr. Virgílio Alves,

Prof. Dr. Belo Moreira,

Prof. Carlos Silva,

Eng.ª Silv.ª Maria do Loreto,

Prof. Dr. Oliveira Baptista,

Agostinho Lopes,

da Com. Pol. do CC do PCP

e

CARLOS CARVALHAS,

Secretário-Geral do PCP

No Cine-Teatro Morais Leitão

(Bom. Voluntários Cruz Branca)

Domingo, 2 de Abril, às 15h

### Debate A Comunicação e a Propaganda na Luta Ideológica

CT Vitória, quarta-feira, dia 5, às 18h  
com a participação de Aurélio Santos

#### AMADORA

Auditório Municipal  
Sábado, às 15h

#### Debate de encerramento do ciclo «O PCP debate a Amadora e o Futuro»

com a participação de  
Luís Sá

#### REDONDO

#### A Vinha e o Vinho e a sua importância no desenvolvimento económico da região

- debate com a participação de  
Alfredo Barroso e João Proença, presidentes das CMs de Redondo e Borba,  
Lino de Carvalho, deputado da AR, e Joaquim Miranda, deputado do PE, e  
João Saraiva, do Comité das Regiões  
sexta-feira, 31, às 21h, no Casa do Povo

### Deputados do PCP visitam Chelas

Para ouvir a opinião das organizações locais sobre as questões da segurança das populações, deputados do PCP na AR deslocam-se, na próxima segunda-feira, ao Bairro de Chelas, que visitarão a partir das 14h30, com concentração frente à Junta de Freguesia de Marvila.

#### Alcochete

Sábado, às 20h

#### Jantar-convívio

no Refeitório da Câmara Municipal  
com a participação  
de Domingos Abrantes

**PORTO**

**Agricultura portuguesa - Explorações agrícolas familiares, cooperativas e mundo rural: que futuro?**  
- debate no Hotel Tuela, sábado, às 16h, com a participação de Agostinho Lopes, Carlos Amaro, José Calçada, Manuel Belo Moreira, Carlos Silva

**CARAVANA AUTOMÓVEL DE PROTESTO S.O.S. - SADO Não à incineradora!**

Domingo, 2 de Abril  
Concentrações:  
14h30 - Rua Principal de Praias do Sado  
15h00 - Largo José Afonso, em Setúbal

**Semana da Juventude em Vila Franca de Xira**

**JCP Póvoa de Sta. Iria DEBATE SOBRE TOXICODEPENDÊNCIA**

com António Filipe, Francisco Lopes, Maria Amélia Guerra  
Sexta-feira, às 21h, na Sala Polivalente do Pav. de Desporto e Cultura do Forte da Casa

**Com. de Freg. do Feijó**

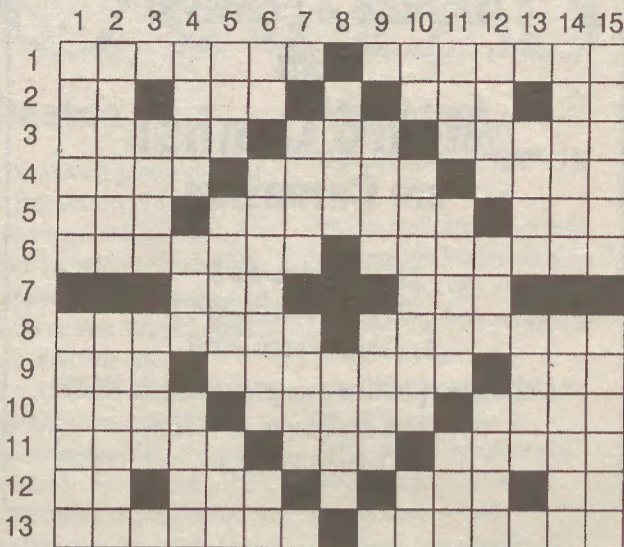
**PASSEIO PRIMAVERA ao ALENTEJO**

Almoço em Castelo de Vide  
Domingo, 2 de Abril  
Inscrições: tel. 2590820, depois das 21h

**EXCURSÃO A MALTA E SICÍLIA**

8 dias - de 25 de Junho a 2 de Julho  
organizado pela Comissão Concelhia de Almada  
(Inscrições: Artur Cabrita, tels. 2752777-2753939)

**PALAVRAS CRUZADAS**



**HORIZONTAIS:** 1 — República da Europa oriental, banhada pelo mar Báltico; plantio de bananeiras. 2 — O mais (ant.); espécie de escumilha (pl.); grande quantidade; Níquel (s.g.). 3 — Poemas; canseira; porta (fig.). 4 — Germe (fig.) (pl.); conjunto dos fenómenos meteorológicos que caracteriza o estado médio da atmosfera; discursam. 5 — Protóxido de cálcio; convocação; acrescenta. 6 — Fábricas de loiça de barro; pedra preciosa, transparente de cor azul brilhante em diversos tons, muito dura (pl.). 7 — Produto tintorial da Índia; nota musical (pl.). 8 — Soltaram balidos; cobertos de pão ralado. 9 — Pedra de altar; doente (fig.); ferro temperado. 10 — Local onde se faz leilão de peixe; lanço; formam alas. 11 — Nasce; argola; seca. 12 — Caminhava; lavra; época; aparência. 13 — Esquivas; tema.

**VERTICAIS:** 1 — Sacerdote de uma paróquia; mamífero marinho, o maior dos animais actuais, mede cerca de 30 m e pesa 150 t. 2 — Terreno plantado de oliveiras; perfumar. 3 — Instigador (fig.); folha de ferro estanhada e fina. 4 — Remoinhos de água (prov.); televisão italiana (sigla); enfezadas. 5 — Unidade de velocidade dos navios, equivalente a uma milha marítima (pl.); remara para trás; apelido de heroína francesa. 6 — Uma vogal (pl.); Pihéria; igual (farm.). 7 — Fileiras; bosque. 8 — Semelhante; esprieta. 9 — Estimas muito; deixo de andar. 10 — Brisa; efeminado; preposição. 11 — Articulação das falanges dos dedos (pl.); Apuro; anel. 12 — Jarro (planta); nome de mulher; lavar. 13 — Irritar; Salvador (...), pintor espanhol, influenciado pelo impressionismo e pelo cubismo, tornou-se, a partir de 1929, um dos campeões do surrealismo na França. 14 — Caminhada; escavadas. 15 — Atilhos; adicionara.

**SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR**

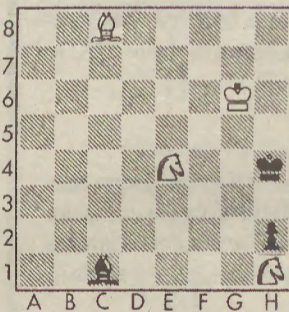
**HORIZONTAIS:** 1 — Foca; vela; nome. 2 — Roca; riso; sal. 3 — Ac; rena; aipo; lá. 4 — Cal; mona; rala. 5 — Atoa; Nilo; lama. 6 — Rã; rasa; caio. 7 — Sé; tu; pé; mó. 8 — Coma; raro; foz. 9 — Mola; sola; ré. 10 — Gás; rola; lava. 11 — Irar; rima; sina. 12 — Limos; aura; rato. 13 — Ásaros; aoto; cós.

**VERTICAIS:** 1 — Baça; sã; gila. 2 — Catre; saris. 3 — Or; loa; sama. 4 — Cor; tom; ror. 5 — Acém; rumor; só. 6 — Anona; alor. 7 — Anisa; alia. 8 — Er; ala; amua. 9 — Lia; pás; aro. 10 — Asir; cerol; At. 11 — Opala; olas. 12 — Olaia; avir. 13 — Os; amo; anão. 14 — Mal; mor; ato. 15 — Elas; cozer; os.

**XADREZ**

DVI - 30 DE MARÇO DE 1995  
PROPOSIÇÃO Nº 1995X025  
Por: FRANZ PALATZ  
2º Prémio: La Vie Rennaise, 1931

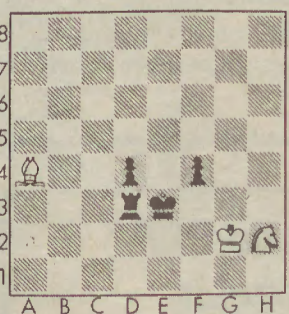
Pr. [3]: Ph2 - Bç1 - Rh4  
Br. [4]: Cs.64, hl - Bç8 - Rg6



Mate em 4 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1995X026  
Por: HENRI RINCK  
Slovensky Narod, 1926

Pr. [4]: Ps. d4, f4 - Td3 - Re3  
Br. [3]: Ch2 - Ba4 - Rg2



Brancas jogam e ganham

**SOLUÇÕES DO Nº DVI**

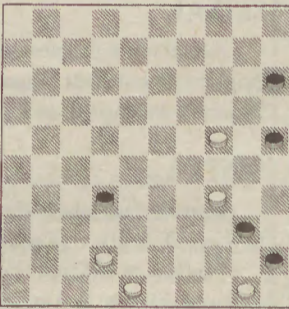
Nº 1995X025 [F. P.]: 1. Cf2!(Ameaça 2. Cd3 3. Cé1/é5), Bf4; 2. Cg4!, B-; 3. Ce3/Cé5 e g. 2. ... Rh3; 3. Cé3 +, Rh4; 4. Cg2 #  
Nº 1995X026 [H. R.]: 1. Cf1 +, Re2; 2. Bb5, f3 +; 3. Rg1, f2 +; 4. Rg2 e g. 1. ... Ré4; 2. Bç2, f3 +; 3. Rf2 e g.

A. de M. M.

**DAMAS**

DVI - 30 DE MARÇO DE 1995  
PROPOSIÇÃO Nº 1995D025  
Por: G. L. GORTMANS  
GB, 1938

Pr. [5]: 15-25-32-40-45  
Br. [5]: 24-34-42-48-50

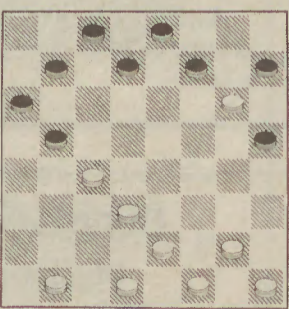


Brancas jogam e ganham

**PROPOSIÇÃO Nº 1995D026**

GOLPE Nº 114  
Por: GUIDO BOCCALI  
Damasport Nº 78/18.XII.1950

1. 10-14, 21-17; 2. 14-18, 22-13; 3. 9-18, 23-9; 4. 12-15, 19-12; 5. 8-15, 28-23; 6. 11-14, 23-20; 7. 7-11, 32-28; 8. 18-21, 25-18; 9. 14-21, 29-25. Diagrama



Pretas jogam e ganham

**SOLUÇÕES DO Nº DVI**

Nº 1995D025 [G. L. G.]: 1. 34-30, (25x34); 2. 42-38, (32x43); 3. 48x30, (40-44); 4. 50x39, (45-50=D); 5. 30-25+  
Se: 4. ... (15-20); 5. 24x15, (45-50=D); 6. 30-24+  
Se: 3. ... (15-20) + com antes!  
Nº 1995D026 [W. S.]: 10. 15-19, 25-18; 11. 19-23, 28-19; 12. 11-14. ...; 13. 6-29=D +

A. de M. M.

**FILMES**

**QUINTA, 30**

**O Que Acontece na Vida**  
«Anything Can Happen» (EUA/1952). Real.: George Seaton. Int.: Jose Ferrer, Kim Hunter, Kurt Kasznar, Eugenie Leontovich. P/B, 102 min. *Comédia.* (14.50, SIC)

**A Felicidade da Senhora Blossom**  
«The Bliss of Mrs. Blossom» (EUA/1968). Real.: Joe McGrath. Int.: Shirley MacLaine, Richard Attenborough, James Boot. Cor, 93 min. *Ver Destaque.* (21.30, Quatro)

**Eu Vos Saúdo Maria**  
«Je Vous Salue Marie» (Suíça/Fr./1985). Real.: Jean-Luc Godard. Int.: Myriam Roussel, Thierry Rode, Philippe Lacoste, Juliette Binoche. Cor, 107 min. *Ver Destaque.* (01.30, SIC)

**Alibis**  
«One Night Stand» / «Alibis» (Fr./1977). Real.: Pierre Rissent. Int.: Richard Jordan, Ting Pei, Tien Ni, Mei Fang, Tsabg Kong. Cor, 96 min. *Romance.* (01.55, Canal 1)

**SEXTA, 31**

**A Noiva de Short Creek**  
«Child Bride of Short Creek» (EUA/1981). Real.: Robert Lewis. Int.: Christopher Atkins, Diane Lane, Conrad Bai. Cor, 104 min. (14.50, SIC)

**Robin dos Bosques - Príncipe dos Ladrões**  
«Robin Hood: Prince of Thieves» (EUA/1990). Real.: Kevin Reynolds. Int.: Kevin Costner, Morgan Freeman, Mary Elizabeth Mastrantonio. Cor, 130 min. *Ver Destaque.* (21.00, Quatro)

**Sally do Circo**  
«Sally of the Sawdust» (EUA/1925). Real.: David W. Griffith. Int.: Carol Dempster, W. C. Fields, Alfred Lunt, Erville Alderson. P/B, 96 min. *Ver Destaque.* (22.45, TV 2)

**Juno e o Paycock**  
«Juno and the Paycock» (Gr.Br./1930). Real.: Alfred Hitchcock. Int.: Sara Allgood, Edward Chapman, Sydney Morton. P/B, 85 min. *Ver Destaque.* (00.25, TV 2)

**24 Horas para a Morte**  
«Fallen Angels» (EUA/1991). Real.: Larry Leary. Int.: James Remar, Michael Wright, Emily Longsteth. Cor, 92 min. *Acção / Comédia.* (01.20, Canal 1)

**SÁBADO, 1**

**Relíquia Fatal**  
«Satan Met a Lady» (EUA/1936). Real.: William Dieterle. Int.: Bette Davis, Warren William, Alison Skipworth, Arthur Teacher. P/B, 74 min. *Ver Destaque.* (18.25, TV 2)

**Fama**  
«Fame» (EUA/1980). Real.: Alan Parker. Int.: Irene Cara, Lee Curreri, Laura Dean, Antonia Franceschi, Paul McCrane. Cor, 128 min. *Ver Destaque.* (23.55, TV 2)

**As Desventuras de Sherlock Holmes**  
«Without a Clue» (EUA/1988). Real.: Tom Eberhardt. Int.: Michael Caine, Jeffrey Jones, Ben Kingsley, Lysette Anthony. Cor, 103 min. *Ver Destaque.* (00.30, Canal 1)

**Forte Apache**  
«Fort Apache» (EUA/1948). Real.: John Ford. Int.: Henry Fonda, John Wayne, Pedro Armendariz, Victor McLaglen, Shirley Temple. P/B, 127 min. *Ver Destaque.* (00.35, Quatro)

**Bolero**  
«Bolero» (EUA/1984). Real.: John Derek. Int.: Bo Derek, George Kennedy, Olivia d'Abo, Andrea Occipinti, Ana Obregon. Cor, 100 min. *Erótico.* (00.35, SIC)

**Click: Foto Mortal**  
«Click: The Callender Girl Killer» (EUA/1989). Real.: John Stewart e Ross Hagen. Int.: Gregory Scott Cummings, Keely Sims. Cor, 87 min. *«Thriller».* (02.15, Canal 1)

**DOMINGO, 2**

**Gado Bravo**  
(Port./1934). Real.: António Lopes Ribeiro. Int.: Raul de Carvalho, Nita Brandão, Mariana Alves, Arthur Duarte. P/B, 110 min. *Comédia.* (16.50, SIC)

**A Família Robinson**  
«The Swiss Family Robinson» (Gr.Br./1960). Real.: Ken Annakin. Int.: James MacArthur, Dorothy McGuire, Tommy Kirk, Kevin Corcoran, John Mills. Cor, 122 min. *Ver Destaque.* (16.55, Canal 1)

**Doutor Sarilhos**  
«Doc Hollywood» (EUA/1991). Real.: Michael-Caton Jones. Int.: Michael J. Fox, Bridget Fonda, Woody Harrelson, Julie Warner. Cor, 100 min. *Comédia.* (22.20, SIC)

**Tampopo**  
«Tampopo» (Japão/1986). Real.: Juzo Itami. Int.: Tsutomu Yamazaki, Nobuko Miyamoto, Koji Yakusho, Ken Watanabe. Cor, 119 min. *Ver Destaque.* (a partir das 22.30, TV 2)

**SEGUNDA, 3**

**A 23 Passos do Abismo**  
«23 Paces to Baker Street» (EUA/1956). Real.: Henry Hathaway. Int.: Van Johnson, Vera Miles, Cecil Parker, Patricia Laffan. Cor, 100 min. *Ver Destaque.* (14.50, SIC)

**«Local Hero»**  
(título português não fornecido - Gr.Br./1993). Real.: Bill Forsyth. Int.: Burt Lancaster, Peter Riegert, Denis Lawson. Cor, 111 min. *Ver Destaque.* (21.15, Quatro)

**À Margem da Lei**  
«Above the Law» (EUA/1988). Real.: Andrew Davis. Int.: Steven Seagal, Sharon Stone, Pam Grier, Henry Silva, Ron Dean. Cor, 95 min. *Acção.* (22.20, SIC)

**Ânsia de Amar**  
«In the Cool of the Day» (EUA/1962). Real.: Robert Stevens. Int.: Jane Fonda, Peter Finch, Angela Lansbury, Arthur Hill. Cor, 88 min. *Drama.* (01.35, Canal 1)

**Atracção Fatal**  
«Hit Lady» (EUA/1974). Real.: Tracy Keenan Wynn. Int.: Yvette Mimieux, Joseph Campanella, Clu Gulager, Dack Rambo. Cor, 78 min. *Policia.* (14.50, SIC)

**Vertigem**  
(Port./1989). Real.: Leandro Ferreira. Int.: Virgílio Castelo, Rogério Samora, Rui Furtado, Isabel de Castro. Cor, 116 min. *Drama.* (22.45, TV 2)

**Camorra**  
«Camorra» (EUA/1986). Real.: Lina Wertmuller. Int.: Angela Monica, Francisco Rabal, Harvey Keitel, Daniel Ezralow. Cor, 106 min. *Policia.* (00.30, SIC)

**Duas Mulheres e Um Homem**  
«Croque la Vie» (Fr./1981). Real.: Jean-Charles Tacchella. Int.: Brigitte Fossey, Carole Laure, Bernard Giraud. Cor, 107 min. *Comédia Dramática.* (01.45, Canal 1)

**QUARTA, 5**  
**Como Nós Éramos**  
«Memory of Us» (EUA/1974). Real.: Kaye Dyal. Int.: Ellen Geer, Jon Cypher, Barbara Colby, Peter Brown. Cor, 90 min. *Drama.* (14.50, SIC)

**O Poder de um Jovem**  
«The Power of One» (EUA/1992). Real.: John G. Avildsen. Int.: Stephen Dorff, Armin Mueller-Stahl, John Gielgud, Morgan Freeman. Cor, 111 min. *Drama.* (21.15, Quatro)

**A Sexta-Feira Mais Longa**  
«The Long Good Friday» (Gr.Br./1980). Real.: John MacKenzie. Int.: Bob Hoskins, Helen Mirren, Dave King, Bryan Marshall. Cor, 110 min. *Ver Destaque.* (01.35, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

**A LEITURA EM DIA**

**1º SALÃO DE LITERATURA PORTUGUESA**

27 DE MARÇO A 13 DE ABRIL

ENCONTROS COM ESCRITORES EXPOSIÇÕES, POESIA E MÚSICA

VITÓRIA ESPAÇO CULTURAL  
AV. DA LIBERDADE, 170 - LISBOA

DE 2ª A 6ª FEIRA DAS 12 H ÀS 21 H

Hoje, às 21h30  
**Encontro com Escritores**

Entre outros: Alexandre Babo, Alexandre Cabral, Alice Vieira, Ana Maria Pessoa, Ernesto Sampaio, Francisco Silva, Leandra Baptista, Modesto Navarro, Mário de Carvalho, Maria Rosa Colaço, Orlando da Costa, Sérgio Ribeiro

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 30

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.25 Blossom
16.00 Gente Remota
16.50 Rumo a Avonlea
17.35 Missão Impossível
18.25 Com a Verdade M' Enganas
19.05 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.25 Isto Só Vídeo
22.00 Frou-Frou
23.55 Coisas da Vida
01.00 24 Horas
01.40 Remate
01.55 Alibis
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.00 Perigo nas Montanhas
18.00 Escola Paraíso
18.50 Rua Sésamo
18.55 Rua Sésamo
19.15 Caderno Diário
19.20 Um, Dó, Li, Tá
20.15 O Museu d' Orsay

Sexta, 31

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.25 Tramas de Seda
16.15 Noite Mágica
16.55 Rumo a Avonlea
17.40 Missão Impossível
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.10 Desencontros
20.00 Telejornal
20.50 Desculpem Qualquer Coisinha
21.40 74.5 Uma Onda no Ar
22.00 Concurso 1, 2, 3
23.55 24 Horas
00.35 Remate
00.50 Contos Assombrosos
01.20 24 Horas para a Morte
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 16.00 Televidas
17.00 Uma Família Feliz
18.00 Escola Paraíso
18.25 Rua Sésamo
18.55 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Os Windsor
20.40 À Roda do Mundo
21.10 Histórias Que o Tempo

Sábado, 1

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil/Juvenil
12.30 Luta Livre Americana
13.00 Notícias
13.15 Coração Selvagem
14.00 Made in Portugal
14.30 Clube Disney
16.00 As Aventuras de Brisco County
16.45 Arca de Noé
17.50 Futebol: Farense-Benfica
19.55 Totoloto
20.00 Telejornal
20.40 Noite Mágica
21.40 Desencontros (compacto)
22.40 Parabéns
00.10 24 Horas
00.30 As Desventuras de Sherlock Holmes
(ver «Filmes na TV»)
02.15 Click: Foto Mortal
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 09.00 Universidade Aberta
12.00 Euronews
13.00 Parlamento
14.00 TV2 Desporto
17.30 Para Além do Ano 2000
18.25 Relíquia Fatal
(ver «Filmes na TV»)
19.40 Forum Musical
20.35 Praia da China
21.25 Músicas dos Outros
22.00 TV2 Jornal
22.30 Dinheiro em Caixa
23.00 12 Minutos

Domingo, 2

CANAL 1

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
12.30 Sem Limites
13.00 Jornal da Tarde
13.15 Top +
14.20 86-60-86
15.00 Kung Fu - A Lenda Continua
15.50 Emoções Fortes
16.15 A Grande Pirâmide
16.55 A Família Robinson
(ver «Filmes na TV»)
19.00 Casa Cheia
19.50 Joker
20.00 Telejornal
20.40 Futebol: Guimarães-Porto
22.40 Eu Tenho Dois Amores
23.40 Domingo Desportivo
01.30 No Calor da Noite

CANAL 2

- 09.00 À Mão de Semear
09.30 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7
11.00 Missa
11.55 Regiões
13.00 Euronews
14.00 TV2 Desporto
17.50 Circo
19.20 Os Vingadores
20.20 Música ao Domingo: Bernstein dirige «Romeo and Juliet»
21.10 Gente Remota - «Brasil: O Pantanal»
22.00 TV2 Jornal
23.00 Sempre ao Domingo. Tema: «O Prazer da Comida», com um

Segunda, 3

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.20 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
16.15 Eu Tenho Dois Amores
16.55 Rumo a Avonlea
17.40 Missão Impossível
18.30 Com a Verdade M' Enganas
19.00 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.20 Nico d' Obra
21.50 Zona+Carlos Cruz
23.25 Caminhada sem Tréguas
00.20 24 Horas
00.50 Remate
01.05 Ânsia de Amar
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.00 Televidas
13.00 Tênis - Open do Estoril
17.05 A Casa do Caçador
18.00 Escola Paraíso
18.40 Rua Sésamo
19.10 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Zero de Audiência
20.30 Magazine - «Saúde»
21.05 Segunda Parte

Terça, 4

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.25 Malha de Intrigas
15.25 Vizinhos
15.50 Com Peso e Medida
16.55 Rumo a Avonlea
17.40 Missão Impossível
18.30 Com a Verdade me Enganas
19.00 Desencontros
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.20 A Mulher do Sr. Ministro
22.00 Cabaret
23.00 Prova Oral
00.40 24 Horas
01.20 Remate
01.35 Duas Mulheres e Um Homem
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.00 Televidas
13.00 Tênis - Open do Estoril
17.05 A Vida Continua
18.00 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.05 Um, Dó, Li, Tá
20.00 Rotações
21.00 Futebol - Juventus-Borússia
23.00 TV2 Jornal

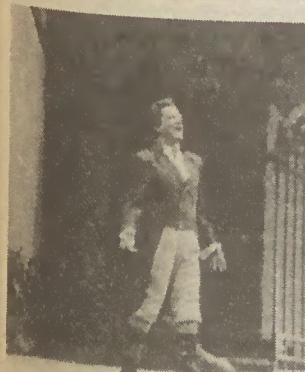
Quarta, 5

CANAL 1

- 08.00 Bom Dia
09.00 Rua Sésamo
09.30 Origens
10.00 Viva a Manhã
11.30 Culinária
11.45 A Traidora
12.20 O Avô e Eu
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Coração Selvagem
14.25 Malha de Intrigas
15.00 Vizinhos
15.25 Cabaret
16.45 Rumo a Avonlea
17.30 Missão Impossível
18.20 Com a Verdade M' Enganas
18.55 Desencontros
19.45 Vamos Jogar no Totobola
20.00 Telejornal
20.30 74.5 Uma Onda no Ar
21.00 Futebol
22.45 Com Peso e Medida
23.45 24 Horas
00.15 Remate
00.30 A Sexta-Feira mais Longa
(ver «Filmes na TV»)

CANAL 2

- 12.00 Televidas
13.00 Tênis - Open do Estoril
17.00 A Sombra da Dúvida
18.05 Escola Paraíso
18.30 Rua Sésamo
19.10 Um, Dó, Li, Tá
19.50 Universo Interior
20.45 Universidade Aberta
21.15 Magazine - «Ver Artes»



«Don Giovanni», a ópera de Mozart, segunda à noite na TV2

- 21.10 Histórias de Cá e Lá
21.40 RTP/Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Departamento de Homicídios
23.35 Músicas da Terra
00.25 Souvenirs

SIC

- 11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 O Que Acontece na Vida
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Os Trapalhões
22.40 A Máquina da Verdade
23.40 À Noite da Má-Língua
00.45 Último Jornal
01.00 Internacional SIC
01.30 O Século do Cinema - Eu Vos Saúdo, Maria

QUATRO

- 10.30 Lumen 2000
11.00 Momentos Musicais
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 Dar Que Falar
21.15 Fora de Jogo
21.30 A Felicidade da Sra. Blossom
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.15 Protagonistas
00.45 O 8º Dia



«Desencontros», a novela portuguesa do Canal 1

- Apagou
21.35 Ver Para Ler
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.40 Sally no Circo
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Juno e o Paycock
(ver «Filmes na TV»)
01.55 Souvenirs

SIC

- 11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.25 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 A Noiva de Short Creek
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.45 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Mini Chuva de Estrelas
22.40 Só para Inteligentes
00.15 Último Jornal
00.30 Os Donos da Bola
01.30 Playboy

QUATRO

- 10.30 Lumen 2000
11.00 Momentos Musicais
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.15 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.25 Novo Jornal
20.20 Dar Que Falar
21.15 Fora de Jogo
21.30 Robin dos Bosques, Príncipe dos Ladrões
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.15 Peto Contrário

- 23.15 TV2 Desporto
23.55 Fama
(ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.00 Buéréré
13.00 Portugal Radical
14.00 Quatro por Quatro
15.00 Dra. Quinn
16.00 Os Imortais II
17.00 Muita Lóco
18.00 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite + A Semana
21.15 Irmãos Coragem
22.15 Sábado Mágico
00.20 Último Jornal
00.35 Bolero
(ver «Filmes na TV»)
02.35 Noites Hipnóticas

QUATRO

- 10.00 Clube da Manhã
11.30 Animação
12.00 Informação Religiosa
13.00 Jornal da Uma
13.20 Contra Ataque
15.00 Telemotor
15.30 Jogos Fantásticos
16.00 Os Caloiros
16.30 Jovens Universitários
17.00 O Céu Como Horizonte
17.55 Hóquei em Patins
19.25 Telejornal
20.00 Caixa Alta
20.35 Diz-me Com Quem Andas
21.30 Trapos & Companhia
22.00 Quem Casa Quer Casa
23.45 Por Trás do Crime
00.15 Últimas Notícias
00.55 Forte Apache
(ver «Filmes na TV»)



«National Geographic» ao domingo na SIC

documentário e o filme «Tampopo»
(ver «Filmes na TV»)

SIC

- 11.00 Buéréré
13.00 National Geographic
14.00 Um Trovão no Paraíso
15.00 Walker, o Ranger do Texas
16.00 Labirinto
16.50 Gado Bravo
(ver «Filmes na TV»)
19.00 Vidas Cruzadas
20.00 Jornal da Noite
21.20 Médicos Sem Fronteiras
21.20 Doutor Sarilhos
(ver «Filmes na TV»)
00.25 Último Jornal
00.40 O Senhor que se Segue
(ver «Filmes na TV»)
01.40 No fim do Mundo

QUATRO

- 10.00 Clube da Manhã
11.30 Informação Religiosa - Missa
13.30 Portugal Português
15.00 Jornal do País
15.30 Mini Gladiadores
16.00 Babylon 5
17.00 Adultos à Força
18.00 Sweet Justice
18.50 Trocado em Miúdos
19.25 Telejornal
20.00 Bang Bang
20.35 O Agente Especial
21.30 Náu te Enerves
22.00 Cluedo
23.00 O Novo Ciclo
24.00 Últimas Notícias
00.15 Jornal do Mundo

- 21.35 Ver para Ler
21.45 RTP/Financial Times
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Ópera - «Don Giovanni»
01.45 Souvenirs

SIC

- 11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.25 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 A 23 Passos do Abismo
(ver «Filmes na TV»)
15.45 Buéréré
16.45 Notícias
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Ponto de Encontro
22.20 À Margem da Lei
(ver «Filmes na TV»)
00.15 Último Jornal
00.30 Flash Back

QUATRO

- 10.30 Lumen 2000
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.25 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 Dar Que Falar
21.15 Local Hero
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.20 Prolongamento
01.05 Novos Ventos



«Departamento de Homicídios» à quinta-feira

- 23.30 Acontece
24.00 Magazine - «Cinema»
00.30 Vertigem
(ver «Filmes na TV»)
02.25 Souvenirs

SIC

- 11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
14.00 Olhos nos Olhos
14.50 Atração Fatal
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.40 Não Se Esqueça da Escova de Dentes
23.10 Casos de Polícia
00.15 Último Jornal
00.30 Camorra

QUATRO

- 10.30 Lumen 2000
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.25 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 Dar que Falar
21.15 Fora de Jogo
21.30 Amigos para Sempre
23.30 TVI Jornal
00.15 Jornal de Negócios
01.00 Sinais e Leis

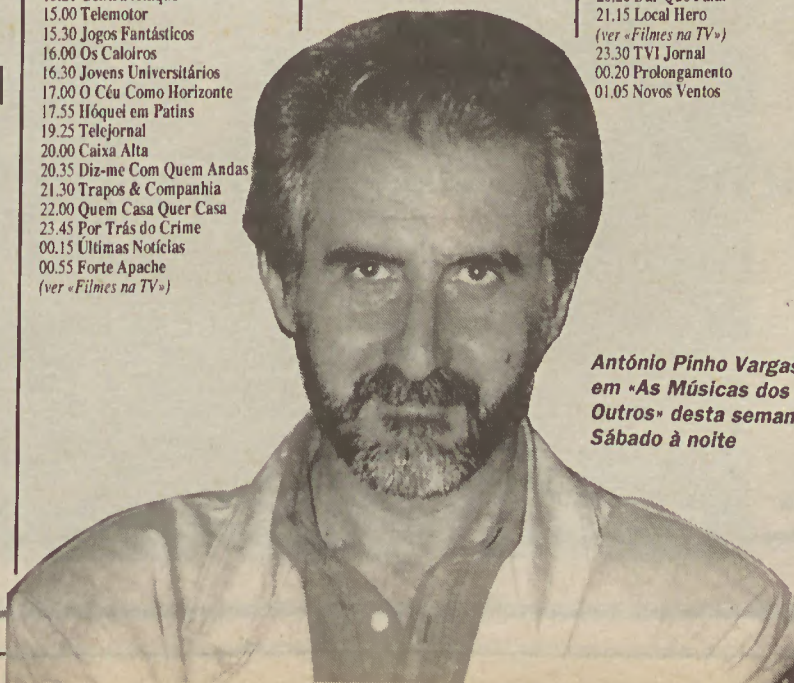
- 21.35 Ver para Ler
21.50 Remate
22.00 TV2 Jornal
22.30 Acontece
22.45 Reportagem
23.40 A Vida e a Época de Henry Pratt
00.35 Souvenirs

SIC

- 11.00 Praça Pública
11.30 As Receitas do Dia
12.00 Quatro por Quatro
13.00 Notícias
13.30 Os Donos do Jogo
13.50 Olhos nos Olhos
14.50 Como Nós Éramos
(ver «Filmes na TV»)
16.45 Buéréré
17.50 Praça Pública
18.20 Vidas Cruzadas
19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Irmãos Coragem
21.45 All You Need Is Love
22.45 Minas e Armadilhas
23.50 Último Jornal
00.15 Tostões e Milhões

QUATRO

- 10.30 Lumen 2000
11.30 Shopping Center
12.00 O Barco do Amor
13.00 Jornal da Uma
13.30 Cassandra
14.00 Éramos Seis
14.35 Esquadrão Classe A
15.25 A Escolha É Sua!
16.30 A Hora do Recreio
17.40 Caprichos
18.30 O Preço da Paixão
19.30 Novo Jornal
20.20 Dar Que Falar
21.00 Fora de Jogo
21.15 O Poder de um Jovem
(ver «Filmes na TV»)
23.30 TVI Jornal
00.15 Prós e Contras
00.45 Fora de Jogo



António Pinho Vargas em «As Músicas dos Outros» desta semana. Sábado à noite

## Por isto e por aquilo...

### A Felicidade da Senhora Blossom

(Quinta, 21.30, Quatro)

Recheada de belíssimas interpretações (em particular, as de Shirley MacLaine e Richard Attenborough) esta comédia conta-nos a história de uma mulher casada com um fabricante de *soutiens* que, sem o marido saber, conserva a viver no sótão, há cinco anos, um amante... Mas a construção do argumento é algo irregular pelo que, por vezes, o filme começa a patinar.

### Eu Vos Saúdo Maria

(Quinta, 01.30, SIC)

Pretendendo aparentemente questionar o dogma da imaculada concepção de Maria, Jean-Luc Godard encena aqui um filme que se afirma à partida provocatório, controverso e polémico, embora muitos tenham visto nele não o questionar daquele dogma mas, tão simplesmente, a intenção de transportá-lo para (e confrontá-lo com) os nossos tempos. Dito isto, é óbvio que o humor terrível que se desprende do filme encontrará da parte do espectador a reacção correspondente às suas próprias convicções e poder de encaixe, não sendo de excluir que alguns objectos contundentes sejam lançados ao aparelho de televisão... O que, porventura por razões enviesadas, não é nada má ideia!

### Robin dos Bosques - Príncipe dos Ladrões

(Sexta, 21.00, Quatro)

Esta nova versão de *Robin dos Bosques* não faz esquecer o clássico e incomparável *Robin* desempenhado por Errol Flynn. Kevin Costner desempenha-se apenas razoavelmente da tarefa e o filme, pretendendo valorizar-se através do lado espectacular da adaptação e de alguns ingredientes «fantásticos» acrescentados à história original, apoia-se, sobretudo, na desenvoltura industrial que a mais recente tecnologia lhe imprime. Mas a exagerada e gratuita abundância de sangue e de cenas violentas frustrará quem pretenda ver as aventuras que um dia admirou e agora lhe surgem a uma nova luz, aliás por vezes bem escura nas constantes cenas nocturnas, o que em nada favorecerá a sua visão na pequena caixa do televisor.

### Sally do Circo (Sexta, 22.45, TV 2)

Esta comédia de David W. Griffith foi mais tarde refeita numa versão sonora, com o título *Poppy*, e com o mesmo W. C. Fields no papel principal. Precisamente o mais interessante do filme é o encontro entre Griffith e Fields, já que, quanto ao resto, é uma obra menor do realizador.

### Juno e o Paycock (Sexta, 00.25, TV 2)

Também menor na longa e brilhante filmografia de Alfred Hitchcock é este seu filme ainda pertencente ao período inglês, adaptação demasiado fiel e teatral de uma conhecida peça de Sean O'Casey sobre os dramas de uma família pobre durante a Guerra Civil irlandesa.

### Relíquia Fatal (Sábado, 18.25, TV 2)

A curiosidade deste filme reside no facto de ter sido a segunda adaptação ao cinema do célebre romance de Dashiell Hammett *O Falcão de Malta* - a primeira, excelente, realizada em 1931 por Roy Del Ruth e a terceira, uma obra-prima, realizada em 1941 por John Huston. Mas esta segunda versão realizada por William Dieterle, apesar de contar com a presença de Bette Davis na pele da misteriosa cliente de *Sam Spade*, não se pode comparar ao filme de Huston e Warren William não chega aos calcanhares de Humphrey Bogart.

### Fama (Sábado, 23.55, TV 2)

O surgimento de uma série televisiva de sucesso, chamada *Fama*, teve origem precisamente no êxito que já conhecera este filme musical realizado por Alan Parker e cujo argumento é constituído pelo cruzamento das histórias do quotidiano de uma série de rapazes e raparigas, estudantes de uma escola de artes dramáticas e bailado situada em Nova Iorque. Um filme ágil, bem disposto e com excelentes números musicais.

### As Desventuras de Sherlock Holmes

(Sábado, 00.30, Canal 1)

Numa semana bem mais fraca do que a anterior em matéria de programação de filmes nas várias televisões, as coisas começam aqui a melhorar com um filme



Kevin Costner e Morgan Freeman, em «Robin dos Bosques - Príncipe dos Ladrões», de Kevin Reynolds

desprezioso, mas admiravelmente interpretado, que constitui uma paródia aos policiais de *Sherlock Holmes*. Desta vez, ficamos a saber que o célebre detective é afinal uma invenção do *Dr. Watson*... Com Michael Caine e Ben Kingsley em grande forma.

### Forte Apache (Sábado, 00.35, Quatro)

O coronel *Thursday* toma o comando de um forte que é constantemente ameaçado pelos índios apaches. Pela sua conduta autoritária e pelos seus preconceitos face aos soldados e aos índios, ele está em permanente oposição ao humanismo do capitão *York* - uma conduta que levaria, directa e indirectamente, à derrota e ao massacre. Um *western* através do qual John Ford explica, à sua maneira, o desastre da célebre batalha de *Little Big Horn* encabeçada pelo general *Custer*. Um filme



John Mills e Dorothy McGuire, entre outros intérpretes de «A Família Robinson», de Ken Annakin

que nos transmite de forma admirável a vida quotidiana do forte, com as suas alegrias e os seus dramas, e que tem na inesquecível cena do baile um momento exemplar da grande arte do realizador.

### A Família Robinson (Domingo, 16.55, Canal 1)

Filme de família por excelência, esta é uma das várias versões para o cinema e televisão do romance de Johann Wiss, em que a família *Robinson* é vítima de um naufrágio e encontra refúgio numa ilha onde tem de enfrentar perigosos piratas e acaba por estabelecer um verdadeiro paraíso. Filmado bem ao estilo dos estúdios *Disney*, este é um divertido entretenimento, embora a «largura» do *Panavision* possa ser fortemente prejudicado pelo formato televisivo.



Um fotograma de «Fama», um filme musical do britânico Alan Parker

### Tampopo (Domingo, a partir das 22.30, TV 2)

Abordando neste filme o prazer do sexo e da comida, Juzo Itami, seu argumentista e realizador, constrói um ensaio tremendamente cómico e pleno de frivolidade a propósito de um restaurante pelo qual vão passando várias figuras que servem ao cineasta para inserir e desenvolver curtos episódios, muitos deles burlescos e anedóticos, aproveitando do mesmo passo essas situações para fazer divertidas referências ao cinema e aos filmes. Um momento de cinema extremamente interessante e gozado, assinalado, aqui e ali, por sussurros e risadas dispersas que, na banda sonora, como que «comentam» todo o filme. A descobrir.

### A 23 Passos do Abismo (Segunda, 14.50, SIC)

Um escritor teatral, cego, surpreende uma conversa em que é referido um rapto e um assassinato. Denunciando o caso à polícia, esta não acredita no escritor que, conjuntamente com a sua noiva e o seu secretário, procura desvendar o caso. Mas eis que o assassino quer matá-lo e introduz-se em sua casa, sendo entretanto derrotado pelo estratagemas do escritor que faz mergulhá-la na mais completa escuridão, uma situação que lhe é mais favorável. Uma excelente encenação de Henry Hathaway.

### «Local Hero»

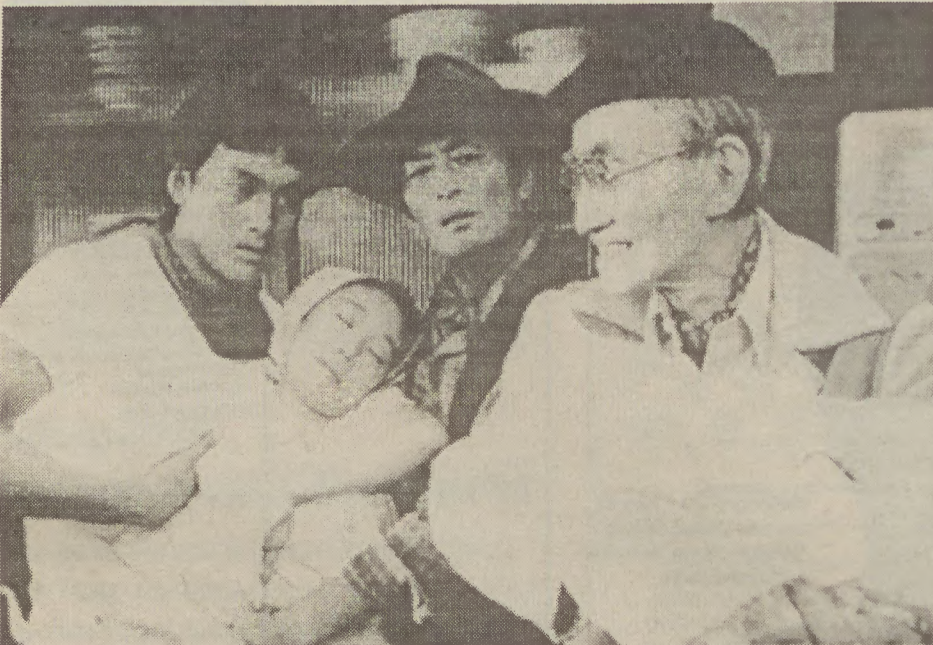
(Segunda, 21.15, Quatro)

Uma grande empresa petrolífera norte-americana - dirigida por um homem bizarro (*Burt Lancaster*) que, mais do que o futuro da empresa, se interessa sobretudo por um planetário que possui - envia a uma vila piscatória da Escócia um executivo para tratar da futura instalação de uma refinaria. Mas o jovem executivo depara com alguns membros da população absolutamente espantosos e imprevisíveis que acabam por transformá-lo por completo... Trata-se de uma comédia cheia de magia e de humor sensível, posta em cena com assinalável talento pelo realizador e escritor escocês *Bill Forsyth* e com um punhado de interpretações a não perder. E atenção à banda sonora de *Mark Knopfler*!

### A Sexta-Feira Mais Longa

(Quarta, 01.35, Canal 1)

Um gangster monta, peça a peça, uma monumental operação imobiliária mas a sua estratégia é subitamente destrocada por uma série de atentados desencadeados pelo IRA contra os seus interesses. Um filme desconhecido entre nós, representativo do actual cinema britânico, mas que recolhe excelentes referências, o que não impediu que o *Canal 1* tivesse escolhido uma hora de transmissão verdadeiramente absurda. Já esteve programado para o mesmo canal há mês e meio e, pelos vistos, não foi transmitido. A «vantagem», desta vez, é que então estava previsto para as duas e vinte da manhã (!) e agora vai para o ar uma hora mais cedo! Já é uma melhoria...



Uma cena de «Tampopo», uma comédia de Juzo Itami, em «Sempre aos Domingos»



Patti Love, Bob Hoskins e Helen Mirren, intérpretes principais de «A Sexta-Feira Mais Longa», de John Mackenzie.

■ Correia  
da Fonseca

# Circo face e reverso

Um dia destes, no industrioso Japão, uma emissão de TV suscitou o maior interesse entre vastíssimas audiências. Dez concorrentes participaram em directo num concurso de resistência ao álcool: saké, whisky, gin e assim por diante. Infelizmente, é certo, a emissão teve de ser interrompida porque sete dos concorrentes, em dado momento, entraram em coma alcoólico, o que resultou em desgaste de popularidade das marcas de bebidas patrocinadoras. Ainda assim, foi um grande êxito da estação emissora na área da conquista do público; naquele serão, subiu muitíssimo no «ranking». Notícias posteriores, discretas mas confirmadas, deram conta de que quatro dos assim eliminados pelas circunstâncias tiveram direito a internamento hospitalar. Entretanto, decerto encorajada pelo sucesso, a mesma emissora organizou também um concurso de bofetões. Li que também esta interessante jornada televisual teve um epílogo que incluiu os serviços hospitalares de urgência. Como decerto se compreende, tudo isto me confirma a informação de que o Japão vai comandar a civilização pós-moderna do século XXI, também na área da comunicação de massas e não só pelo virtuosismo tecnológico. Como escreveu Alain Rémond, que me ensinou tudo isto, os japoneses não têm petróleo mas têm ideias.

Quanto aos portugueses, que não parece que venham a ter petróleo em quantidades interessantes, também não têm, por agora, estações de TV tão fecundas em audácia para motivarem o interesse do público e, por consequência, o afluxo de receitas publicitárias em caudais financeiramente tranquilizadores. Reconhece-se, sem dúvida, que as nossas TVs se esforçam. Mas estão atrasadas. Meteram-se, é certo, na Luta Livre made in USA, no Jogo do Ganso importado de Espanha, naquela espécie de circo pelintra entre «doutores» e «engenheiros», mas não consta que tenha havido feridos ou sequer primeiros socorros, e assim as coisas perdem a graça. O melhor que as emissoras portuguesas por agora conseguiram, ainda assim, foi a redução de alguns cidadãos à condição de circo ridículo, mas isto apenas em sentido figurado, o que é manifestamente pouco. Foi em «Minas e Armadilhas» e outras rubricas de «apanhados». Aí, como decerto se sabe, o máximo é demonstrar que o cidadão anónimo é parvo, designadamente explorando-lhe a boa-fé e o sentido da solidariedade. Então é que é faltar de rir, sobem as audiências, os serviços financeiros das estações preparam-se para obturar os buracos mais urgentes.

## Dois momentos, por exemplo

Há, contudo, um ponto em que as TVs portuguesas são mesmo eficazes, sábias exemplares: na prática do anticomunismo

em geral e do antipêcismo em especial. Pela omissão, pela invenção, pela falsificação dos factos, pela arrogância das alusões, pelas conotações sistematicamente organizadas, pela calúnia individual, pela intriga, pela repetição das mesmas imposturas até que elas ganhem um estatuto consensual de verdades estabelecidas, as estações portuguesas de TV, como arma de poder superior na panóplia da comunicação social, empenham-se quotidianamente na continuada distorção da vida democrática portuguesa. A regra terá momentos de excepção, tanto mais honrosos quanto mais raros, mas o envenenamento da opinião pública por esta via surge, de um modo geral, como a primeira preocupação dos serviços noticiosos e paranoticiosos da chamada Paisagem Audiovisual Portuguesa.

Há aspectos desta prática que se situam entre o odioso e o ridículo. Refiramos alguns. O PCP vai fazer uma breve comunicação aos *media*, ou porque para isso foi solicitado ou porque tomou a iniciativa de os convocar. O

seu porta-voz para a circunstância, membro da Comissão Política, posta-se diante da câmara da RTP e, como toda a gente sabe, prepara-se para a intervenção endireitando-se, abotoando-se, lançando para um dos lados (talvez para um monitor) um olhar de esguelha para se assegurar de qualquer porme-

nor. Pois a câmara regista-lhe a imagem mesmo durante estes preliminares que resultam sempre um pouco grotescos, e há o cuidado de não os eliminar antes da transmissão mediante uma simples supressão das «pontas» gravadas, como aliás é de regra: é politicamente vantajoso para a prática anticomunista que o País o possa ver assim, hirto, sem naturalidade, a disparar suspeitos olhares de soslaio sabe-se lá para onde. Numa outra ocasião, a RTP vai fazer, decerto muito a contragosto, a cobertura da sessão de encerramento dos «Debates com o País» de que, aliás, durante meses se «esqueceu». Para lá dos momentos praticamente obrigatórios, designadamente a intervenção do secretário-geral, escolhe um que muito lhe agrada: o instante em que um convidado alude em termos não apenas sumários mas também grosseiros e eventualmente provocatórios a um facto político deste século, fundamental na vida militante de muitos dos presentes. Assim fica lançado, via TV, mais um factor de descrédito e de intriga.

## Um programa de agressão

Estes dois ainda recentes casos avulsos apenas ilustram um pouco a prática que consubstancia uma autêntica propaganda política permanente, intensa e animosa. Em sentido obviamente simbólico, mas não apenas nele, direi que pelo constante silenciamento o PCP é colocado pelas TVs numa situação de quase clandestinidade, apesar de Abril, e que pelo intenso tiroteio de calúnias está sempre como que diante de um pelotão de fuzilamento comunicacional. É grave em qualquer altura, é mais grave ainda em tempo pré-eleitoral.

Perante isto, aos comunistas portugueses resta o seu instinto de resistência contra diversos e aparentemente esmagadores aparelhos de repressão. Não resta pouco. É sabido, e tem vindo a ser adequadamente repetido, que é necessário utilizar perfeitamente todos os ensejos de acesso aos *media*, defrontando e neutralizando hostilidades, insistindo sem aceitar humilhações mas sem responder a provocações. Também que é preciso que cada militante, cada amigo, cada homem justo, se multiplique em esclarecimentos e na desmontagem de mentiras no interior do tecido social que o rodeia. Em conjunto com tudo isto, porém, é bom que se saiba e se registre que o circo populista, demagógico e mixordeiro que em larga medida é a TV portuguesa tem um reverso muito sério: os muitos programas de infra-sentimentalismo anestesiante, de estímulos ao consumismo, de piruetas várias, são complementados com um cuidadoso programa de agressão cívica contra os comunistas e toda a esquerda que com eles se pareça. Não espantará: desde Roma que se sabe que o espectáculo circense tem uma componente muito séria. Agora, que Roma já paga aos traidores, esta verdade tem um significado mais amplo, menos trágico, mas ainda assim fundamental.



# de FOICE

## Acordar

Vivemos tempos em que os direitos estão cada vez mais enfiados, mas mesmo assim seria de esperar um pouco, mínimo que fosse, de respeito pelos direitos comezinhos que cada um se habituou a chamar seus, tão particulares eles são, gotas de água num mar imenso de desencantos em que se aprendeu a nadar por mera questão de sobrevivência.

Em casa da minha prima Micaela, por exemplo, há direitos que ninguém se atreve a pôr em causa, tão essenciais eles são para a harmonia familiar. O direito dos putos a curtirem metálica em altos berros - amplamente exercido nas horas normais de expediente - termina no exacto momento em que ela mete a chave na fechadura, no regresso a casa; o direito da prima Micaela em cirandar pela sala, qual varinha mágica a dissipar vestígios da bagunça diária, cessa escassos segundos antes do marido instalar o traseiro no sofá em frente à televisão em maratonas futebolísticas.

Para que esta ordem se mantenha, como a prima Micaela não se cansa de me explicar, é no entanto necessário que os direitos matutinos dela sejam escrupulosamente respeitados. Ela, que se recusa terminantemente a "acordar com a Margarida", a ouvir "o Tojal a despertar Portugal" ou sequer a "seguir a Catarina Furtado" nas ondas da rádio, consente que uma qualquer música americana a enxote da cama até à banheira, a acompanhe num arrastar de pés até à cozinha onde diariamente lança olhares invejosos aos hamsters que se preparam para dormir enquanto ela engole apressada o leite da manhã, tudo com um único objectivo: ter direito à sua ração de notícias do que andou o mundo a fazer enquanto dormia. Esta necessidade informativa vem-lhe do tempo em que descobriu, há um ror de anos, numa banda desenhada da Mafalda, que mais de metade do mundo se levantava justamente na hora em que ela, Micaela, se metia na cama. O medo do perigo amarelo acompanhou-a desde então, cimentado por dívidas existenciais e uma meia dúzia de casos de comprovada incompatibilidade com a referida cor. Na igreja, o padre Cícero nunca rezou pela conversão da China; o gato amarelo da tia Augusta nunca perdeu uma oportunidade para lhe rasgar as meias de nylon, primeiro, as de lycra, depois; o cão amarelo da avó Isilda acoossou-lhe as canelas desde sempre; e até na sua infância alentejana, onde o único amarelo que se conhecia era o Xico Tostão, esteve em risco de contrair icterícia por se deixar beijocar a troco de uma mão cheia de rebufados.

Fundamentadas razões, portanto, para Micaela querer saber o que se passara no mundo enquanto dormia, acrescidas ao longo dos anos pela experiência de se confrontar de manhã com uma infinidade de outras coisas decididas por partidos, sindicatos, governos, organizações não governamentais ou movimentos cívicos, que na sua muito modesta opinião não dormem nunca. Imagine-se, costuma dizer, que um dia uma pessoa se levanta e descobre que há guerra ao virar da esquina, a gasolina acabou, as domésticas entraram em greve, os transportes pararam, e outras coisas que tais. Uma pessoa tem que estar preparada.

Naquele dia, conquistado o seu direito à informação com o esforço da praxe, Micaela pasmou. Nem política, nem religião, nem sindicalismo, nada. Nas ondas da rádio, a embalar toda a gente, o mesmo matraquear: óscares para aqui, óscares para ali, óscares para acolá.

A prima Micaela até chegou a pensar ser um sonho. Depois lembrou-se do rei, dos casamentos, dos divórcios, do Congresso do PSD, da Chuva de Estrelas, das guerras do futebol... e percebeu. Não esteve com meias medidas. Acordou a família e proclamou alto e bom som, enquanto abria todas as janelas da casa: levantem-se, já, que o que eles querem é pôr-nos a dormir!

■ AF

## Denuncia a Interjovem São jovens mais de metade dos desempregados

A organização juvenil da CGTP - Interjovem - revelou terça-feira que "mais de 50 por cento dos desempregados portugueses são jovens que não têm, maioritariamente, qualquer protecção".

"O subsídio de desemprego beneficia apenas cinco por cento dos jovens desempregados", referiram os dirigentes da Interjovem numa conferência de imprensa que decorreu, ao ar livre, na "baixa" do Porto com o objectivo de comemorar o Dia Mundial da Juventude.

A mesma organização referiu que "apenas no último trimestre

de 1993 um total de 16 mil 225 jovens com menos de 15 anos foram vítimas de acidentes de trabalho".

"Os jovens são a camada mais atingida pelos problemas do trabalho", sustentou a Interjovem, acrescentando que cerca de 12 mil e 500 jovens do distrito do Porto perderam os seus empregos entre 1992 e 1993.

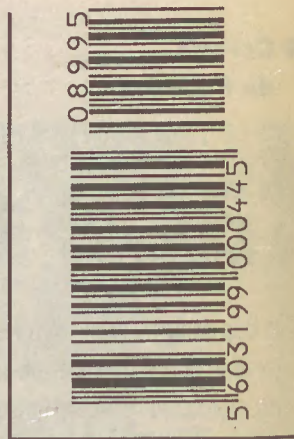
A mesma estrutura da CGTP sublinhou que "mais de metade" das perdas de emprego por conta de outrem no distrito afectou jovens com menos de 25 anos.

A Interjovem refere que há seis mil e 500 jovens do distrito

do Porto à procura do primeiro emprego, 70 por cento dos quais são raparigas.

Os jovens com menos de 25 anos "são 24,2 por cento do total dos trabalhadores por conta da outrem", assumindo 35,4 por cento as funções de aprendizes e praticantes, 18,8 trabalham como profissionais semiqualiificados e 31,7 por cento são profissionais qualificados, estando apenas calculada em dois por cento a "fatia" de jovens empregados com qualificações superiores.

A Interjovem acrescentou que "a elevada precarização do trabalho conduz os jovens à ausên-



cia de assistência social, de seguros de trabalho, a prejuízos nas férias e à impossibilidade de se sindicalizarem".

No documento apresentado na conferência de imprensa, a Interjovem acusa o Governo de praticar uma política "de elitização" do ensino e refere que a formação profissional "tem servido, em muitos casos, para baixar ficticiamente o número de desempregados".

## PCP reafirma queixa contra RTP

O PCP voltou a denunciar o comportamento da RTP, considerado pelo Partido como «escandalosamente ofensivo dos princípios da equidade e do pluralismo», ao monopolizar o comentário político dos Telejornais de domingo por dirigentes do PS e PSD. Em nota do Gabinete de Imprensa, o PCP chama a atenção para o que se passou no último domingo, em que tal situação - já anteriormente

merecedora do protesto dos comunistas - voltou a servir para que os representantes do PS e PSD «pudessem emitir apreciações e opiniões sobre outros partidos, numa situação de perfeita impunidade».

«O PCP salienta que os responsáveis editoriais de canais televisivos têm naturalmente todo o direito, enquanto cidadãos, de terem as opiniões, desejos ou sonhos que quiserem em

relação ao quadro político nacional, mas já não têm o direito de usarem as suas funções ou responsabilidades profissionais para impingirem aos telespectadores uma imagem deformada do quadro político-partidário realmente existente no país e para assim interferirem ilegalmente no processo de formação das opções eleitorais dos cidadãos», lê-se na referida nota.

O PCP informou segunda-

feira a Alta Autoridade para a Comunicação Social que se mantém «inteiramente válida» a queixa anteriormente apresentada contra a RTP no passado dia 1 de Março, e que a mudança do representante do PS (António Vitorino foi transferido para um programa da SIC que o PCP considera «igualmente devotado à causa da "bipolarização" PSD-PS») em nada altera o seu fundamento e justificação.

## Presidente do PE na sede do PCP

O presidente do Parlamento Europeu, Klaus Hansch, visitou Lisboa, quinta e sexta-feira, para encontros com as autoridades portuguesas e líderes dos partidos com representação no plenário de Estrasburgo. Na quinta-feira passada, Hansch e a delegação que o acompanhava estiveram na sede do Partido Comunista Português onde foram recebidos por Carlos Carvalhas e Luís Sá.

Durante esta visita a Portugal da delegação do Parlamento Europeu, um dos temas mais em foco nos

diversos encontros que manteve foi a possibilidade de uma delegação daquele orga-

nismo da União Europeia deslocar-se a Timor-Leste, o que, segundo Hansch, só

sucedera caso a Indonésia garanta total liberdade de movimentos.



## Confederação do Comércio na Soeiro Pereira Gomes

Uma delegação da Confederação do Comércio Português, composta pelo seu presidente, Vasco da Gama, e pelo seu secretário-geral, José Cortez, foi recebida na terça-feira na sede nacional do PCP em Lisboa por uma delegação do Partido, onde estavam Carlos Carvalhas e Agostinho Lopes. A situação de crise no sector, nomeadamente dos pequenos e médios comerciantes, foi o tema principal da reunião, na qual ambas as organizações deram a conhecer os seus pontos de vista.